

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ERIKA APARECIDA VILAS BÔAS

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES

JUIZ DE FORA

2018

ERIKA APARECIDA VILAS BÔAS

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof.(a) Dr.(a) Francisca Cristina de Oliveira e Pires

JUIZ DE FORA

2018

ERIKA APARECIDA VILAS BÔAS

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES

Dissertação apresentada como requisito parcial para a defesa do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Francisca Cristina de Oliveira e Pires
Orientador(a)

Prof.(a) Dr.(a) Carla Silva Machado
Membro Interno

Prof.(a) Dr.(a) Luciana da Silva Oliveira
Membro Externo

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente (Paulo Freire, 2006, p. 7).

Ao meu pai, Geraldo Vilas Bôas (sempre presente), minha luz e inspiração.

AGRADECIMENTOS

Meu Deus! Jesus! Se no desespero eu invoquei tanto ao Meu Pai Celestial, nesse momento de quase alívio, agradeço a Ele também, por me conduzir e permitir que eu continuasse, mesmo com tanto cansaço. “Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não temeria mal algum, porque Tu estás comigo”. Vou mentir não, eu temi muito, porém, Ele sempre está comigo.

Agradeço à minha mãe, pelas orações, incentivo e compreensão das minhas ausências, eu sumi mesmo, isso não se faz com mãe. Mas ela não sumiu (que bom!), pois todos os dias eu recebia um “Deus te abençoe Kinha”. Gratidão, mãe, pelas rezas, por me dar a oportunidade de fazer parte de uma família tão diversa. Por ser neta de Antônia Bemvinda e prima de Tonha, com quem descobri, aos 7 anos de idade, que os direitos não eram para todos e todas. Pois o acesso à educação, na década de 80, pra mim era coisa simples, saber ler e escrever era como comer. Mas pra Tonha e pra tantas pessoas, as letras eram enigmas, desenhos abstratos. Gratidão, mãe, por ter me ensinado, sem saber, que a gente não ri, não debocha de quem não tem as mesmas oportunidades que a gente, que o Mobral (não tô defendendo o programa) possibilitou algumas pessoas a não assinar carimbando as digitais do dedão. Pelo contrário, aprendi que quanto mais tenho oportunidades, que quanto mais tenho acesso ao conhecimento formal, mais tenho que ter responsabilidades com o povo, mais preciso assumir meu papel de agente transformadora no/do mundo e mais tenho que lutar contra as injustiças sociais. Te amo, Tereza, minha mãe!

Ao Bruno, meu companheiro de vida, gratidão, gratidão, gratidão! Se tem alguém que sofreu mais que eu, foi esse moço. Conviveu com minhas ausências, durante o dia, pois a minha vida, nos últimos três anos, foi dedicada à escola, e as noites eram dedicadas ao mestrado. Mesmo com pouca escrita produzida, muita leitura foi realizada. Ele conviveu de perto com a minha presença ausente e me deu o suporte possível para me dedicar aos estudos e à gestão da escola. Gratidão, Bruno por me amar! Amo você!

À Lina, minha irmã querida, desesperada com o mestrado em estática e cuidando da mãe com tanta atenção. Compartilhamos angústias, desesperos, cansaço, olheiras, os momentos solitários da escrita, os bloqueios e as alegrias de escrever uma página numa noite inteira acordada. Gratidão, Lina, por ser minha

irmã! Você é a certeza de que sempre terei uma amiga muito especial. Ao meu irmão, Magno, por me fazer entender que muitas vezes as reprovações escolares podem ser um erro de ensinagem, que é preciso mudar a didática, o método, a estratégia e contemplar todas as maneiras de aprender e de ensinar. Gratidão por existir e nos fazer rir!

Às minhas amigas de uma vida inteira, Sheila, Renata e Carol, e ao meu amigo-irmão Bruninho, pelo tempo e por ter história pra contar. Às amigas, Lilian e Thayara, tão essenciais em minha vida, por gostarem de mim do jeitinho que sou, apesar do jeitinho que sou. Aos meus amigos da militância e da vida, Fred, Mateus, Aline, Gabe, Vau e Ranulfo (gratidão pela idéia dos núcleos). Parafraseando Paulo Freire, “não somos esperançosos por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico.” Gratidão por esperarem comigo! Ainda viveremos o mundo novo.

Às minhas amigas professoras e aos meus amigos professores, seguimos juntas e juntos, não caminhamos sozinhos. E... que a nossa resposta à ofensa à educação seja a luta política consciente, crítica e organizada contra os opressores, conforme aprendemos com Paulo Freire. E digam não à escola sem partido, digam não à Lei da Mordança. Que não calem a nossa voz!

Às primeiras amigas do mestrado Sara (te dedico) e Dayane (que saudade de você, mulher), minhas meninas queridas do Piauí e Hudson, meu amigo querido, companheiro, nem sei o que escrever, o que dizer de vocês, que a vida me surpreendeu maravilhosamente por ter promovido nosso encontro no primeiro dia do Mestrado, vocês são meus presentes. Amo vocês, além do tempo, do espaço e da distância.

Às amigas e aos amigos do mestrado, o que dizer, nunca fui tão admirada e elogiada por um grupo tão diverso, vocês me enxergaram com lentes de aumento, com uma generosidade que poucas vezes experimentei nessa vida. Gratidão pela acolhida, pelo carinho, pelas alegrias, bonitezas e aprendizados. Levo vocês no coração na minha prática educativa. (Gratidão à Mirlene, pela sensibilidade no momento mais frágil de minha vida).

Day (minha companheira de quarto e dos apertos, gratidão pela escuta cuidadosa), Ana Terra, meu anjo da guarda (Gratidão especial e você sabe o motivo. Eu sempre ofereço mais que recebo e você me ofereceu o que a vida me devia com juros, tô devendo agora), Léa (delicadeza, fortaleza, inteligência e meu exemplo),

Aline (ternura), Sandro (sensatez e companheirismo) e Cleyton (alegria), meu desejo de abraçá-los é enorme. Gratidão por me acolherem! Amo vocês!

À minha psicóloga Valéria, pela escuta zelosa, pelo apoio e incentivo. Aproveito para agradecer ao Dr. Marcelo Barbosa Ribeiro e ao Dr. Marcos Antônio de Azevedo pelo apoio e confiança.

Aos meus companheiros gestores, meus vices Mauro e Rejane, gratidão por estarem juntos comigo, promovendo a construção da gestão democrática e participativa. Raci e Rogério, gratidão por fazer parte dessa história!

Às e aos estudantes, às novas gerações que ganhei, ganho e ganharei de presente nessa vida. É por vocês e para vocês! Gratidão!

Aos Agentes do Suporte Acadêmico. Agradeço pelo acompanhamento e dedicação – especialmente à Luísa Vilardi, pela leitura, pelo incentivo, orientações e por me acalmar. Gratidão às professoras e professores pelo enriquecimento ao meu processo formativo. À Professora Orientadora Francisca Pires e às bancas de Qualificação e Defesa, pelas considerações necessárias para essa pesquisa.

Ao povo brasileiro, agradeço pela oportunidade de estudar em uma Universidade Federal. Assumo o meu compromisso com o processo formador como educadora, pautado no respeito de professora à pessoa do educando e da educanda com toda amorosidade que eu possa oferecer.

E, por fim, meu agradecimento à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por possibilitar a implementação deste mestrado profissional e o enriquecimento acadêmico dos gestores da rede estadual de ensino.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado discutiu a participação das juventudes da Escola Estadual Cinira Carvalho. O objetivo geral foi analisar como acontece a participação das juventudes na Escola, considerando o viés da gestão democrática e participativa, focada no protagonismo juvenil. No capítulo 1, o caso foi delineado a partir da descrição da participação das juventudes da escola pesquisada. Foram apresentadas as legislações de onde é contemplada a gestão democrática e participativa, considerando as esferas nacional e estadual. Logo após, foi abordada a caracterização da escola e suas documentações e ações que fomentam a gestão democrática e participativa, bem como a participação e envolvimento das juventudes nas ações promovidas pela instituição. O capítulo 2 apresentou o referencial teórico que deu aporte para esse caso de gestão, a partir de conceitos de Dayrell, Carrano e Maia (2014), Paro (2016), Lück, (2009), Freire (2004), Costa (2000), no que tange a participação das juventudes na escola, considerando as condições juvenis, as políticas sociais, a gestão democrática e participativa, os espaços de participação, a participação e o protagonismo juvenil. A metodologia abordada foi a pesquisa qualitativa, realizada a partir de um estudo de caso; e, como instrumentos, adotamos a observação em campo e o grupo focal. A execução da pesquisa trouxe respostas à questão norteadora. Os jovens demonstram desconhecer os mecanismos de participação da escola e não sabem como criar tais espaços. Constatou-se que as e os estudantes participam parcialmente das ações propostas, sendo elas repassadas, além disso, sem orientação e acompanhamentos. Diante das problemáticas identificadas, foi proposto um Plano de Ação Educacional, que sugere ações que podem fomentar a participação das juventudes, a partir do protagonismo juvenil. Considera-se que as para efetivar a formação focada no protagonismo juvenil, as juventudes deverão participar ativamente em todo o procedimento, desde a execução, até a avaliação das ações propostas.

Palavras-Chave: Gestão democrática. Participação das juventudes. Protagonismo Juvenil. Grêmios Estudantis.

ABSTRACT

The present dissertation was developed within the scope of the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The case to be studied discussed the young people's participation at the State School Cinira Carvalho. The general objective was to analyze how is the youthful people's participation at that school, considering the democratic and participative management, focusing at the youth personalities' central role. In the first chapter, the case was delineated through a description about the young people's participation at the researched school. There were showed the legislation about the democratic and participative management, considering the national and state levels. Secondly, it was made a characterization about the school. To do so, there were presented its documents and actions related to the democratic and participative management. Besides, there were introduced the students' participation and involvement in the actions promoted by the school. The second chapter presented the theoretical references that were used in this management case. There were applied concepts developed by Dayrell, Carrano e Maia (2014), Paro (2016), Lück (2009), Freire (2004), Costa (2000). Those authors discussed the youthful people's participation at school, considering the young conditions, the social policies, the democratic and participative management, the spaces of participation, the participation and the youthful characters' central role. The used methodology was the qualitative research, through a case study. As research instruments, there were adopted the field observation and the focal group. The study was able to bring answers to the guiding question. Through the research, it was possible to find out that the students don't know the participation mechanisms available at school and they also don't know how to create those spaces. It was also found that young people don't engage sufficiently in the proposed actions at school. Besides, those initiatives don't receive enough guidance and attendance. Regarding those identified problems, it was proposed an Educational Action Plan (EAP) that suggests actions aiming to improve young personalities' participation, through student's central role. It is considered that to an effective formation, focused on a youthful people's central role, it is necessary an active participation by the students during all the process, since its execution, until the evaluation of the proposed actions.

Keywords: Democratic Management. Young Participation. Young Protagonism. Student Guild

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rede de Representantes Estudantis das Escolas das Regionais de Minas Gerais.....	27
Figura 2 - Totalização de Alunos Enturmados.....	29
Figura 3 - Relatório de alunos por faixa etária.....	33
Figura 4 - Diagrama de Apresentação dos sujeitos pesquisados.....	73
Figura 5 - Diagrama da Relação da juventude com a escola.....	76
Figura 6 - Diagrama 3 – Espaços de participação na escola.....	81
Figura 7 - Diagrama da Participação das juventudes.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Marcos históricos das ações da ONU, em relação às questões das juventudes.....	49
Quadro 2 - Avanços nas políticas públicas voltadas para as juventudes no Brasil	52
Quadro 3 – Diálogo sobre o que as juventudes mais gostam na escola.....	77
Quadro 4– Diálogo sobre o que as juventudes não gostam na escola	78
Quadro 5– Continuação do diálogo sobre o que não gostam na escola.....	79
Quadro 6 - Diálogo sobre as relações docentes x discentes	80
Quadro 7 – Dificuldades: escuta e expressões.....	82
Quadro 8 - Representantes de turma e formação participativa.....	83
Quadro 9 - Dados da pesquisa e ações a serem desenvolvidas por eixo de análise	89
Quadro 10- Proposta de estudos elaboração de Plano e Ação com temas propostos pelas juventudes e formação	92
Quadro 11 - Proposta de estudos voltadas para aproximação de estudantes e corpo docente	94
Quadro 12 - Estratégias para cuidar da estrutura física e par desenvolver a disciplina consciente	95
Quadro 13 - Participação e fomento à instituição do grêmio estudantil.....	96
Quadro 14 - Formação para participação das juventudes.....	98

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Participante do grupo focal.....	71
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.	Artigo
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da UFJF
CEB	Câmara de Educação Básica
CENAV	Centro de Educação e Apoio às Necessidades Auditivas e Visuais
CF	Constituição Federal
DJUV	Diretoria de Juventude
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FADMINAS	Faculdade Adventista de Minas Gerais
IDEB	Índice de desenvolvimento da Educação Básica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LTC	Lavras Tênis Clube
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAS	Programa de Avaliação Seriada
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PMAJ	Programa Mundial de Ação para a Juventude (
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGP	Programa de Pós Graduação Profissional
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRC	Proposta de Redesenho Curricular
ProEMI	Programa Ensino Médio Inovador
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SindUTE - MG	Sindicato Único das trabalhadoras e dos trabalhadores em Educação de Minas Gerais
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SEM	Superintendência de Juventude, Ensino Médio e Educação Profissional
SEEMG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA Universidade Federal de Lavras

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS	22
1.1	GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NAS ESCOLAS.....	22
1.1.1	Fortalecimento da participação estudantil em uma perspectiva nacional	24
1.1.2	A Gestão democrática em Minas Gerais	25
1.2	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	27
1.3	JUVENTUDES E ESCOLA.....	32
1.4	A PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES NA ESCOLA ESTADUAL CINIRA CARVALHO.....	37
1.5	GRÊMIO ESTUDANTIL.....	41
2	A PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES NA ESCOLA, NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	45
2.1	JUVENTUDES.....	45
2.1.1	Condição Juvenil	47
2.1.2	Juventudes e Políticas Sociais	48
2.1.3	Juventudes e escola	55
2.1.4	A gestão democrática e a participação dos e das estudantes	58
2.1.5	Espaços de participação estudantil	63
2.1.6	Participação das juventudes	64
2.1.7	Protagonismo Juvenil	67
2.2	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	68
2.3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	71
2.3.1	Para além das palavras: as expressões juvenis dão seus sinais	72
2.3.1.1	<i>De quem é essa voz? Considerando o perfil juvenil, delinear os sujeitos que dialogaram foi um dos propósitos da análise</i>	72
2.3.1.2	<i>Por onde passaram esses sujeitos, onde já ouviram essas vozes?</i>	74
2.3.2	Juventudes que ousam falar, suas vivências e percepções	76
2.3.2.1	<i>Relações das Juventude com a escola</i>	76
2.3.3	Espaços de participação das juventudes	81
2.3.4	Como acontece a participação das juventudes na escola	84
3	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	86

3.1	PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES	91
3.2	PROPOSTAS DE AÇÕES REFERENTES AO EIXO: RELAÇÃO DA JUVENTUDES COM A ESCOLA	92
3.3	PROPOSTAS DE AÇÕES REFERENTES AO EIXO: ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES.....	96
3.4	PROPOSTAS DE AÇÕES REFERENTES AO EIXO: PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES.....	97
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICE A - Roteiro para o Grupo Focal	110

INTRODUÇÃO

Como professora da rede pública de ensino desde 2008, pude conviver com estudantes de faixas etárias distintas. Além dessa experiência, outra fundamental para enriquecer tal convívio foi o fato de eu ter feito parte do quadro efetivo da Escola Estadual Cinira Carvalho da rede estadual de ensino de Minas Gerais, situada em Lavras - MG, desde o ano de 2013, no cargo e função de especialista/supervisora do Ensino Médio. Além disso, a partir de 2016 venho atuando na função de diretora escolar. A partir de tais funções, tive a possibilidade de vivenciar rotinas de trabalho de diversos segmentos da escola.

Como especialista/supervisora pedagógica desde 2013, participei e presenciei o envolvimento de estudantes, professoras e professores, motivados pelas manifestações¹ de junho, com as questões políticas, econômicas, sociais e culturais do nosso país. Em diversas ocasiões, realizamos rodas de conversas para debatermos como tal contexto refletia em nossa escola. Nesse mesmo período, procuramos dialogar com o Sindicato Único das trabalhadoras e dos trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SindUTE – MG), que, nesse momento, estava construindo, junto com mais de 40 entidades dos movimentos sindical e social mineiros, o Plebiscito Popular pela redução das tarifas de energia elétrica e do ICMS na conta de luz. Com o objetivo de realizarmos o plebiscito na nossa escola e na comunidade, nos reunimos, estudamos a cartilha oferecida pelo SindUTE e resolvemos realizá-lo. Após o processo de votação, ou seja, de consulta popular, levamos as urnas ao local da contagem dos votos. Nessa ocasião, tivemos contato com o Levante Popular da Juventude, uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas, na busca da transformação da sociedade.

Em 2014, o grupo de jovens Levante Popular da Juventude iniciou uma parceria com a escola, desenvolvendo diversas oficinas com nossas alunas e nossos alunos, como rodas de conversa, acampamento, cursinho pré-Enem, com foco nas juventudes e na formação cidadã.

¹ Com o objetivo de reivindicar um Brasil “Padrão Fifa”, devido aos gastos com a Copa 2014, no dia 6 de junho de 2013, iniciaram manifestações em quatro cidades do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Goiânia e Natal), em frente aos estádios onde eram realizados jogos da Copa da Confederações. Os manifestantes exigiam saúde e educação de qualidade, além de transporte público mais barato e eficiente. Os protestos ocorreram durante diversos dias e o ápice foi no dia 20 de junho. Nesse dia, alguns de nossos estudantes se reuniram no pátio da escola e confeccionaram cartazes, com o objetivo de saírem às ruas, exigindo o fim da corrupção e serviços públicos de qualidade. O mesmo ocorreu em diversas cidades do país.

No ano supracitado, desenvolvemos a Semana da Cidadania com a Pastoral da Juventude (Organismo de ação social católica da América Latina), em parceria com o Levante Popular da Juventude. Após as diversas ações voltadas para a participação das juventudes, nossas e nossos estudantes se demonstraram mais interessadas (os) em participar dos espaços deliberativos da escola e da cidade.

Simultaneamente à organização das juventudes, em setembro de 2014, iniciamos o Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio, uma Formação de professoras e professores do Ensino Médio, oferecida pelo MEC (Ministério da Educação). Um dos módulos era focado na Organização e Gestão Democrática da Escola, sendo que um dos objetivos era o de promover a participação das e dos jovens e adolescentes na escola e na sociedade, assim como estimular a criação do Grêmio Estudantil.

No ano de 2015, diversas e diversos jovens, incentivadas (os) pelas professoras e pelos professores e acompanhadas(os) pelo Levante Popular da Juventude, se organizaram e iniciaram um grupo de estudos sobre Grêmio e Cidadania, no período de maio a outubro, culminando na criação do grêmio em outubro do mesmo ano.

No mesmo ano, a Secretaria de Estado de Educação criou a Superintendência de Juventude, Ensino Médio e Educação Profissional (SEM) e a Diretoria de Juventude (DJUV), com o intuito de desenvolver ações responsáveis por mobilizar os estudantes, bem como fomentar a participação no cotidiano escolar, além de buscar o fortalecimento da gestão democrática nas escolas da estaduais de Minas Gerais.

Ainda em 2015, ocorreu a escolha democrática de diretoras e diretores das escolas da rede estadual mineira. Na escola pesquisada, inicialmente havia somente uma chapa inscrita para concorrer à direção. Nesse sentido, com o incentivo e apoio do Grêmio, criou-se a chapa 2, formada por mim (supervisora do ensino médio), pelo vice-diretor, por um professor e por uma professora também do ensino-médio. A chapa apoiada pelo grêmio foi escolhida com mais de 70% dos votos.

Iniciamos a gestão em 2016 e, no ano anterior, alguns membros do grêmio concluíram o ensino médio, e os demais não deram continuidade às atividades do grêmio no ano subsequente. Sendo assim, muitas ações e atividades que eram organizadas e realizadas pelas e pelos estudantes não se sustentaram. Entretanto, outras ações e atividades, fomentadas pela Secretaria de Estado de Educação,

foram realizadas com a intervenção de professoras, professores e especialistas. Porém, percebe-se uma diminuição da participação das juventudes nessas atividades.

Algumas professoras e alguns professores que participaram do Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio saíram da escola após perderem o vínculo de efetivadas e efetivados². Eu assumi outra função, a de diretora, e meu cargo de especialista foi assumido por outra supervisora.

Através dessas vivências, associadas às aptidões adquiridas nas demais funções que já exerci na escola, aproximei-me das dificuldades, dos conflitos, das angústias, das alegrias e das potencialidades do ensinar, do aprender e das relações humanas, inerentes aos espaços escolares e, principalmente, às escolas públicas. Muitos são os desafios, como: salas de aulas lotadas, estudantes desinteressados, falta de interesse por parte das educandas e dos educandos, conteúdos desvinculados da realidade, escassez de recursos didáticos, estrutura física sucateada, evasão, distorção idade-série, reprovação, diversidade de histórias de vida, diversidade no perfil das juventudes e no perfil da comunidade escolar, falta de valorização das educadoras e dos educadores, gestão pouco participativa, entre outros.

Tais desafios despertaram inquietações que me levaram à seguinte questão: “Como transformar a escola?” E a resposta que encontrei para essa questão foi: “Garantir, como gestora dessa escola, uma gestão democrática e participativa, envolvendo as e os estudantes, com o objetivo de garantir o que está previsto na Constituição Federal de 1988, “democracia e participação popular”, buscando o fortalecimento da participação estudantil.

Vale ressaltar que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, promulgada após a ditadura militar e constituída sobre os princípios da democracia e da participação popular, a gestão democrática do ensino público é contemplada no Artigo 206. Ela é um dos sete princípios necessários para ministrar o ensino em

² A Lei Complementar 100 teve o intuito de efetivar, sem concurso público, 98 mil servidores designados da Educação e mais de 199 funcionários da parte administrativa da ALMG no legislativo. No ano de 2007, a Lei 100 é sancionada na íntegra pelo Executivo, e os designados, que entraram no Estado até o dia 31 de dezembro de 2006, foram efetivados. Em 2014, os ministros do STF julgaram inconstitucional a Lei Complementar 100 e determinaram que os funcionários deixassem os cargos até o dia 1º de abril de 2015. Porém, os servidores foram mantidos até o final de dezembro de 2015, com o intuito de não prejudicar o ano letivo.

nosso país, sendo os outros seis: igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade, valorização dos profissionais de ensino e garantia de qualidade.

A gestão escolar democrática tem como questão central incentivar o envolvimento, o comprometimento e a participação coletiva. Nessa perspectiva, de acordo com Dourado (2001), a escola precisa criar mecanismos de participação coletiva, como, por exemplo, o aprimoramento dos processos de escolha de dirigente escolar, a criação e consolidação de órgãos colegiados (Colegiado Escolar e Conselho de Classe), a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, a criação de Associação de Pais e Mestres, o fortalecimento da participação estudantil, por meio da criação e a consolidação de grêmios estudantis, etc.

Mas como garantir essa gestão democrática com a participação das juventudes? As juventudes têm participado dos espaços considerados democráticos na escola? Como ocorre a participação dos e das jovens na escola? Essas indagações e a vontade em responder a algumas dessas questões forneceram subsídios para a atuação neste campo de pesquisa.

A resposta para algumas dessas questões poderá contribuir para a gestão democrática e participativa, que, de acordo com Gadotti (2014), deve ser baseada em relações de cooperação, partilhamento do poder, diálogo, respeito à diversidade, garantia da liberdade de expressão, busca de projetos coletivos e reestruturação do grêmio estudantil.

Essas questões são indispensáveis para a promoção da qualidade do ensino, sob a justificativa de que a participação das juventudes e a atuação do grêmio ou outro tipo de organização das juventudes fortalecem a gestão democrática, fomentam o exercício da cidadania e fortalecem a autonomia.

Nessa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar como acontece a participação das juventudes na Escola Estadual Cinira Carvalho e como objetivos específicos: a) descrever a juventude e sua relação com a escola; b) verificar quais os espaços de participação e como acontece a participação das juventudes; c) analisar a participação e a formação das juventudes na escola; d) propor ações que possam contribuir para a efetivação e institucionalização dos espaços de participação e para a formação das juventudes, na perspectiva da gestão democrática e participativa. A sua contextualização e especificidades embasarão os parâmetros da pesquisa, considerando o viés da gestão democrática e participativa, ou seja, a descentralização do poder, focada no protagonismo juvenil.

Frente a isso, para melhor organização da descrição do caso, da revisão de literatura e da ida ao campo, esta dissertação apresenta três capítulos. No primeiro capítulo, abordou-se o caso de gestão, havendo a descrição do caso, uma explanação da legislação referente à gestão democrática e participativa na escola, e uma explicação dos projetos de fomento ao protagonismo juvenil desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Educação. Em seguida, a Escola Estadual Cinira Carvalho foi caracterizada e descrita no contexto investigado, considerando o Projeto Político Pedagógico e os dados disponíveis no Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE). As Juventudes também foram contempladas nesse capítulo, considerando os sujeitos concretos que frequentam as escolas públicas em um contexto nacional, quem são os e as estudantes que chegam à escola. Posteriormente, foram abordadas reflexões sobre os jovens e a escola, ou seja, elementos da relação entre alunos e instituição escolar, partindo para a participação das juventudes na Escola Estadual Cinira Carvalho. Finalmente, o primeiro capítulo foi concluído com a abordagem do Grêmio, na perspectiva da gestão democrática.

O segundo capítulo apresentou o referencial teórico que deu aporte para esse caso de gestão, a partir de conceitos de Dayrell, Carrano e Maia (2014), Paro (2016), Lück (2009), Freire (2004), Costa (2000), no que tange a participação das juventudes na escola, considerando as condições juvenis, as políticas sociais, a gestão democrática e participativa, os espaços de participação, além da participação e o protagonismo juvenil.

A metodologia abordada foi a pesquisa qualitativa, realizada a partir de um estudo de caso, e como instrumentos, foram utilizados a observação em campo e o grupo focal.

A execução da pesquisa trouxe respostas à questão norteadora. Os jovens demonstram desconhecer os mecanismos de participação da escola e não sabem como criar espaços de participação. Constatou-se que as e os estudantes participam parcialmente das ações propostas e que estas são repassadas sem orientação e acompanhamentos.

Por fim, diante das problemáticas identificadas, foi proposto um Plano de Ação Educacional no terceiro capítulo, que sugere ações que podem fomentar a participação das juventudes pautada no protagonismo juvenil.

1 GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS

Este capítulo tem o objetivo de descrever a participação das juventudes da Escola Estadual Cinira Carvalho. Em um primeiro momento, serão apresentadas as legislações em que a gestão democrática e participativa são contempladas, considerando as esferas nacional e estadual. Logo após, será abordada a caracterização da escola e suas documentações, bem como ações que fomentam a gestão democrática e participativa. Além disso, será contextualizada a participação e o envolvimento das juventudes nas ações promovidas pela instituição.

1.1 Gestão democrática e participativa nas escolas

Arendt (1995) considera a educação como um dos espaços centrais da esfera social, compreendida como um espaço social comum, no qual se busca a realização da plenitude, da liberdade, da dignidade humana e da ação política democrática.

A educação é contemplada na Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, no Capítulo II, Art. 6º como um dos direitos sociais e no Capítulo III, Seção I, Art. 2015.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) também prescreve, em seu Art. 26, a gestão democrática como um dos princípios necessários, estando ela articulada a outros sete, tais como: a igualdade de condições, a liberdade, o pluralismo de ideias, a gratuidade do ensino, a valorização dos profissionais de ensino, a garantia de padrão de qualidade e o piso salarial profissional nacional para ministrar o ensino no Brasil e para administrar as escolas públicas. A gestão democrática e os demais princípios estabelecidos na Constituição Federal foram regulamentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 (BRASIL, 1996).

Porém, a legislação não garante o exercício da gestão democrática nas escolas, uma vez que a sua realização depende da participação da comunidade escolar e local. A participação dos responsáveis, das alunas e dos alunos, das professoras e dos professores, das funcionárias e dos funcionários e da comunidade local nos planejamentos e nas tomadas de decisões, em uma perspectiva dialógica, são indicadores da construção de uma gestão democrática. Nesse sentido, de acordo com Dourado (2001), a democracia requer sempre novas ações,

incentivadas pela gestora e/ou pelo gestor da escola, que asseguram direitos, estabelece deveres e reflete como acontece a participação da comunidade.

Entretanto, de acordo com Ferretti, Araújo e Filho (2013), a gestão da educação e a gestão da escola se interpenetram e se definem mutuamente. A produção da gestão escolar democrática é muito difícil no contexto de processos não democráticos de gestão de educação. Segundo Vieira (2007), a gestão escolar se refere à esfera de abrangência dos estabelecimentos de ensino. As atribuições da escola são a elaboração e a execução de uma proposta pedagógica. Já a gestão da educação é baseada na organização dos sistemas de ensino e nas incumbências desses sistemas, como, por exemplo, a elaboração e execução de políticas e planos educacionais, em consonância com os planos nacionais, integrando as suas ações. Sendo assim, a gestão escolar pode ser considerada uma produção difícil no contexto de processos não democráticos da gestão da educação, pois existe um razoável nível de democratização da educação no Brasil, fato que cria condições para algumas formas de democratização da gestão escolar.

Para a transformação da escola, é necessário modificar o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no contexto escolar. Conforme Paro (2016), a implementação da gestão democrática e participativa deve ser contemplada, de forma a buscar desenvolver espaços e condições para promover o envolvimento, o comprometimento e a participação da comunidade.

Para que esses espaços e condições sejam construídos, é preciso compartilhar o poder, descentralizando-o. Conforme propõe Dourado (2001), conseguiremos fazer isso, através do incentivo à participação, buscando desenvolver relações de cooperação e de diálogo, respeitando as pessoas e suas opiniões, desenvolvendo uma relação respeitosa entre os diversos segmentos da comunidade escolar e local, contribuindo, assim, com o desenvolvimento de competências, como ouvir e comunicar suas ideias, em busca da construção de projetos coletivos.

A escola exerce a função social, ao incentivar a participação das comunidades escolares e locais, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos críticos e participativos. Sendo assim, Dourado (2001) afirma que ela precisa criar mecanismos de participação, como o aprimoramento dos processos de escolha de dirigente escolar, a criação e consolidação de órgãos colegiados (Colegiado Escolar e Conselho de Classe), o fortalecimento da participação estudantil, por meio da

criação e a consolidação de grêmios estudantis, a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, a criação de Associação de Pais e Mestres, etc.

Embora a Constituição Federal (1988) prescreva e, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, regulamente a gestão democrática como um dos princípios necessários para ministrar o ensino no Brasil e para administrar as escolas públicas, a eleição de diretores de escolas públicas não é objeto de definição legal no plano federal. Tal fato ocorre, pois são ressalvadas as nomeações para cargo em comissão em lei de livre nomeação e exoneração, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988. De acordo com Paro (1996), essa ressalva valoriza a dimensão técnica da gestão e não favorece o estabelecimento de vínculo entre diretor e membros da escola, mas entre Estado e diretor.

1.1.1 Fortalecimento da participação estudantil em uma perspectiva nacional

Outro mecanismo de participação que a escola deve criar, segundo Dourado (2001), é o fortalecimento da participação estudantil, por meio da criação e da consolidação de grêmios estudantis. Vale ressaltar que a instituição e o funcionamento do Grêmios estudantis são definidos pela Lei do Grêmios Livres, que é a Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985 (BRASIL, 1985), e pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) (BRASIL, 1990).

Buscando garantir a gestão democrática e participativa, considerando a participação estudantil, ou seja, o protagonismo juvenil, em 2009, o Ministério da Educação criou o Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI.

De acordo com o Ministério da Educação (2009), o Programa Ensino Médio Inovador tem como objetivo apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível, que atenda às expectativas e necessidades dos estudantes e às demandas da sociedade atual. Deste modo, busca promover a formação integral dos estudantes e fortalecer o protagonismo juvenil, a partir da oferta de atividades que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras.

As escolas selecionadas pelas Secretarias de Educação Estaduais e Distrital receberão apoio técnico e financeiro, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para a elaboração e desenvolvimento de suas Propostas de Redesenho Curricular (PRC). Tais Propostas deverão estar alinhadas com os projetos político-pedagógicos das escolas, articulando as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2012).

1.1.2 A Gestão democrática em Minas Gerais

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, e considerando a necessidade de promover a gestão competente e democrática nas escolas estaduais, assim como ampliar a participação da comunidade escolar nas unidades de ensino, realizou em 15 de dezembro de 2015 o processo de escolha de diretoras/ diretores e vice-diretoras/ vice-diretores, que contou com a ampla participação de mães, pais e responsáveis, estudantes, trabalhadoras e trabalhadores que atuam na escola.

Entretanto, embora tenhamos o amparo legal para exercermos o direito à democratização da instituição escolar, a eleição de diretoras e diretores de escolas públicas, conforme supracitado, não é objeto de definição legal no plano federal e nem no plano estadual, pois são ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, em lei de livre nomeação e exoneração, ou seja, o cargo de diretora/ diretor é um cargo comissionado, dependendo, assim, da nomeação do governador/ governadora.

Vale ressaltar que a gestão democrática depende de um processo de construção social, da disposição e do interesse de todos os membros da escola, ou seja, não depende da autorização do estado. Nesse sentido, de acordo com Ferretti, Araújo e Filho (2013), promover a gestão democrática implica em dedicar tempo, envolvimento e trabalho conjunto dos participantes, implicando, assim, no crescimento do coletivismo na escola.

Outra estratégia que deve ser considerada para o fortalecimento da gestão democrática, em Minas Gerais, amparada pela Resolução SEE nº 2.958 (MINAS GERAIS, 2016), é o processo de escolha de membros dos colegiados das escolas estaduais mineiras. Porém, segundo Ferretti, Araújo e Filho (2013), o Colegiado

escolar não é garantia de democracia, pois embora seja constituído por representantes de todos os segmentos da escola, não é a sua composição que define o seu carácter democrático, e sim o processo pelo qual as decisões são tomadas.

Sendo assim, de acordo com a SEEMG (2016), a participação popular e a gestão democrática permeiam todas as ações relacionadas à educação pública nas escolas estaduais de Minas Gerais.

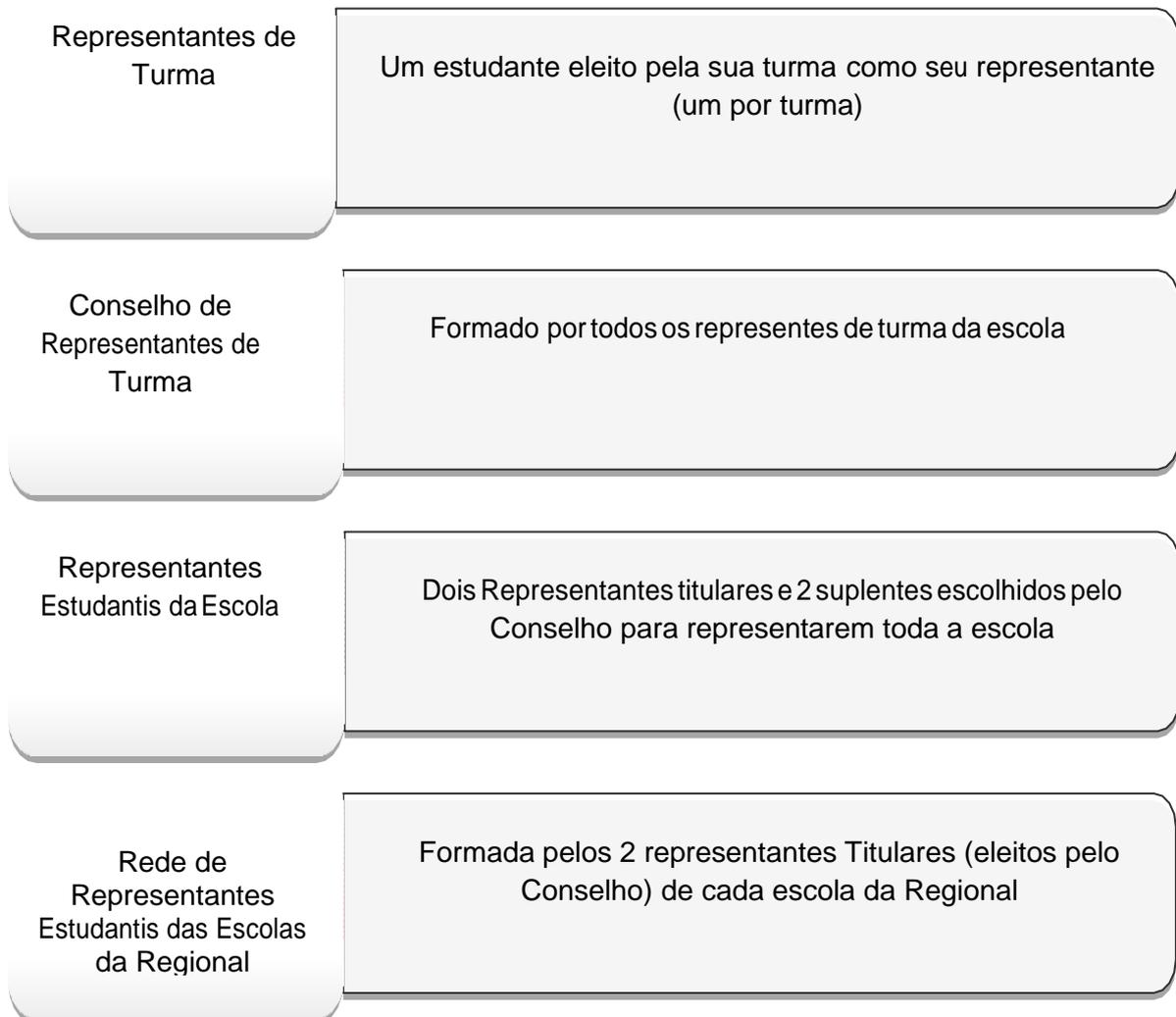
Todavia, além do processo democrático de escolha de dirigentes escolares e do processo de constituição e atuação do Colegiado escolar, conforme supracitado por Dourado (2001), o fortalecimento da participação estudantil, por meio da criação e a consolidação de grêmios estudantis, também é um mecanismo de construção da gestão democrática.

Desde 2015, na perspectiva da gestão democrática e participativa, considerando o protagonismo juvenil, a Secretaria de Educação de Estado de Minas Gerais (SEE) busca fortalecer a gestão democrática. Para tanto, uma das iniciativas foi a criação da Superintendência de Juventude, Ensino Médio e Educação Profissional (SEM), a Diretoria de Juventude (DJUV). O intuito é o de desenvolver ações que mobilizem os estudantes e fomentem a participação no cotidiano escolar, além de buscar o fortalecimento da gestão democrática nas escolas estaduais de Minas Gerais.

Dando continuidade às ações que visam fortalecer a participação da juventude focada na gestão democrática, a SEE programou, nas escolas da rede estadual de MG, em 2017, a Eleição de Representantes de Turma, os Conselhos de Representantes Estudantis da Escola e a Rede de Representantes Estudantis da Regional de Ensino. Essas propostas têm o objetivo de garantir o direito à participação e à livre organização dos estudantes, além de efetivar a gestão democrática e a criação e ampliação dos canais de diálogo dos estudantes com as escolas e a Secretaria, por meio das Ações de Fomento à Participação Estudantil na Escola desde 2016 e do Programa de Convivência Democrática no Ambiente Escolar a partir de 2017.

Desde o ano de 2017, ocorre o processo de eleição de representantes estudantis e várias instâncias são envolvidas, conforme a Figura 1:

Figura 1 - Rede de Representantes Estudantis das Escolas das Regionais de Minas Gerais



Fonte: Minas Gerais (2017).

Nesse sentido, este caso de gestão parte da análise da participação estudantil dos jovens e das jovens da Escola Estadual Cinira Carvalho e da verificação de mecanismos de institucionalização dos espaços de participação das e dos estudantes.

1.2 Caracterização da escola

A Escola Estadual Cinira Carvalho, mantida pelo Estado de Minas Gerais e administrada pela Secretaria de Estado de Educação, de acordo com Projeto Político Pedagógico (ESCOLA CINIRA CARVALHO, 2017), é uma escola pública de referência em qualidade de educação, que busca, cada vez mais, melhor atender à

comunidade, em um resgate à cidadania como marco referencial. Além disso, ela também procura sistematizar o conhecimento.

A instituição foi criada em 04 de dezembro de 1990 e inaugurada em 01 de fevereiro de 1991. No início, sob a direção da pedagoga Lúcia Regina Diniz Ferreira, a escola atendia somente aos alunos do Ensino Fundamental. Em 19 de fevereiro 1994, foi autorizado o funcionamento do Ensino Médio.

Quanto à infraestrutura do prédio escolar, esta é ampla e, embora pequenos reparos sejam realizados para a sua manutenção, a escola necessita de uma reforma. O prédio é constituído por 16 salas de aulas, Sala da Diretoria, Secretaria, Sala da Supervisão, Sala dos Professores, Laboratório de Biologia/Ciências, Laboratório de Informática, Sala da Biblioteca, Cozinha, Pátio descoberto, Pátio coberto e duas Quadras de esportes, sendo uma coberta e outra descoberta.

A escola funciona em dois turnos: manhã e tarde, com os seguintes níveis de ensino: Ensino Fundamental – anos iniciais: alunos do 1º ao 5º ano; Ensino Fundamental – anos finais: alunos do 6º ao 9º ano; Ensino Médio Regular – alunos do 1º ao 3º ano.

Atualmente, a escola possui 948 estudantes, atendidos em dois turnos dentro da Educação Básica (Fundamental e Médio). O quantitativo de turmas está demonstrado na Figura 2, por ano de estudo. Ressalta-se que as turmas da Educação Integral e Integrada não foram somadas, porque se tratam de alunos já matriculados no ensino fundamental e participantes do projeto no contra turno.

Figura 2 – Totalização de Alunos Enturmadados

Totalização de Alunos Enturmadados		Período Letivo:
EE Cinira Carvalho		2018
Rua Augusto Vieira Silva, 440, Santa Efigênia, Lavras - MG Telefone:(35)38216242		Pág.: 1
SRE CAMPO BELO		
Tipo de Ensino		
ENSINO REGULAR - ENSINO MÉDIO		
1º ANO		135
2º ANO		160
3º ANO		163
		Total de Alunos: 458
Tipo de Ensino		
ENSINO REGULAR - ENSINO FUNDAMENTAL		
1º ANO		23
2º ANO		28
3º ANO		29
4º ANO		29
5º ANO		30
6º ANO		81
7º ANO		92
8º ANO		94
9º ANO		84
		Total de Alunos: 490

Fonte: Minas Gerais (2018).

A Escola Estadual Cinira Carvalho, de acordo com Resolução SEE nº 3.660, de 01 de dezembro de 2017 (MINAS GERAIS, 2017), que normatiza todo o funcionamento das escolas estaduais de Minas Gerais para o ano letivo de 2018 e estabelece normas para a organização do quadro de pessoal das escolas estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica, considerando o quantitativo de estudantes, conta com o trabalho de 79 funcionários. Os funcionários estão distribuídos nas seguintes funções: a diretora, 2 vice-diretores (uma vice e um vice), três especialistas, um secretário, 6 assistentes técnicas de educação básica, 14 auxiliares de serviço de educação básica (designados), sendo 11 do sexo feminino e 3 do sexo masculino, 53 professores (33 efetivos e 20 designados), 41 do sexo feminino e 12 do sexo masculino. Os professores estão divididos da seguinte maneira: cinco professoras regentes de turmas/ Ensino Fundamental I (três efetivas e duas designadas), 37 professores regentes de aulas/ Ensino Fundamental II e Ensino Médio, uma professora eventual (séries iniciais do Ensino Fundamental), 3 professoras para o ensino do uso da

biblioteca e 2 professoras de AEE (Apoio à Educação Especial) e 5 professoras intérpretes de libras.

No ano de 2007, foi introduzido o Projeto Aluno de Tempo Integral, hoje com a terminologia de Novo Mais Educação (Federal) e Educação Integral Integrada (Estadual), que evidencia, assim, a preocupação com a qualidade da formação e aprendizagem do aluno. A Educação Integral e Integrada atende a alunos do 1º ao 7º ano, no contraturno, de forma que os estudantes cadastrados no projeto permaneçam o dia todo na escola, participando de oficinas e recebendo lanches e refeição adequados.

No ano de 2017, a escola se tornou núcleo de referência ao atendimento de alunos com deficiência auditiva, em parceria com o Centro de Educação e Apoio às Necessidades Auditivas e Visuais (Cenav). Embora não possua sala de recursos, a equipe gestora e pedagógica da instituição aceitou a proposta da SRE (Superintendência Regional de Ensino), possibilitando, assim, a inclusão dos alunos com necessidades especiais em suas diversas formas. Sobre a Nucleação, o objetivo é atender aos alunos com tais necessidades especiais, com o intuito de maior interação entre eles, os demais alunos e a comunidade escolar, bem como facilitar a logística do transporte público no trajeto entre escola e casa.

Diversas parcerias foram firmadas com a escola, entre elas, destacamos: a) Universidade Federal de Lavras (UFLA), com os projetos i) Atletismo; ii) Programa BIC Júnior, que tem por finalidade incentivar os alunos do Ensino Médio de escolas públicas a realizarem atividades de iniciação científica em projetos desenvolvidos nas universidades; iii) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); b) Faculdade Adventista de Minas Gerais - FADMINAS, com os projetos e iniciativas i) Contação de Histórias; ii) estagiárias; iii) desenvolvimento de um aplicativo para as e os discentes; c) Lavras Tênis Clube, com o projeto LTC (Treinamento do time de basquete da escola); d) Serviço Social do Comércio (SESC), com palestras, teatro, contação de história, entre outros; e, por fim, e) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que atua com os projetos e iniciativas Apoio pedagógico, Jovem Aprendiz, entre outros.

A escola fica localizada em um bairro quase à margem da BR 265 e atende à comunidade do entorno, além de receber estudantes de diversas partes da cidade, que, mesmo morando longe da escola, decidiram manter a sua matrícula.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (ESCOLA ESTADUAL CINIRA CARVALHO, 2017), a escola tem como lema “Trabalho, Lealdade, Liberdade”. Além disso, a sua ação educativa está fundamentada nos princípios da universalização de igualdade, acesso, permanência e sucesso, além da obrigatoriedade da Educação Básica e da gratuidade escolar.

Ainda de acordo com PPP (ESCOLA ESTADUAL CINIRA CARVALHO, 2017) a proposta da instituição é a de ser um espaço educativo de qualidade, democrático, participativo e comunitário, atuando como espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando, preparando-o, assim, para o exercício dos direitos, assim como o cumprimento dos deveres, sinônimo de cidadania.

A missão da Escola (ESCOLA CINIRA CARVALHO, 2017) é a de oferecer um ensino de qualidade, respeitar às individualidades dos alunos e valorizar a participação dos pais e da comunidade. A visão de futuro, ou seja, o propósito da escola é o de melhorar o desempenho e a aprendizagem das e dos estudantes, além de buscar ser referência, através do desenvolvimento eficaz das práticas de democracia e participação da comunidade.

Como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios são adotados:

Éticos: de justiça. Solidariedade. Liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza das de desigualdades sociais e regionais.

Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias (ESCOLA ESTADUAL CINIRA CARVALHO, 2017, p.13).

Dinamicamente, os sujeitos da escola, segundo o PPP (ESCOLA ESTADUAL CINIRA CARVALHO, 2017), buscam promover um ambiente de cooperação e respeito, elevando a motivação e a autoestima dos profissionais, favorecendo a busca de uma linha coerente de ação, respeitando as diferenças, explicitando

conflitos, negociando e procurando soluções e acordos, como base das relações entre educadores.

A elaboração e implantação dos projetos educativos, segundo PPP (ESCOLA ESTADUAL CINIRA CARVALHO, 2017), requerem da equipe escolar um grande esforço conjunto. A gestão de pessoas da escola auxilia na criação de um clima democrático e pluralista, incentivando e acolhendo as participações de todos, de modo a alinhar as ações com as expectativas dos educandos, pais, docentes e comunidade, atendendo, dessa forma, às necessidades de todos.

Evidencia-se que a gestão democrática e participativa é contemplada no Projeto Político Pedagógico. Dessa forma, destaca-se na proposta pedagógica, na missão e nos princípios da escola. No plano de ação da direção, também é contemplada a gestão democrática e participativa, além do compartilhamento do poder. Nota-se que, para todos os projetos e ações, a proposta é a construção coletiva, entretanto, não especifica a participação das juventudes.

1.3 Juventudes e escola

Segundo Leão e Carmo (2014), apesar de todas as dificuldades vivenciadas pela educação pública brasileira, a escola ainda é uma instituição que representa possibilidades de transformação na vida das nossas e dos nossos jovens, além de ser um espaço de convivência e aprendizado.

Entender a questão da juventude na escola não é tarefa fácil. De acordo com Fávero *et al* (2007), trata-se de um desafio pela busca da compreensão do que é ser jovem nos dias de hoje. Para os mesmos autores, as jovens e os jovens se apropriam do social e reelaboram práticas, valores normas e visões de mundo a partir de uma representação de seus interesses e necessidades. Dessa forma, interpretam e dão sentido ao seu mundo. Nesse sentido, entende-se que é preciso trabalhar com a noção de diversas juventudes.

Para entendermos a relação da juventude e a escola, primeiramente, é preciso compreender o que é juventude. Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS (1983 *apud* FERREIRA; FARIAS, 2010), a adolescência constitui um processo biológico de desenvolvimento cognitivo e de estruturação da personalidade. Tal momento corresponde às faixas etárias de 10 a 19 anos, divididas em duas etapas: pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e de adolescência

propriamente dita (de 15 a 19 anos). Já o conceito juventude corresponde a uma categoria sociológica, que indica um momento de preparação para a vida adulta. Porém, de acordo com a Camargo, Simas e Ventura (2010) a Organização das Nações Unidas (ONU) considera que é difícil definir o significado de juventude de maneira concreta e estável. Para a ONU, a faixa etária da juventude é entendida dos 15 aos 24 anos. Para o Estatuto da Juventude no Brasil, é jovem todo o cidadão com idade entre 15 e 29 anos.

Os dados acima trazem um recorte etário da juventude, porém não é possível conceituar o que é juventude.

1.3.1 As juventudes da Escola Estadual Cinira Carvalho

Considerando a faixa etária para definir a juventude, verifica-se, de acordo com a Figura 3, que, na Escola Estadual Cinira Carvalho, estão matriculados 451 estudantes entre 14 anos e maiores de 18.

Figura 3 - Relatório de alunos por faixa etária

Idade		Tipo de Ensino															Tot.			
		ER - ENSINO MÉDIO																		
1º ANO		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41	62	38	13	4	2	160
2º ANO		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	36	91	30	5	5	168
3º ANO		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33	91	13	8	145
Totais		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42	98	162	134	22	15	473

Idade		Tipo de Ensino															Tot.			
		ER - ENSINO FUNDAMENTAL																		
1º ANO		0	0	9	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
2º ANO		0	0	0	13	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31
3º ANO		0	0	0	0	8	18	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27
4º ANO		0	0	0	0	0	8	22	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32
5º ANO		0	0	0	0	0	0	6	21	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29
6º ANO		0	0	0	0	0	0	0	21	49	11	6	1	0	0	0	0	0	0	88
7º ANO		0	0	0	0	0	0	0	0	38	51	10	6	0	0	0	0	0	0	105
8º ANO		0	0	0	0	0	0	0	0	0	23	53	3	2	2	0	0	0	0	83
9º ANO		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	33	9	4	3	0	0	0	77
Totais		0	0	9	23	26	26	29	44	89	85	97	43	11	6	3	0	0	491	

Fonte: Minas Gerais (2018).

Entretanto, para descrever as juventudes da escola abordada, será considerado o conceito de juventude utilizado por Leão e Carmo (2014). Para os autores, a juventude é uma fase da vida que não pode se resumir a um recorte etário. Tal conceito, nesse sentido, é caracterizado como uma categoria social, sendo formado por sujeitos que compartilham experiências de uma mesma geração. Ao mesmo tempo, os autores, baseados nos estudos da Sociologia da Juventude, ressaltam que a juventude não é homogênea, mas heterogênea, pois apresenta diferenças relacionadas à autonomia, independência, idade, gênero, pertencimento social, raça e etnia, desenvolvimento fisiológico e psíquico. Nesse sentido, é necessário enfatizar que a palavra juventude será utilizada no plural, ou seja, “juventudes”, uma vez que ela reconhece que essa categoria é diversa, com aproximações e peculiaridades.

Para cada sujeito, a experiência juvenil vai se apresentar de uma forma. Além disso, as diferenças elencadas contribuem para que cada jovem tenha os seus próprios valores e atitudes. Dessa forma, a juventude é uma fase da vida marcada por diversas transformações, sendo elas de ordens distintas. Nessa perspectiva, Bourdieu (1983, p.113) afirma que, “a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos”. Segundo o autor, a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, assim como a juventude também é manipulada e manipulável.

Nessa perspectiva, após analisar o arquivo da supervisão do ensino médio, referente às atividades realizadas por professoras e professores da escola, às pesquisas na formação do Pacto Pelo Fortalecimento do Ensino Médio, às atividades desenvolvidas nas reuniões pedagógicas e nas salas de aulas e às pesquisas realizadas pelas e pelos representantes de turmas, no período de 2015 a 2018, é possível verificar que as juventudes apresentam algumas características em comum, no que se refere ao perfil juvenil e aos interesses individuais e coletivos, tanto entre as e os jovens que estudaram no mesmo ano, quanto entre as e os jovens que estudaram em anos diferentes.

Uma média de 800 jovens estudou no ensino médio no período de 2015 a 2017 na escola, considerando que os alunos passaram para a série seguinte, ou seja, alguns permaneceram na escola em todas as etapas do ensino médio (1º, 2º e 3º anos). Em 2015, mais de 500 jovens participaram das atividades referentes ao perfil juvenil, que eram atividades da formação de professores do Ensino Médio, o

Pacto Pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Nos anos de 2016 e 2017, as atividades foram realizadas apenas nos primeiros anos do ensino médio pela professora de Biologia, que as adotou como estratégias para conhecer as suas alunas e seus alunos. Essas e esses jovens participaram de rodas de conversas, responderam oralmente algumas questões relacionadas ao que desejam fazer após o ensino médio, sobre lazer, fontes de informação, instituições que mais confiam, entre outras, e produziram alguns desenhos e textos sobre os temas.

Em 2015, 15% das e dos estudantes do ensino médio desejavam fazer um curso superior, 5% um curso técnico, 50% trabalhar e 30% trabalhar e estudar. Em 2016, mais de 50% desejavam trabalhar e estudar, as e os estudantes foram orientados a realizarem o PAS (Processo e Avaliação Seriada da UFLA) e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Em 2017 e 2018, realizou-se um trabalho de conscientização e incentivo de acesso ao curso superior. Nesse sentido, as e os estudantes foram orientados e preparados para realizarem o Processo e Avaliação Seriada da UFLA (PAS) e o ENEM.

Para incentivar os alunos a terem acesso à universidade, a escola estadual Cinira Carvalho participa do UFLA de Portas Abertas desde a sua primeira edição em 2015. De acordo com a UFLA (2018), o UFLA de Portas Abertas é uma mostra de profissões que permite que as e os estudantes conheçam os cursos de graduação, as respectivas profissões, além do funcionamento da universidade.

De acordo com o material arquivado na escola referente ao curso de formação do Pacto Pelo Fortalecimento do Ensino Médio realizado no ano de 2015 e com atividades realizadas por professoras da escola, em relação ao lazer, a internet é campeã entre todas as opções desde 2015. Em segundo lugar, as juventudes preferem ir às festas e, em seguida, ouvir música.

Desde 2015, ao considerar as fontes de informação e grau de confiança, entre 70% e 80% das juventudes da EE Cinira Carvalho utilizam a internet. Porém, desconfiam da veracidade das informações. Já os demais buscam outras fontes de informação, como telejornais.

No período de 2015 a 2017, de acordo com os registros do Pacto Pelo Fortalecimento do Ensino Médio do ano de 2015 e com as atividades realizadas pelas professoras, 90% das nossas jovens e dos nossos jovens consideram que a

instituição que mais confiam e exerce maior influência em suas vidas é a família; em segundo lugar, a igreja; e, por fim, a escola.

Assim como os jovens e as jovens, a instituição escolar é uma construção social com uma longa história. Embora a escola seja uma instituição central na vida das e dos estudantes, elas e eles apresentam dificuldades de se adaptar ao modelo convencional.

De acordo com registros de relatórios do corpo docente do ano de 2015, é um desafio para nós construir uma representação dos jovens da escola. São jovens que demonstram a sua pluralidade, em aspectos como: imagem, comunicação, postura, atitudes e cultura diferenciada, no modo de pensar e agir. Muitas vezes, tais particularidades se refletem em suas ações, tanto positivas, quanto negativas. Cabe à escola formar um indivíduo com educação ampla e crítica, de forma que ele ou ela possa pensar com autonomia e desempenhar os diferentes papéis da vida social.

De acordo com Leão e Carmo (2014), as relações das juventudes com a escola são complexas, pois os professores se limitam ao cognitivo e ao normativo, enquanto os e as estudantes focam na esperança, frustrações e nas relações de construção de identidade.

Nesse sentido, Penin (2001) afirma que a escola apresenta uma função social, que compreende as ligações sociais entre ela e a comunidade. A escola tem o seu papel na sociedade contemporânea, uma vez que já não cabe a ela apenas ensinar. Espera-se da escola outras aprendizagens, como aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (DELORS, 1996).

Sendo assim, a educação, para Freire (1996), é um ato de amor e de coragem. Por isso, não podemos ter medo do debate, sendo preciso trabalhar com as educandas e com os educandos e não sobre elas e eles.

Porém, de acordo com Dayrell e Carrano (2014), através de pesquisas e conversas informais, foram ouvidas diversas reclamações das juventudes em relação à escola e aos professores e às professoras. Tais grupos descrevem o ambiente escolar como enfadonho e percebem a escola como uma obrigação necessária, almejando apenas o diploma de conclusão de curso.

De acordo com registros das atividades realizadas pela escola, para desenhar o perfil juvenil, as e os estudantes da Escola Estadual Cinira Carvalho se enquadram na descrição de Dayrell e Carrano (2014). Em sua maioria, consideram a escola fundamental para a formação, porém, relatam que deixa a desejar na qualidade de

ensino. Acreditam, assim, que poderia ser melhor, tanto pelo interesse do governo, dos professores e, principalmente, pelo interesse dos alunos.

1.4 A participação das juventudes na Escola Estadual Cinira Carvalho

Após analisar o PPP da escola, evidencia-se que a gestão democrática e participativa é contemplada em diversos momentos, como, por exemplo, na proposta, na missão e nos princípios da escola.

Entretanto, conforme já citado, a gestão democrática depende de um processo de construção social, da disposição e do interesse de todos os membros da escola, ou seja, não depende somente da teoria, dos documentos e das legislações. Nesse sentido, é preciso criar espaços de participação.

Nessa perspectiva, as juventudes podem se envolver ativamente nas decisões tomadas pela escola, podem se candidatar ao Colegiado Escolar, participar nos coletivos juvenis do ProEMi, se candidatar à uma vaga de representante de turma e fazer parte dos Conselhos de Representantes Estudantis das Escolas.

Em 2016, aconteceram a assembleia e a eleição para a constituição do Colegiado Escolar, amparadas à Resolução SEE nº 2.958, de 29 de abril de 2016 (MINAS GERAIS, 2016). De acordo com o art. 13, cada categoria da comunidade escolar é representada no Colegiado Escolar da seguinte forma: 50% de representantes da categoria Profissional em Exercício na Escola e 50% de representantes da categoria Comunidade Atendida pela Escola. Já no Art.14, que define o número de membros do Colegiado Escolar, deve ser considerado o número atual de matrículas informado no SIMADE, observando-se a escala a seguir: I – escolas com até 500 estudantes: 6 membros titulares e 6 suplentes; II – escolas com 501 a 1400 estudantes: 12 membros titulares e 12 suplentes; III – escolas com mais de 1400 estudantes: 18 membros titulares e 18 suplentes (MINAS GERAIS, 2016).

Considerando o quantitativo de alunos matriculados na escola pesquisada, observa-se que ela se enquadra no item II da resolução supracitada (escolas com 501 a 1400 estudantes: 12 membros titulares e 12 suplentes). De acordo com os registros referentes à eleição, constatou-se que seis alunos foram candidatos, e os seis fazem parte do Colegiado, pois três são titulares e três são suplentes.

Vale ressaltar que os membros do colegiado são convocados quinzenalmente para reuniões deliberativas e consultivas, de acordo com o Art. 10 da Resolução SEE nº 2.958 (MINAS GERAIS, 2016).

O Colegiado Escolar é órgão representativo da comunidade escolar, com funções de caráter deliberativo e consultivo, conforme a natureza da matéria, respeitadas as normas legais:

§ 1º As funções de caráter deliberativo compreendem as decisões relativas às normas previstas no regimento escolar, aos processos educativos, às diretrizes pedagógicas, a gestão de pessoas, administrativas e financeiras, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola e o Plano de Gestão.

§ 2º As funções de caráter consultivo referem-se à análise de questões de interesse da escola, propostas pelos diversos segmentos da comunidade escolar, e à apresentação de sugestões para a solução das referidas questões (MINAS GERAIS, 2016, p. 8).

Porém, de acordo com as atas das reuniões do Colegiado Escolar, evidencia-se que alguns membros titulares, representantes dos e das estudantes, não comparecem regularmente às reuniões, sendo necessário convocar os suplentes.

Considerando a participação das e dos estudantes no órgão colegiado, vale ressaltar que os membros representantes do segmento estudantes participantes demonstram interesse e seriedade, buscando sanar as suas dúvidas e contribuindo, assim, com opiniões e sugestões. Entretanto, as suas contribuições são individuais e não resultado de consulta ao grupo ao qual representam. Evidenciam-se, através dos relatos nas reuniões do colegiado, que as decisões tomadas não são repassadas aos demais estudantes.

Em relação aos Coletivos Juvenis - ProEMi, de acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2016), o Programa Ensino Médio Inovador busca promover a formação integral dos estudantes e fortalecer o protagonismo juvenil.

A adesão ao Ensino Médio Inovador é realizada pelas Secretarias de Educação Estaduais e Distrital. Nesse sentido, a Escola Estadual Cinira Carvalho foi selecionada para participar do programa. A escola recebeu o apoio técnico e financeiro, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE para a elaboração e o desenvolvimento de suas Propostas de Redesenho Curricular.

As Propostas de Redesenho Curricular foram desenvolvidas e alinhadas com o projeto político-pedagógico da escola, articulado com as dimensões do trabalho,

da ciência, da cultura e da tecnologia, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2012).

Atendendo ao objetivo de fortalecer o protagonismo juvenil e criar espaços de formação de estudantes para fomentar a participação nas ações reais da escola, foram criados, pelos professores, cinco coletivos, com objetivo de, posteriormente, formar um Grêmio estudantil.

De acordo com os relatórios do Programa Ensino Médio Inovador, PDDE (BRASIL, 2017), a divulgação do projeto de construção dos Cinco Coletivos ocorreu no primeiro semestre de 2017, a saber: Jovens Esportistas, Jovens Artistas, Jovens Cientistas, Jovens Ambientalistas e da Diversidade. A seleção das e dos estudantes foi realizada, levando em consideração o perfil dos alunos. Os alunos e as alunas interessados em fazer parte dos Coletivos foram escolhidos de acordo com o perfil que apresentaram, mediante participação da comunidade escolar. Porém, para superar as condições promotoras de exclusão, ocorreram momentos de ampla e livre participação dos jovens nos coletivos propostos.

O coletivo dos Jovens Esportistas ficou responsável por promover competições internas e também incentivar a participação dos alunos nas competições externas. A escola, em parceria com a Universidade Federal de Lavras, já oferece, no contra turno, treinos de atletismo, vôlei, basquete e futsal. Porém, é necessário incentivar as e os estudantes do ensino médio a participarem, pois participam as e os estudantes que são estimulados pelo professor de educação física do ensino fundamental II.

O coletivo dos Jovens Artistas ficou responsável pela organização de eventos culturais dentro da escola, que envolvam dança, teatro, música, dentre outros. Comparando com os anos de 2015 e 2016, no ano de 2017, mesmo com a organização do coletivo, registrou-se poucos eventos culturais, e os que foram realizados, foram organizados pela equipe gestora e pedagógica. A queda desses eventos pode ser justificada, ao comparar a 2015, pelo fato de ter havido a saída das e dos estudantes que concluíram o ensino médio no referido ano. Vale ressaltar que em 2017 ocorreram várias paralisações e uma greve de 23 dias (15/03 a 12/04), além de uma interdição judicial em julho (03 a 12) do mesmo ano, devido a problemas relacionados à segurança e aos laudos de autorização de funcionamento, expedidos pelo Corpo de Bombeiros.

O coletivo Jovem Cientista, em parceria com outras instituições, ficou responsável por uma mostra de ciências, de forma que veiculassem as produções realizadas nos projetos e incentivassem os demais estudantes a se aproximar das ciências em geral. Assim como os eventos culturais foram organizados pela equipe pedagógica, a mostra de ciências também o foi. O coletivo participou como os demais e as demais estudantes da escola.

O coletivo Jovem Ambientalista ficou responsável por atividades que envolvessem a escola e comunidade voltadas para a solução de problemas locais. Este coletivo foi atuante, junto com outra ação do ProEMi, sendo ela a iniciação científica. Este coletivo atuou de maneira interdisciplinar, tendo realizado diversas atividades na escola, tais como campanhas de conscientização sobre o meio ambiente, com culminância na criação de um espaço de convivência em uma área da escola que estava abandonada e com entulhos.

E por fim, o Coletivo da Diversidade se responsabilizou pela promoção de debates sobre a diversidade presente na escola. Além disso, articulou ações que buscavam a desconstrução de preconceitos, por meio da oferta de oficinas coordenadas pelos estudantes. Esse coletivo desenvolveu diversos encontros de estudos, orientados pela professora de sociologia. Porém, os integrantes, de acordo com a professora, não liam os textos encaminhados. A professora mediadora organizou, junto aos e às estudantes, um café solidário na praça central da cidade. Em conjunto, produziram oficinas relacionadas à gênero e diversidade, com o objetivo de romper barreiras e preconceitos. Além disso, os responsáveis das e dos demais estudantes foram convidados a participar. Por fim, houve uma mostra cultural, com danças, poemas e músicas, além de rodas de conversas, etc.

Todos os coletivos tinham o objetivo de agirem de maneira articulada para a construção de uma escola melhor, além de buscar a formação de um Grêmio estudantil, visando à participação dos estudantes nos processos de discussão e decisão acerca da vida da escola. Estes grupos tinham o objetivo de, articulados com o grêmio, desenvolver projetos relacionados à criação do jornal semestral da escola; campanhas solidárias, voluntariado; promoção de valores; conhecimento; e promoção dos direitos sociais e direitos políticos.

Os coletivos não desenvolveram ações em comum e ainda não conseguiram criar o jornal e campanhas solidárias em conjunto na escola. Além disso, as ações foram fragmentadas.

Segundo Silva e Glotz (2011), o desenvolvimento contínuo faz parte da condição do indivíduo, considerando que a pessoa é uma realidade em processo. Nesse sentido, o protagonismo das e dos adolescentes pressupõe uma relação dinâmica entre formação, conhecimento, participação, responsabilização e criatividade como instrumento de fortalecimento do educar para a cidadania.

Para Costa (1999), protagonismo juvenil significa que o jovem deve ser o personagem principal. Ou seja, uma ação é protagônica quando a educanda ou o educando é o/a personagem principal no processo de decisão.

Nota-se que há um envolvimento das e dos estudantes na execução de algumas atividades dos coletivos. Porém, para que ocorra o protagonismo juvenil, é necessário que as juventudes participem de todo o processo de elaboração das atividades. Ou seja, o protagonismo deve ser vivido como participação da e do adolescente no ato criador da ação educativa, em todas as etapas de sua evolução. Porém, as e os estudantes foram apenas comunicadas/os das atividades que desenvolveriam, não participaram das tomadas de decisões.

1.5 Grêmios Estudantis

O grêmios estudantis pode contribuir para o processo de democratização da escola. Porém, a sua instalação e constituição dependem da iniciativa das e dos estudantes para que haja preservação de sua autonomia. Sendo assim, o papel das educadoras e dos educadores, segundo Ferretti, Araújo e Filho (2013), é mais o de estimular e agir como interlocutores. Porém, nem sempre o Grêmios Estudantis contribui para a democratização da escola, uma vez que não necessariamente ele é instituído e, em muitos casos, quando instituído, ele se limita à promoção de eventos.

De acordo com Ferretti, Araújo e Filho (2013), a instituição e o funcionamento do Grêmios estudantis são definidos pela Lei do Grêmios Livre, que é a Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985 (BRASIL, 1985) e pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990).

O movimento estudantis surgiu logo no início do século XX, com a criação da Federação dos Estudantes Brasileiros. De acordo com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES, 2018), em 1902 foi fundado o primeiro Grêmios Estudantis do país e, desde o início, a organização coletiva da juventude esteve

envolvida com as principais questões do Brasil. Porém, no período da ditadura militar, o Grêmio estudantil foi considerado ilegal e, apenas em 1985, após muita luta dos estudantes, organizados em suas entidades estaduais e nacionais, foi instituída, com a UBES, a Lei do Grêmio Livre, que garantiu a reabertura dos grêmios estudantis nas escolas do país.

Motivados pelas manifestações de junho de 2013, os e as estudantes do ensino médio da Escola Estadual Cinira Carvalho começaram a se organizar e a reivindicar espaços de participação na escola. No decorrer dos anos subsequentes, diversas ações foram realizadas, até culminar na idealização do grêmio pelas e pelos estudantes, que foram incentivados pelos professores e pelas professoras.

No período entre maio e outubro de 2015, aconteceu, no recinto da escola, uma formação voltada para a cidadania, organização e participação da juventude na escola, com o objetivo de instituir o Grêmio Estudantil. Ela foi motivada pela demonstração do interesse das e dos estudantes, que estavam envolvidos com o movimento estudantil e com integrantes do Levante Popular da Juventude.

Após a formação, seguindo às orientações contidas no material da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), as e os estudantes seguiram os seguintes passos:

O grupo que pretende formar o grêmio comunica à direção da escola, divulga a proposta entre os alunos, convidando os interessados e os representantes de classe (se houver) para formar a Comissão Pró-Grêmio. Este grupo elabora uma proposta de estatuto que será discutida e aprovada pela Assembleia Geral. A Comissão Pró-Grêmio convoca todos os alunos da escola para participar da Assembleia Geral. Nesta reunião, decide-se o nome do grêmio, o período de campanhas das chapas, a data das eleições e se aprova o Estatuto do Grêmio. Nessa reunião também são definidos os membros da Comissão Eleitoral. Os alunos se reúnem e formam as chapas que concorrerão à eleição. Eles devem apresentar suas ideias e propostas para o ano de gestão no Grêmio Estudantil. A Comissão Eleitoral promove debates entre as chapas, abertos a todos os alunos. A Comissão Eleitoral organiza a eleição (o voto é secreto). A contagem é feita pelos representantes de classe, acompanhados de dois representantes de cada chapa e, eventualmente, dos coordenadores pedagógicos da escola. No final da apuração, a Comissão Pró-Grêmio deve fazer uma Ata de Eleição para divulgar os resultados. A comissão Pró-Grêmio envia uma cópia da Ata de Eleição e do Estatuto para a direção da escola e organiza a cerimônia de posse da diretoria do Grêmio (UBES, 2018, s.p.).

Vale ressaltar que apenas uma chapa foi formada e, por aclamação, foi constituído o Grêmio na Escola Estadual Cinira Carvalho em novembro de 2015. O

Grêmios se constituíram com a maioria das e dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio, e estes desempenhavam papel de liderança.

No mês de novembro e de dezembro, o Grêmios foi atuante, tendo desenvolvido, na escola, atividades culturais e realizado campanhas solidárias. Além disso, procurou se inteirar sobre a dinâmica da escola, assim como incentivar e apoiar a criação de uma chapa para concorrer à escolha democrática, através do voto, para a nova direção escolar 2016/2018.

Havia apenas uma chapa inscrita para concorrer à direção. Nesse sentido, com o incentivo e apoio do Grêmios, criou-se a chapa 2. A chapa apoiada pelo grêmios foi escolhida, com mais de 70% dos votos.

Entretanto, no ano de 2016, a nova direção assumiu, com o objetivo, de acordo com o Plano de Gestão (2015), de realizar uma gestão democrática e participativa, com o apoio do Grêmios. Porém, como as lideranças do Grêmios eram alunos das turmas que concluíram o ensino médio no ano de 2015, ele não se sustentou.

As e os estudantes do 8º ano do ensino fundamental buscam, desde 2017, compor novas chapas para constituí-lo. Porém, ainda não conseguiram se organizar e nenhum professor e/ou professora demonstrou interesse em mediar o grupo de alunos.

Dessa maneira, considerando a gestão democrática e participativa e o protagonismo juvenil, por meio das Ações de Fomento à Participação Estudantil na Escola implementada pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) de MG, a Escola Estadual Cinira Carvalho realizou a Eleição de Representantes de Turma e o Conselho de Representante Estudantil da Escola, de acordo com as orientações da SEE.

No ano de 2017, os professores e as professoras escolheram as turmas para serem representantes e indicaram o aluno representante, justificando que eles e elas não apresentavam maturidade para escolherem e acabavam indicando um/uma representante que não apresentava perfil de liderança.

Em 2018, com o objetivo de criar espaços de participação, estimular o protagonismo juvenil, primeiro solicitamos que os e as estudantes interessados/as em ser representantes da turma apresentassem propostas de melhoria para a sala e para a escola. Depois, deveriam apresentá-la para a turma, que, por sua vez, votaria no candidato que considerasse ideal para representá-la. Antes da apresentação, os

e as estudantes foram orientados em relação à importância do voto e da escolha do representante.

Esses representantes se reuniram quinzenalmente para trocarem ideias, se organizarem, receber formação sobre o funcionamento da escola e acerca de como poderiam participar para a melhoria da instituição.

O grupo de representantes mostrou-se envolvido com os projetos da escola, porém evidenciou-se que era necessário conduzi-lo. Demonstrou que faltava protagonismo.

Neste capítulo, fez-se uma descrição do caso de gestão investigado, sendo apresentado um histórico da Escola Estadual Cinira Carvalho, enfatizando a sua criação, estrutura e desenvolvimento. Um panorama referente ao perfil das juventudes foi apresentado, assim como os programas e projetos relacionados à participação das juventudes e as legislações que abordam a gestão democrática e participativa no âmbito educacional.

2 A PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES NA ESCOLA, NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Este capítulo está dividido em seções que tem o objetivo de tratar da fundamentação teórica sobre as juventudes, o protagonismo juvenil, a educação e a gestão democrática e participativa, considerando os avanços legais e a prática cotidiana. Além disso, será descrita a metodologia a ser utilizada para o desenvolvimento do trabalho. Por fim, será feita a análise dos dados coletados na pesquisa de campo.

2.1 Juventudes

De acordo com o art. 2º, da Lei nº 8.069 (BRASIL, 1990), que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Além disso, de acordo com a Lei nº 12.852 (BRASIL, 2013), que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, são jovens as pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade. Para Abramo e León (2005), a definição da juventude por idade varia de país para país e encontra elementos objetivos, em relação à maturidade biológica, e essa delimitação é importante para as políticas públicas.

A nossa maneira de compreender as e os jovens é embasada nas diversas imagens com as quais nos deparamos no cotidiano. Nesse prisma, Dayrell (2003) afirma que a imagem da juventude, na condição de transitoriedade, ou seja, como uma passagem para a vida adulta, como algo a vir a ser, é a mais dominante. Nesse sentido, o presente é negado como espaço de formação, assim como as questões existenciais inerentes à juventude.

De acordo com o autor, há também uma predisposição para a imagem romântica da juventude, focada na indústria cultural e no mercado de consumo. Tais representações midiáticas compreendem essa etapa como um tempo de liberdade, de prazer e de expressão de comportamentos exóticos. Há, ainda, a perspectiva da juventude como um momento para errar, para experimentar, uma etapa propícia ao prazer e à falta de responsabilidade. Além dessas associações, há a inclinação de relacionar a juventude com a cultura, em que a condição juvenil é expressada aos

fins de semana. A juventude como uma fase difícil, de crise, com conflitos com a autoestima e distante da família são outros modelos socialmente construídos.

Porém, de acordo com o mesmo autor, correlacionar a juventude a essas imagens pode levar a uma análise negativa das e dos jovens.

Nessa perspectiva, a discussão aqui proposta será embasada nas ideias abordadas por Dayrell, Carrano e Maia (2014), que partem do conceito de que a adolescência e a juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional. Ou seja, ela não se reduz a um recorte etário. Os autores, nesse sentido, definem a adolescência como a primeira etapa de uma idade da vida mais ampla, que é a juventude, e esta etapa é parte de um processo de crescimento totalizante, que é moldada de maneira específica nas experiências vivenciadas pelos sujeitos no seu contexto social, cultural e histórico. Sendo assim, há diferentes modos de vivenciar a juventude, e estes modos são constituídos através da articulação das diferentes condições sociais, além da diversidade cultural, de gênero e das diferenças territoriais. Partindo desse pressuposto, Dayrell, Carrano e Maia (2014) enfatizam a noção de juventudes, no plural, para ressaltar as diversas maneiras de ser jovem.

Para Dayrell (2016), há uma juventude diversificada, e essa pluralidade vai além da diferenciação relacionada ao gênero, à raça, ou à condição social. Ou seja, ainda que pertencendo a um mesmo grupo caracterizado pela raça, pelo gênero ou pela mesma condição social, os sujeitos apresentam identidades e comportamentos diferentes do seu grupo.

A relação entre sociedade *versus* indivíduos e grupos juvenis caracteriza a condição juvenil. E esta relação é dialética, isto porque se baseia em uma relação de contradição entre sociedade e juventudes, conforme afirma Groppo (2010). De acordo com o mesmo autor (2010, p.19), esta concepção dialética demonstra trajetórias de indivíduos e grupos juvenis que oscilam no duplo movimento que envolve integração *versus* inadaptação; socialização *versus* criação de formas de ser e viver diferentes; papéis sociais *versus* identidades juvenis; institucionalização *versus* informalização; homogeneização *versus* heterogeneidade; e heterogeneização cultural *versus* sub-culturas, etc.

Nesse sentido, Bondía (1994) afirma que a experiência é aquilo que ocorre entre o sujeito e o objeto, além de constituir e transformar ambos. A experiência advinda das relações sociais, afetivas e culturais caracteriza as diversas juventudes

2.1.1 Condição Juvenil

De acordo com Spósito, Souza e Silva (2018), o sistema brasileiro de ensino, desde a metade do século XX, é marcado pela sua rápida expansão. O período apontou o crescimento de oportunidades de escolarização para os diversos segmentos da sociedade em todas as etapas da educação básica e, conseqüentemente, o aumento de estudantes no país.

As autoras supracitadas afirmam que as estatísticas apontam para a continuidade desse movimento.

Em 2004, 81,8% dos indivíduos dessa faixa etária frequentavam uma instituição de ensino; dez anos depois, em 2014, esse índice subiu para 84,3%. Tendo em vista essa situação, é possível afirmar que a construção de conhecimentos acerca da condição juvenil e das vivências de moças e rapazes de 15 a 17 anos está cada vez mais relacionada àquilo que experimentam na escola e às tensões de se viver a condição de estudante, o que não significa subsumir suas experiências à dimensão estritamente escolar e estudantil (SPÓSITO; SOUZA; SILVA, 2018, p. 5).

Entretanto, de acordo com dados do IBGE (2018), a população jovem no Brasil, compreendida na faixa etária de 15 a 29 anos, é cerca de 48,5 milhões, e metade desses e dessas jovens não concluíram o ensino superior e nem frequentaram escolas, cursos, universidades ou qualquer outra instituição de ensino em 2017. O prazo dado pela Emenda Constitucional nº 59 (BRASIL, 2009) para que todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos estejam matriculados na escola venceu em 2016. Porém, há 1,7 milhão de jovens fora da escola, o equivalente a 16% dessa faixa etária. Se excluirmos os que já concluíram o Ensino Médio, tal percentual cai de 16% para 13%.

Segundo dados do Censo (IBGE, 2010), 85% da população jovem do Brasil viviam nas áreas urbanas, e grande parte se encontrava inserida nas camadas mais pobres da população brasileira, com renda *per capita* de um salário mínimo.

Para Dayrell, Carrano e Maia (2014), a condição juvenil, aliada à pobreza, interfere na trajetória, nas possibilidades e nos sentidos de vida dos e das jovens. Assim, as juventudes vivem o grande desafio de garantir a própria sobrevivência imediata e um possível projeto de futuro.

Nesse sentido, embora na última década o Brasil tenha caminhado em relação aos avanços sociais, na realidade, as políticas públicas desenvolvidas não conseguiram diminuir as desigualdades sociais que influenciam as trajetórias da maioria dos jovens brasileiros, conforme afirmam Dayrell, Carrano e Maia (2014).

Sendo assim, grande parte de nossas juventudes apresentam realidades cotidianas marcadas pelos baixos níveis de escolaridade, trabalho precário e desemprego, além de perspectivas de vida baixa, devido à violência nas áreas urbanas.

2.1.2 Juventudes e Políticas Sociais

O compromisso da ONU para com a juventude data de 1965, conforme expõem Silva e Andrade (2009, p.45), quando os Estados-membros assinaram a Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos. Em 1985, a ONU instituiu o Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz e, assim, o tema ganhou destaque.

Entretanto, ainda de acordo com Silva e Andrade (2009), somente em 1995, a ONU recomendou que os países membros adotassem uma estratégia internacional para enfrentar os desafios da juventude. Esta estratégia foi consolidada no Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), aprovado pela Resolução nº 50/1981 da Assembleia Geral das Nações Unidas (SILVA; ANDRADE, 2009). Em seguida, é importante ressaltar a Declaração de Lisboa sobre a Juventude, lançada após a I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens, em 1998, e o Plano de Ação de Braga, com origem no Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas.

Internacionalmente, as questões das juventudes foram consideradas e obtiveram avanços nos últimos 20 anos, conforme afirmam Silva e Andrade (2009), principalmente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e na agenda dos países-membros da Organização Ibero-Americana de Juventude. Tais avanços estão apresentados no Quadro 1, a seguir.

Porém, o Informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da ONU apresentou um cenário desanimador, uma vez que não houve real avanço, para a juventude mundial, no que tange os direitos humanos. De acordo com este documento apresentado pelas autoras supracitadas, Silva e Andrade (2009), de um total de 1,2

bilhão de jovens em todo o mundo, 200 milhões sobreviviam com menos de US\$ 1,00 per capita por dia, 88 milhões não tinham emprego, e 10 milhões portavam o vírus da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS).

Silva e Andrade (2009) ainda atestam que o Informe supracitado salientava que a juventude estava contemplada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Porém, não foi mencionada de forma clara, o que gerava a invisibilidade dos jovens na interpretação e na implementação destes documentos. Em relação a essa situação, a ONU (2005) propõe que os relatórios de avanços, na proteção dos direitos humanos, fossem detalhados por faixa etária (SILVA; ANDRADE, 2009). De acordo com Silva e Andrade (2009), o caminho apontado pelas Nações Unidas destacava a necessidade de intervenções públicas nas áreas de educação, saúde e emprego.

Quadro 1- Marcos históricos das ações da ONU, em relação às questões das juventudes

Ano	Ações da ONU
1965	<ul style="list-style-type: none"> Os Estados-membros assinaram a Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos
1985	<ul style="list-style-type: none"> Instituição do Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz A Resolução nº 50/1981 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução nº 50/1981.
1995	<ul style="list-style-type: none"> Propõe, aos países-membros, a adoção de uma estratégia internacional para enfrentar os desafios atuais e futuros da juventude
1998	<ul style="list-style-type: none"> I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens Declaração de Lisboa sobre a Juventude Plano de Ação de Braga
2005	<ul style="list-style-type: none"> A Assembleia Geral das Nações Unidas lança o Informe 2005 sobre a situação da juventude no mundo

Fonte: Elaborado pela autora.

O Informe sobre a Juventude Mundial da ONU mostrava, ainda, que, segundo Silva e Andrade (2009), a maioria dos problemas atingia, indistintamente, os jovens do mundo inteiro, sendo que o quadro, no entanto, era mais grave nos países em desenvolvimento.

Considerando o Brasil como exemplo, vale ressaltar que a garantia de direitos humanos de grande parte da juventude é preocupante, conforme Silva e Andrade (2009, p.45) apresentam nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD):

A população brasileira de jovens entre 15 a 29 anos alcançava cerca de 49,8 milhões de pessoas, correspondendo a 26,54% da população total. Destes jovens, 29,8% poderiam ser considerados pobres porque viviam em famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo (SM). No grupo de 15 a 17 anos, apenas 47,9% cursavam o ensino médio, considerado o nível de ensino adequado a esta faixa etária. Na área rural, este índice não ultrapassava 30,6%. Ainda em 2007, havia 4,8 milhões de jovens desempregados, representando um número de 60,74% do total de desempregados no país e correspondente a uma taxa de desemprego três vezes maior que a dos adultos. Especialmente elevado (19,8%) era o número de jovens que não estudavam nem trabalhavam. Destaca-se que, ao lado do tema do desemprego, o da violência comparece com bastante eloquência quando se trata de identificar as vulnerabilidades na situação social da juventude brasileira. Nos últimos anos, têm-se registrado taxas elevadas de vitimização fatal entre os jovens, principalmente em decorrência de causas externas. O óbito por causa violenta vem aumentando seu peso na estrutura geral da mortalidade no Brasil desde os anos 1980, afetando, principalmente, jovens do sexo masculino, pobres e negros, com poucos anos de escolaridade, que vivem nas áreas mais carentes das grandes cidades do país. Na faixa etária entre 15 a 24 anos, as mortes violentas representaram, em 2007, o percentual alarmante de 67,7% (SILVA; ANDRADE, 2009, p.45).

De acordo com os dados supracitados, vale considerar alguns marcos referentes à trajetória das juventudes brasileiras. No Brasil, durante o período de industrialização, segundo Novaes (2009), existiam dois tipos de juventudes, sendo uma parte da classe trabalhadora, que sequer não era vista como jovem, e a outra era formada pelas e pelos jovens que se preparavam para a vida adulta, por meio da educação. Nesse sentido, o investimento em educação tinha o objetivo de preparar os e as jovens para o mercado de trabalho, ou seja, tratava-se da qualificação de uma força de trabalho das novas gerações.

A recessão e o aumento da pobreza, conforme Novaes (2009), marcaram o país na década de 1980. Diante desse contexto e para sair da crise, os governos apontaram as juventudes como agentes para o desenvolvimento. Nesse sentido, as e os jovens eram envolvidos em projetos e programas voltados para o empreendedorismo juvenil. Para enfrentar a violência, foram desenvolvidos projetos voltados para a prevenção de delitos. Além disso, foi dada maior ênfase às atividades culturais, com vistas a conter a violência e garantir a ressocialização das e dos jovens.

No final do século XX, as juventudes não eram consideradas com suas questões peculiares e/ou como segmento populacional, pois a reinserção escolar e a capacitação para o trabalho não foram desenvolvidas para garantir os direitos das e

dos jovens e sim para conter, quiçá eliminar, a violência e a fragmentação social, como afirma Novaes (2009).

Ainda segundo Novaes (2009), somente no início do novo milênio, a juventude começou a ser pensada a partir de um novo conceito, pois a globalização permitiu identificar, apesar das diferenças e desigualdades, marcas geracionais comuns nos diversos sujeitos jovens de diferentes países.

A partir 2004 , de acordo com Silva e Andrade (2009), o Brasil avançou significativamente em relação às políticas públicas voltadas para as juventudes, conforme apresentado no Quadro 2, a seguir. Nesse sentido, vale ressaltar, na esfera nacional, a estrutura administrativa responsável pela área da juventude promovida desde 2005, composta pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), pelo Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e pelos programas específicos para os jovens, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), destaque da política nacional de juventude.

Quadro 2 - Avanços nas políticas públicas voltadas para as juventudes no Brasil

(continua)

1997	A repercussão nacional do assassinato em Brasília do índio pataxó, Galdino Jesus dos Santos, que foi incendiado enquanto dormia em uma parada de ônibus, por cinco jovens de classe média, constituiu elemento importante para a formação de uma opinião pública sensível ao tema juventude. Este assassinato, que configurou o evento culminante de uma série de outros episódios, como o de adolescentes na igreja da Candelária no Rio de Janeiro e as rebeliões no interior de várias unidades socioeducativas, favoreceu o desencadeamento de algumas ações públicas especificamente dirigidas aos segmentos juvenis.
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Inicia-se, no Brasil, um amplo processo de diálogo entre governo e movimentos sociais sobre a necessidade de se instaurar uma política de juventude no país • Realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados (organizou debates – conferências regionais – em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas) • Criação do Grupo Interministerial, ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) (realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e das ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil) • Realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude • Encaminhamento de projeto de lei (PL), propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL no 4.529/2007); • Encaminhamento de PL, versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL no 4.530/2004), o qual estabelece os objetivos e as metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros
2005	<ul style="list-style-type: none"> • Criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão executivo ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República, • Criação do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), órgão de articulação entre o governo e a sociedade civil, consultivo e propositivo • Programa Nacional de Inclusão de Jovens, que contemplava ações de aceleração de escolaridade, qualificação profissional e execução de ações comunitárias para os jovens. Além disso, transferia auxílio financeiro da ordem de R\$ 100,00 para os jovens.
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão sobre o redesenho do PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) • Lançamento do ProJovem Integrado
2008	<ul style="list-style-type: none"> • I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude • Lançamento do pacto da Juventude

Quadro 2 - Avanços nas políticas públicas voltadas para as juventudes no Brasil

(conclusão)

2009	<p>Programas para a juventude do governo federal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ProJovem (ProJovem Urbano – ProJovem Adolescente – ProJovem Trabalhador – ProJovem Campo) • Soldado Cidadão • Jovem aprendiz • Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade de Proeja • Programa Universidade para Todos (ProUni) • Projeto Rondon • Programa Nossa Primeira Terra • Programa PRONAF Jovem • Programa Segundo Tempo • Programa Bolsa Atleta • Programa Escola Aberta • Pontos de Cultura • Programa Juventude e Meio Ambiente • Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) – apoio Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) • Programa Saúde na Escola (PSE) • Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)
------	--

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Silva e Andrade (2009).

Segundo Silva e Andrade (2009), é preciso considerar o esforço da esfera federal na constituição de políticas voltadas para as juventudes. Porém, o objetivo de implementar políticas integradas e de assegurar a construção de políticas, a partir de uma agenda que inclua as temáticas e os problemas juvenis, tendo os jovens como participantes deste processo, é um desafio.

A escola pública brasileira seguiu a mesma trajetória da sociedade que distribuiu historicamente seus bens materiais e imateriais de maneira desigual, o que estabilizou uma estrutura de classe excludente. Assim, de acordo com Moll e Garcia (2014), a escola pública é desigual e insuficiente em tempo educativo nas dimensões formativas, ou seja, privilegiou alguns, em detrimento da maioria.

Nesse sentido, Moll e Gracia (2014) versam que políticas públicas que asseguram a educação básica, considerada dos 4 aos 17 anos, são recentes. Como exemplo, cita-se o efetivo reconhecimento do Ensino Médio como etapa conclusiva da educação básica como direito para os jovens brasileiros. Vale ressaltar que o Ensino Médio só foi efetivamente reconhecido, a partir da emenda constitucional nº 59, de 2009, e incluído no texto da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação em abril de 2013.

Assim, é preciso reconhecer o grande desafio em avançar nas políticas educacionais para as juventudes, na perspectiva de uma educação emancipadora que se aproxime da justiça social, conforme apresentada por Freire:

[...] a perspectiva da educação em Direitos Humanos, que defendemos, é esta, de uma sociedade menos injusta para, aos poucos, ficar mais justa. Uma sociedade reinventando-se sempre com uma nova compreensão do poder, passando por uma compreensão da produção. Uma sociedade em que a gente tenha gosto de viver, de sonhar, de namorar, de amar, de querer bem (FREIRE, 2001, p. 101-102).

Todavia, para alcançarmos a educação de Direitos Humanos, é preciso considerar que a história é uma possibilidade e não uma determinação. Além disso, podemos lutar para transformar nossas realidades, que são marcadas pela injustiça social e, assim, através da educação, mudar a realidade das juventudes brasileiras.

Dessa maneira, educadoras e educadores precisam agir para transformar a sociedade, conforme assevera Freire:

Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que

simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade (FREIRE, 1996, p. 46).

Nesse sentido, cabe à professora e ao professor ensinar para além dos seus conteúdos, cabe às e aos educadores ensinar às e aos estudantes que podemos ler o mundo, interpretá-lo e transformá-lo.

2.1.3 Juventudes e escola

Corbucci, Codes e Chaves (2009) afirmam que o acesso restrito à educação infantil e a baixa efetividade do ensino fundamental, pelas juventudes, somadas com as precárias condições socioeconômicas acarretam na elevada defasagem educacional (anos de estudo e capacidades e habilidades desenvolvidas), distorção idade série e evasão, culminando na não conclusão do ensino médio.

Porém, outros fatores contribuem para a evasão das juventudes, como a própria percepção das juventudes em relação à escola. Conforme assevera Dayrell e Carrano (2014, p. 102), para grande parte dos jovens, a instituição parece se mostrar distante de seus interesses e necessidades.

A escola é um espaço onde as jovens e os jovens passam grande parte do seu tempo. É neste local que muitas amizades são feitas, sendo nele possível compartilhar experiências, projetos de vida e valores. Nesse ponto de vista, Leão e Carmo (2014) consideram que ela é uma instituição fundamental na vida das e dos jovens, pois é um espaço de convivência e aprendizado.

Entretanto, de acordo com Dayrell e Carrano (2014), o cotidiano escolar é descrito pelas juventudes como entediante, ou seja, a escola é muitas vezes percebida como uma obrigação necessária, pois é preciso concluir os estudos para garantir o diploma. Por outro lado, os professores e as professoras descrevem as juventudes como um problema, demonstram que há uma relação conflituosa entre o corpo docente e o corpo discente, que é marcada pela falta de respeito, fato manifestado pelas e pelos jovens com professores e professoras e com os próprios jovens.

Para Dayrell e Carrano (2014, p. 103), “parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores, alunos, alunas e gestores se culpando mutuamente, perguntando a que ela se propõe”. Contudo, os sujeitos que constituem a escola são seres sociais que reverberam os problemas e desafios da sociedade.

Sendo assim, evidencia-se que a escola é um fragmento da sociedade, pois nela se reproduz, em menor escala, o que ocorre nos demais espaços sociais. Nesse sentido, situações que desencadeiam conflitos acontecem, tais como: indisciplina, uso indevido do celular na sala de aula, agressões físicas e/ou verbais, falta de respeito com os professores e com as professoras. Partindo desse pressuposto, os mesmos autores, Dayrell e Carrano (2014), asseguram que é preciso reinventar a escola, considerando como centralidade as e os estudantes no processo educativo. Logo, o professor apresenta um papel fundamental para diminuir o distanciamento entre as juventudes e a escola, conforme afirma Carrano:

O educador atento precisa ser capaz de indagar o que os grupos culturais da juventude têm a nos dizer. Não estariam eles provocando-nos – de muitas e variadas maneiras – para o diálogo com os sentidos de práticas culturais que não encontram espaço para habitar a instituição? Aquilo que consideramos como apatia ou desinteresse do jovem, não seria um deslocamento de sentido para outros contextos educativos que poderíamos explorar, desde que nos dispuséssemos ao diálogo? A evasão escolar não seria precedida de uma silenciosa evasão subjetiva de presença na instituição? (CARRANO, 2005, p. 7).

Para Carrano e Dayrell (2013), o jovem não é convidado a manifestar a sua opinião nas questões que lhe dizem respeito e, muito menos, é considerado interlocutor válido na escola no momento de uma decisão importante. Tal atitude pode levar a um desânimo em participar e em ser protagonista.

Nesse sentido, conforme elucidam Dayrell e Carrano (2013), as e os estudantes precisam ser percebidos como juventudes e não somente como alunas e alunos. Ou seja, eles precisam ser considerados sujeitos de direitos e de cultura e não apenas como objetos das ações educativas.

Na mesma perspectiva, Teixeira (2014) assevera que precisamos considerar que temos mais que alunos e alunas na instituição escolar, que temos meninos e meninas, garotos e garotas, que compartilham os espaços e tempos de suas vidas conosco na escola. Para a autora, o jovem é o substantivo, e o aluno é o adjetivo.

Nessa lógica, Freire (1996) valida a importância do saber escutar as e os jovens, pois é através da escuta, que o educador transforma o seu discurso do falar a ele, para o falar com ele. Freire (1996) ainda afirma que:

[...] as escolas não são espaços exclusivos para o puro aprender e para o puro ensinar. São locais nos quais se estabelecem vínculos e se criam expectativas e sentimentos. Ou seja, ensinar não pode ser constituído por um simples repassar ou transmitir conhecimentos. O próprio processo de conhecer exige a percepção das relações – com os objetos e com as pessoas (FREIRE, 1996, p. 13).

Para Freire (1987, p.96), “ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é consequência óbvia”.

Portanto, é necessário entender as juventudes, suas experiências e perspectivas, desenvolvendo uma escuta atenciosa e compreensiva, buscando revelar quem são os sujeitos que compõem as juventudes, conforme afirma Dayrell:

Mas ainda é preciso avançar na compreensão da juventude e das suas relações com a escola, o que implica o desenvolvimento de investigações que centrem suas atenções nos jovens reais, estudos que reflitam, por exemplo, sobre os tempos vividos pelos educandos nas especificidades da sua idade, de sua condição humana, de gênero, de sua cultura e sociabilidades, situando esses processos nas determinações estruturais que produzem várias formas de ser jovem na sociedade. Por essas razões, há evidentes lacunas quanto ao estudo dos jovens estudantes da zona rural e de camadas médias ou de elites. Trata-se, assim, de construir um amplo leque de investigações que apreenda de modo denso as formas diversas que constroem a experiência juvenil contemporânea, no Brasil, em suas relações com a escola. (DAYRELL, 2009, p. 82)

Nesse sentido, na busca da compreensão das juventudes, será possível desenvolver práticas escolares, considerando, também, o ponto de vista desses sujeitos.

Assim, Freire (1996) defende que ensinar exige querer bem os educandos. O autor assegura que, na verdade, é preciso estar aberto ao querer bem aos educandos e isso não quer dizer que o professor é obrigado a querer bem a todos os alunos de maneira igual. Além disso, a afetividade não pode interferir na prática docente. Porém, de acordo com autor (2004, p. 34), “o desrespeito aos educandos corrói ou deteriora em nós, de um alado, a sensibilidade ou a abertura ao bem

querer da própria prática educativa. [...] a atividade docente é alegre, e ensinar não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015) também afirmam que as juventudes criticam a escola, porém, trazem a perspectiva do espaço físico. Os autores relatam que:

Além das relações, dos tipos de professores, das disciplinas e regras, destaca-se a infraestrutura e, nesse aspecto, a falta de laboratórios, de conservação, de água, de acesso à Internet, as carências de equipamentos básicos para que possam assistir às aulas, como ventiladores e iluminação. Um estado que, muitas vezes, dá origem a um sentimento de não responsabilidade para com o espaço público – a escola, que pertence a todos (ABRAMOVAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015, p. 234).

A não responsabilidade com o espaço público desperta um sentimento que, segundo Roché (2002 *apud* ABRAMOVAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015), desenvolve a diminuição da ideia de cidadania e a confiança na escola, o que pode influenciar na dinâmica da vida escolar. Nessa mesma perspectiva, Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015) asseveram que uma escola com infraestrutura precária e inadequada não contribui para um bom relacionamento das juventudes com a escola.

Nesse contexto, Freire (1996) já afirmava o que as autoras constataram, que há uma pedagogicidade na materialidade do espaço. Para o autor, é preciso dar importância ao discurso formador, que faz uma escola respeitada em seu espaço. A limpeza do chão, a boniteza da sala de aula, a higiene dos sanitários, assim como as flores que adornam a escola têm significados, fazem parte do pedagógico.

O cuidado com o espaço físico da escola proporciona um ambiente propício para a aprendizagem, demonstra respeito para com a e o estudante, demonstra que o ambiente foi preparado para recebê-los.

2.1.4 A gestão democrática e a participação dos e das estudantes

De acordo com Rocha (2013), o processo de construção da Democracia no Brasil teve início a partir da década de 1980. Além de ser prescrita pela CF de 1988, a gestão democrática foi regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 como um dos princípios fundamentais da educação.

Porém, alternâncias entre regimes sociais, autoritário e democrático são evidenciados na história brasileira. Dessa maneira, vale ressaltar, conforme afirma Aranha (1996), que passamos por momentos históricos que se iniciam com a colonização, passam pela independência, seguem com o período da ditadura militar e se interpelam pela democracia. Estes momentos se relacionam e atingem todos os seguimentos sociais. Nesse sentido, a educação também passa por transformações e perfaz a gestão democrática.

Para entendermos o que é a gestão democrática na escola, em um primeiro momento, é importante caracterizar a “democracia”, que, de acordo com Bobbio (1994), é uma constituição pactuada de um conjunto de regras, que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e quais procedimentos poderão ser utilizados. Assim, Bobbio (1994) esclarece que:

É inegável que historicamente a ‘democracia’ teve dois significados prevaletentes, ao menos na origem, conforme se ponha em maior evidência o conjunto das regras cuja observância é necessária para que o poder político seja efetivamente distribuído entre a maior parte dos cidadãos, as assim chamadas regras do jogo, ou o ideal em que um governo democrático deveria se inspirar, que é o da igualdade. À base dessa distinção costuma-se distinguir a democracia formal da substancial, ou, através de uma outra conhecida formulação, a democracia como governo do povo da democracia como governo para o povo (BOBBIO, 1994, p. 37-38).

Sendo assim, democracia seria governar para todos, considerando a diversidade do povo e não somente os interesses da maioria.

Em um segundo momento vale conceituar o que é “Gestão”, que, de acordo com Ferreira (2006, p.306): “Gestão é administração, é tomada de decisão, é organização, é direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar o seu papel”. Nesse sentido, a gestão abrange todos os interesses de uma comunidade e como alcançá-los.

Nessa perspectiva, sobre a gestão escolar, Lück salienta que:

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino com um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas comprometidos com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo [...] (LÜCK, 2008, p. 35).

Ao estudar a gestão democrática da escola pública, Ramos (2005) ressalta que “a educação é contraditória, comportando ao mesmo tempo conservação e inovação, podendo servir para reproduzir as injustiças, mas, concomitantemente, funcionar como instrumento de mudanças”.

Nesse ponto de vista, Lück (2006) considera que a gestão escolar apresenta um viés democrático quando desenvolve a sua autonomia escolar de acordo com suas especificidades e ao realizar eleições de diretores, políticas públicas de universalização do ensino, implementação de projetos, descentralização de decisões e obrigações. Porém, é preciso avançar nas mudanças, principalmente no que tange à participação das e dos estudantes.

Dessa maneira, para que a mudança realmente aconteça, Lück (2006) alega que a gestão democrática escolar deve envolver todos os sujeitos que compõem a escola, ou seja, professores, alunos, funcionários, pais, responsáveis e todos os outros representantes da comunidade que estejam interessados nas questões inerentes à escola. Sendo assim, para que a gestão democrática aconteça, é preciso criar espaços de participação na rotina escolar, em que seja possível ocorrer movimentos coletivos, que promovam mecanismos de tomadas de decisão. Para Libâneo (2004, p. 101), “o processo de tomada de decisão se dá coletivamente participativamente”.

No âmbito legal, o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996, estabelece os princípios de uma gestão democrática e participativa:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, s.p.).

Partindo desse pressuposto, entende-se que a participação significativa do corpo docente e de toda a comunidade escolar é relevante perante a lei. Ou seja, deve ser garantido o direito de participar dos processos decisórios e da elaboração do projeto político pedagógico da escola.

Vale ressaltar que a perspectiva da gestão democrática, nesta pesquisa, está pautada no conceito apresentado por Souza (2009), que afirma que o poder é o

interesse da ação política. E o poder, como bem nos assegura Bobbio (1994), compara-se à capacidade humana de agir no coletivo, em prol de um objetivo comum.

Nessa perspectiva, com vistas à transformação da escola, conforme Paro (2016), é necessário implementar uma gestão democrática e participativa. Para tanto, é fundamental modificar o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola, buscando desenvolver espaços e condições para promover o envolvimento, o comprometimento e a participação da comunidade.

Logo, Cury (2002) sustenta que é considerável a distância entre o que ocorre dentro das escolas e a legislação. Para o autor, é preciso construir novas formas para desenvolver, de fato, a gestão democrática, na perspectiva do diálogo entre os sujeitos e a solução dos conflitos.

Sendo assim, como se pode verificar nessa citação (SOUZA, 2009, p. 125),

[...] se a política na escola reconhece que o poder em questão decorre de um contrato firmado entre as pessoas que compõem essa instituição, e considera que o diálogo entre esses sujeitos é pré-condição para a sua operação, assim se terá uma ação política talvez mais democrática[...],

a democratização da gestão possibilitará desenvolver práticas gestoras que busquem o desenvolvimento de projetos coletivos.

Nesse sentido, Paro afirma que:

Toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública básica que tenha efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica. Acredito não ser de pouca importância examinar as implicações decorrentes dessa utopia. A palavra utopia significa o lugar que não existe. Não quer dizer que não possa vir a existir. Na medida em que não existe, mas ao mesmo tempo se coloca como algo de valor, algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola, a tarefa deve consistir, inicialmente, em tomar consciência das condições concretas, ou das contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola (PARO, 2016, p. 13).

Logo, é importante compreender que a gestão democrática nas escolas não vai acontecer de um dia para o outro, considerando que é uma construção social pautada no diálogo e no respeito às diferenças. Ou seja, é preciso desenvolver espaços que propiciem o desenvolvimento do trabalho coletivo.

Vale ressaltar, conforme já registrado, que a gestão democrática é contemplada na CF de 1988 e LDB 9394 de 1996 como um dos princípios fundamentais da educação, além de ser uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), conforme citado a seguir:

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das políticas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, 2014, s.p.)

Embora o prazo para a efetivação da gestão democrática da educação foi estipulado para 2 anos, de acordo com o Observatório do PNE (s.d), não há um indicador que permita acompanhar o cumprimento dessa meta.

E é nesse sentido que Freire (2001, p. 136) assegura que nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia. Além disso, a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo. Assim, o autor entende que a democracia não acontece de uma hora para outra, decretada por alguma autoridade. Para ele, a democracia, a autonomia e a liberdade são um processo. Trata-se, entretanto, de um processo no sentido da conquista coletiva, desenvolvida através do diálogo, do respeito e do poder de decisão de todos e todas.

Para Arroyo (2005, p.42), há que se reconhecer que “nos avanços da gestão democrática, a presença e voz dos alunos muito pouco avançou”. Nessa perspectiva, é necessário pautar nossas ações educativas na formação cidadã, e essa formação deve ser voltada para a construção social da participação das e dos estudantes para transformar a escola e, conseqüentemente, a sociedade.

O direito à formação cidadã é contemplado no Art. 205 da CF (1988):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, s.p.).

Cabe aos educadores garantir o direito ao preparo para o exercício da cidadania dos educandos. Nesse sentido, Freire (1991) salienta que:

Não podemos alimentar a ilusão de que o fato de saber ler e escrever, por si só, vá contribuir para alterar as condições de moradia, comida e mesmo de trabalho [...] essas condições só vão ser alteradas pelas lutas coletivas dos

trabalhadores por mudanças estruturais da sociedade. (FREIRE, 1991, p. 70)

Criar condições para garantir que a gestão democrática das escolas seja praticada é criar condições para que a formação cidadã aconteça e para que a justiça social seja uma realidade, principalmente no chão da própria escola, conforme reverberou Freire (1991, p. 74), “O sonho de mudar a cara da escola. O sonho de democratizá-la, de superar o seu elitismo autoritário, o que só pode ser feito democraticamente”. O sonho que “tem que ver com uma sociedade menos injusta, menos malvada, mais democrática, menos discriminatória, menos racista, menos sexista”.

Diante disso, ao considerar a gestão democrática das escolas, é possível realizar o sonho, pois, de acordo com Freire (1996, p. 85), “onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender”.

2.1.5 Espaços de participação estudantil

As juventudes do movimento estudantil brasileiro sempre participaram ativamente das diversas fases históricas do Brasil. Oliveira e Camargo (2017) destacam o posicionamento contra o Ato Institucional nº 5 de 1968 (AI5). Através dele, o Executivo ampliava os seus poderes sobre o Legislativo.

Nesse contexto de privação de direitos, na década de 1980, o Deputado Federal Aldo Arantes apresentou o projeto de lei que atendia a uma reivindicação da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), em relação à permissão da formação de grêmios estudantis livres nos estabelecimentos de ensino. A Lei Federal nº 7.398, de 04 de Novembro de 1985 (BRASIL, 1985), foi promulgada e apresenta a redação a seguir:

Aos alunos dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Alunos como entidades autônomas representativas dos interesses dos alunos secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais. § 2º A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada Estabelecimento de Ensino convocada para este fim. § 3º A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmios Estudantis serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada aluno

observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral (BRASIL, 1985, s.p.).

O direito à organização e participação estudantil também é garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente pela Lei Federal nº 8.069 de julho de 1990, pela LDB nº 9394 (BRASIL, 1996) e, recentemente, pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho, de 2014, que contempla a constituição dos grêmios estudantis na meta 19:

19.4 estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações: (BRASIL, 2014, s.p.)

Embora a organização estudantil seja contemplada em diversas leis, somente a legislação não garante que as juventudes se apropriem dos espaços que proporcionam a participação. É preciso que a prática educativa seja voltada para a construção social da participação das e dos estudantes e, nesse sentido, as e os educadores apresentam papel fundamental, conforme apresenta Ferreira:

O educador não tem como função capitanear as coisas, decidir pelos outros, antecipar-se às iniciativas dos outros. Sua função é de educador *stricto sensu*, ou seja, motivador insinuante. Introduce-se aí a questão comunitária que se constitui no lugar próprio da organização da cidadania consciente, produtiva. Participação comunitária é o nome que se pode dar ao controle democrático organizado pelas bases, de baixo para cima, exigindo sujeitos sociais plenos no exercício de sua cidadania. Este é o cerne da questão: a conquista emancipatória e organizada que frutifica sobretudo na competência histórica de controlar democraticamente o Estado e as instituições (FERREIRA, 2000, p.171).

Vale ressaltar que não cabe aos educadores a constituição e instalação do Grêmios estudantis, uma vez que isto depende da iniciativa das e dos alunos. O papel dos educadores é incentivar e estimular as e os estudantes nessa iniciativa.

2.1.6 Participação das juventudes

A liderança é inerente à dinâmica que envolve ensino e aprendizagem, afirma Lück (2009). Para a autora, os estudantes são os protagonistas da educação. Sendo assim, a escola tem a obrigação de fazer com as e os estudantes se sintam

integrantes do processo educacional. Quando aos jovens são oferecidas oportunidades para participarem, eles se destacam de maneira positiva, podendo assumir papéis importantes na gestão escolar, como manutenção do patrimônio e ampliação das relações entre família e escola e escola com a comunidade.

Nesse sentido, é preciso construir espaços de participação para as juventudes, pois a participação faz parte do processo de formação das nossas jovens e dos nossos jovens. Para Carrano e Dayrell, falar em participação implica levar em conta dois princípios complementares:

Ela envolve o que se pode denominar de formação teórica para a vida cidadã aprendizagem de valores, conteúdos cívicos, históricos da democracia, regras institucionais, etc. assim, também, a criação de espaços e tempos para a experimentação cotidiana do exercício da participação democrática na própria instituição escolar e em outros espaços públicos (CARRANO; DAYRELL, 2013, p. 45).

Sendo assim, para que a participação aconteça, é necessário colocar em prática os princípios supracitados, ou seja, é preciso estimular, nas escolas, em seus tempos e espaços, o exercício da cidadania.

Ainda segundo Carrano e Dayrell (2013), há diversos sentidos para a noção de participação e várias formas de realizá-la. Considerando um sentido mais amplo, participar se refere ao reconhecimento dos sujeitos em grupos desenvolvidos, nos diversos âmbitos sociais. E em um sentido mais restrito, refere-se à participação dos sujeitos nos processos de tomada de decisão das sociedades. E esse sentido retrata a participação cidadã ou política.

Para Freire (1999, p.48), participar é exclusividade do existir. O existir vai muito além do próprio viver, “porque é mais do que estar no mundo, é estar nele e com ele”. Para o autor, participar significa estar no presente, de maneira consciente, crítica e reflexiva, é estar integrado no mundo e com o mundo, podendo fazer intervenção neste mundo.

A educação deve levar o ser humano à criação e recriação. Para que essa participação chegasse a se tornar efetiva, Freire (1999, p. 105) afirma que haveria a necessidade de uma mudança na Educação, de tradicional para emancipatória, de impositiva para libertária. “Educação em antinomia com a emersão do povo na vida pública brasileira”.

Participar é uma experiência educativa e formativa que desenvolve, nas juventudes, diversas habilidades, conforme evidencia Carrano e Dayrell (2013). Através da participação as juventudes aprendem conviver, respeitar as diferenças, discursar, liderar etc. Sendo assim, a participação é um processo educativo, que corrobora com a aprendizagem, sendo ela a centralidade da escola.

Para Freire (1996, p.59), “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros.” Destarte, a experiência educativa deve ser pautada à luz da autonomia e da dignidade, focada na formação cidadã, que vai além da simples transmissão de conteúdos. Logo, a criação de espaços de participação para as juventudes poderá potencializar a sua formação para autonomia e para participação na vida pública.

Para Souza (2003, p. 19), cabe às sociedades atuais o desafio de oferecer às e aos adolescentes espaços para vivenciar a sua cidadania, em uma sociedade democrática, uma vez que “(...) a democracia não pode ser imposta: tem que ser cotidianamente construída, ensinada e aprendida ao longo da vida das pessoas e sociedades”.

De acordo com Costa (2007), a participação autêntica desenvolve autoconfiança, autonomia e autodeterminação das e dos jovens. Nessa fase, elas e eles estão desenvolvendo a sua identidade pessoal e social e seu projeto de vida.

Todavia, é importante desenvolver o caráter formativo para a participação, sendo necessário, assim, formar as juventudes para a democracia. Pois a democracia não pode apenas ser um sonho, ela precisa acontecer na escola e simultaneamente na sociedade, conforme elucida Freire (2001):

Um desses sonhos para que lutar, sonho possível, mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa (FREIRE, 2001, p.25).

Nesse sentido, preparar as novas gerações para que possam participar efetivamente, é o primeiro passo para a realização do sonho possível da democracia. E o lugar onde é possível preparar as juventudes, é a escola.

2.1.7 Protagonismo Juvenil

Segundo Freire (1996, p.59), “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros”. Nesse sentido, educadoras e educadores devem promover o respeito à autonomia e à dignidade das suas e dos seus educandos, pautada na formação cidadã, com vista à transformação da sociedade.

Partindo desse pressuposto, o protagonismo juvenil, concepção apresentada por Costa (2000 *apud* BRASIL, 2018), possibilita a formação da identidade, do autoconceito e da autoestima, que são atributos importantes para a formação da autonomia e da identidade das juventudes, além de criarem condições para o desenvolvimento e exercício da cidadania.

Para Costa (2000, p. 126 *apud* BRASIL, 2018), “o protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política em que estão inseridos.” O autor considera o protagonismo juvenil como um direito e um dever dos adolescentes. Assim, Costa afirma que o protagonismo juvenil é:

O protagonismo juvenil parte do pressuposto de que o que os adolescentes pensam, dizem e fazem pode transcender os limites do seu entorno pessoal e familiar e influir no curso dos acontecimentos da vida comunitária e social mais ampla. Em outras palavras, o protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política onde estão inseridos. Nesse sentido, participar para o adolescente é envolver-se em processos de discussão, decisão, desenho e execução de ações, visando, através do seu envolvimento na solução de problemas reais, desenvolver o seu potencial criativo e a sua força transformadora. Assim, o protagonismo juvenil, tanto como um direito, é um dever dos adolescentes (Costa, 1996, p.65 *apud* BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, o protagonismo juvenil se refere à participação ativa e construtiva das juventudes na escola, na comunidade em que está inserido e/ou na sociedade. Para Costa (2007), só é possível desenvolver essa participação em ambientes democráticos, nos quais o intuito seja a formação de cidadãos autônomos, compromissados e solidários.

A pesquisa bibliográfica viabilizou o embasamento teórico, em relação à participação das juventudes na escola, na perspectiva da gestão democrática e

participativa. Por meio dela, foi possível explanar sobre as juventudes em diversos contextos: condição juvenil, escola, políticas sociais, espaços de participação e protagonismo juvenil.

2.2 Metodologia de pesquisa

Esta seção se destina a apresentar os percursos metodológicos desenvolvidos para a pesquisa. Os instrumentos de pesquisa são elencados, assim como os procedimentos metodológicos utilizados.

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais. (DUARTE, 2002, p. 1)

Nessa perspectiva, com a finalidade de investigar como acontece a participação das juventudes na Escola Estadual Cinira Carvalho, a partir do olhar dos sujeitos que compõem essas juventudes, a presente pesquisa constitui um estudo de caso de abordagem qualitativa, em que foram realizadas pesquisas do tipo documental, bibliográfica e de campo.

Segundo Yin (2001, p. 32): “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. O autor afirma que quando é necessário responder a questões do tipo ‘como’ e ‘por quê’ e quando o controle em relação aos eventos pesquisados são limitados, essa estratégia é a mais indicada.

Nessa perspectiva, para responder ao problema de pesquisa, ou seja, verificar como ocorre a participação das e dos estudantes na Escola Estadual Cinira Carvalho, o estudo de caso atende aos propósitos da pesquisa. Pois, de acordo com o mesmo autor, essa estratégia possibilita a interpretação e a compreensão mais significativa de fatos específicos.

Com o objetivo de aprofundar o entendimento da ação dos e das estudantes da escola pesquisada, buscando interpretá-los na perspectiva do protagonismo juvenil, adotou-se a abordagem qualitativa, uma vez que ela enfatiza o processo e seu significado, conforme enfatizam Bogdan e Biklen:

Utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.16).

Para Bogdan e Biklen (1994), a realização de uma abordagem qualitativa é justificada pelo fato de ela ter a possibilidade de recolher dados no ambiente natural em que ações acontecem, além de descrever as ações vivenciadas pelos sujeitos e interpretar os significados atribuídos.

De acordo com Stecanela e Salva (2006, p. 166), “para dialogar, é preciso escutar, silenciar, suportar o silêncio do outro, escutar o que o jovem diz quando aparentemente nada diz. É preciso estar aberto para”. Nesse sentido, considerando os sujeitos pesquisados, escolhi como percurso para investigação uma metodologia em que fosse possível dialogar com as juventudes. Para tanto, elegi a técnica de pesquisa de grupo focal.

Gatti (2005) assegura que o grupo focal é um instrumento de investigação que possibilita compreender os processos de construção da realidade vivenciada por determinados grupos sociais, assim como compreender práticas cotidianas, atitudes e comportamentos prevaletentes no trabalho com alguns indivíduos que compartilham traços em comum, relevantes para o estudo e investigação do problema proposto.

Do mesmo modo, Morgan (1997) declara que a técnica de pesquisa de grupos focais tem o objetivo de coletar dados, por meio das interações grupais e ao se discutir um tema sugerido pelo pesquisador. A técnica possibilita a compreensão do desenvolvimento de atitudes, percepções e representações sociais. Para o autor, essa técnica abrange um posicionamento entre as entrevistas e a observação participante.

Com a finalidade de compreender as percepções das e dos estudantes a respeito da participação das juventudes e sobre a gestão democrática da escola, foi elaborado um roteiro para Grupo Focal. O roteiro foi dividido em questões-chave, sendo a primeira quebra-gelo, voltada para apresentação pessoal e breve relato

sobre a vida escolar das e dos estudantes, e as demais questões foram divididas em três blocos (A, B, C), desdobrando-se em 27 (vinte e sete) questões (Apêndice A).

Foram realizadas perguntas referentes à relação da juventude com a escola, sobre os espaços de participação dessas juventudes e como ocorre ou não essa participação.

Para compor o grupo focal, considerando a viabilidade da pesquisa e otimização do tempo, o intuito foi realizar uma amostragem, através de amostra aleatória simples e de amostra probabilística estratificada nos primeiros estágios, ou seja, representantes de cada ano de escolaridade, a partir do 8º ano do ensino Fundamental ao 3º Ano do Ensino Médio (sorteio entre os representantes das turmas, escolhidos através dos votos dos demais estudantes, combinada com um representante de cada ano de escolaridade). No final, ficamos com um total de cinco jovens, estratificados por ano de escolaridade, representando 19 turmas.

Porém, nem todas e todos estudantes selecionados tinham disponibilidade para participarem do grupo focal que ocorreu no contra turno. Assim, foram selecionados estudantes que demonstraram interesse e disponibilidade em participar. Entretanto, dois sujeitos selecionados, um do 8º ano e um do 1º ano, não compareceram no dia da pesquisa. Diante do imprevisto, foram substituídos por voluntários, estudantes presentes no turno da tarde. Vale ressaltar que imprevistos fazem parte da pesquisa e é preciso recompor, pois, como afirmam Beaud e Weber (2007, p 12):

A pesquisa se aprende fazendo, de forma sinuosa e caótica. O pesquisador não para de experimentar diferentes caminhos que se revelam ser, por vezes, impasses ou atalhos. É só após longos desvios que ele toma pé de novo. Um curso ou um guia sobre a pesquisa não pode substituir a prática. Nada pode substituir as tentativas e os erros pessoais, o encontro direto das dificuldades, a “dúvida”, a experiência da “solidão do campo” (BEAUD; WEBER 2007, p 12).

Nessa perspectiva, para garantir a coleta de dados para a pesquisa, substituiu-se o tipo de amostragem por amostra não-probabilística por conveniência. Marotti *et al.* (2008) sustentam que as amostras por conveniência não obedecem à precisão estatística, visto que o pesquisador utiliza dos dados que ele tem alcance. Assim, reconhece que eles possam retratar um universo.

Dessa forma, o universo da pesquisa foi modificado, expandindo para seis pesquisados, com idade entre 14 e 18 anos, sendo dois estudantes do sexo e

gênero masculino e quatro do sexo e gênero feminino, e a representatividade por ano de escolaridade não foi contemplada. Nesse sentido, houve a participação de 2 representantes do 9º ano do ensino Fundamental, turno da tarde; 2 representantes dos 2º; e 2 representantes dos 3º anos do Ensino Médio, todas do turno da manhã, garantindo a representatividade por segmento e turno, ou seja, participaram representantes do ensino fundamental e do ensino médio.

O encontro para a realização da técnica de grupo focal foi realizado na própria escola, no dia 31 de agosto de 2018 e, conforme programado, ele teve duração de aproximadamente duas horas. Inicialmente, explicamos o funcionamento de um grupo focal, além dos objetivos da pesquisa. Em seguida, demos início às perguntas de quebra-gelo e, na sequência, às questões-chave. Enfatiza-se que, no início de cada bloco, houve um breve detalhamento da temática.

Para assegurar o arquivo das respostas, o grupo focal foi gravado com o consentimento das e dos participantes. Ressalta-se que o anonimato dos participantes é assegurado para efeitos de análise. Dessa forma, as e os integrantes foram identificados (as) pela letra P de participante, pelo número que corresponde ao ano de escolaridade e pelas seis primeiras letras do alfabeto, considerando a ordem alfabética para quantificar (A ao F), de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 - Participante do grupo focal

Codificação	Idade	Sexo/Gênero	Ano de escolaridade
P9A	14 anos	Masculino	9º
P9B	14 anos	Masculino	9º
P2C	18 anos	Feminino	2º
P2D	17 anos	Feminino	2º
P3E	17 anos	Feminino	3º
P3F	19 anos	Feminino	3º

Fonte: Elaborado pela autora.

2.3 Apresentação e análise dos resultados da pesquisa

As análises das respostas obtidas no grupo focal serão apresentadas nesta seção. Essas respostas concedem esclarecimentos sobre como ocorre a participação das e dos estudantes na escola pesquisada, além de oferecer referencial para elaborar intervenções a serem propostas no Plano de Ação desenvolvido no próximo capítulo.

Tendo em vista o objetivo geral deste trabalho, que busca verificar como acontece a participação das juventudes na Escola Estadual Cinira Carvalho, o perfil juvenil, a participação das e dos estudantes e a gestão democrática foram os eixos considerados para a análise desta pesquisa.

2.3.1 Para além das palavras: as expressões juvenis dão seus sinais

Vale ressaltar que, por mais que haja um objetivo nas perguntas, as respostas são subjetivas e, assim, é muito difícil garantir total lealdade à transcrição das narrativas dos sujeitos pesquisados. Pois há sim o registro das palavras, entrelaçadas ao enredo construído, porém, interpretar as expressões corporais, acompanhadas por afetos, emoções e sentimentos, que são embaladas pela formalidade de uma pesquisa, é um grande desafio, visto que há diversas possibilidades de interpretar o que nossa juventude, ou seja, esses sujeitos culturais, sociais e históricos tentam transmitir.

Nesse sentido, Melucci (2005, p.318) afirma que “os atores sociais se movem, falam, pensam, agem, enquanto nós observamos”. Sendo assim, considerando as transcrições da entrevista realizada no grupo focal, procurei analisar e compreender as narrativas e gestos das e dos jovens que participaram, pois é possível perceber que as falas registram apenas parte do que foi observado.

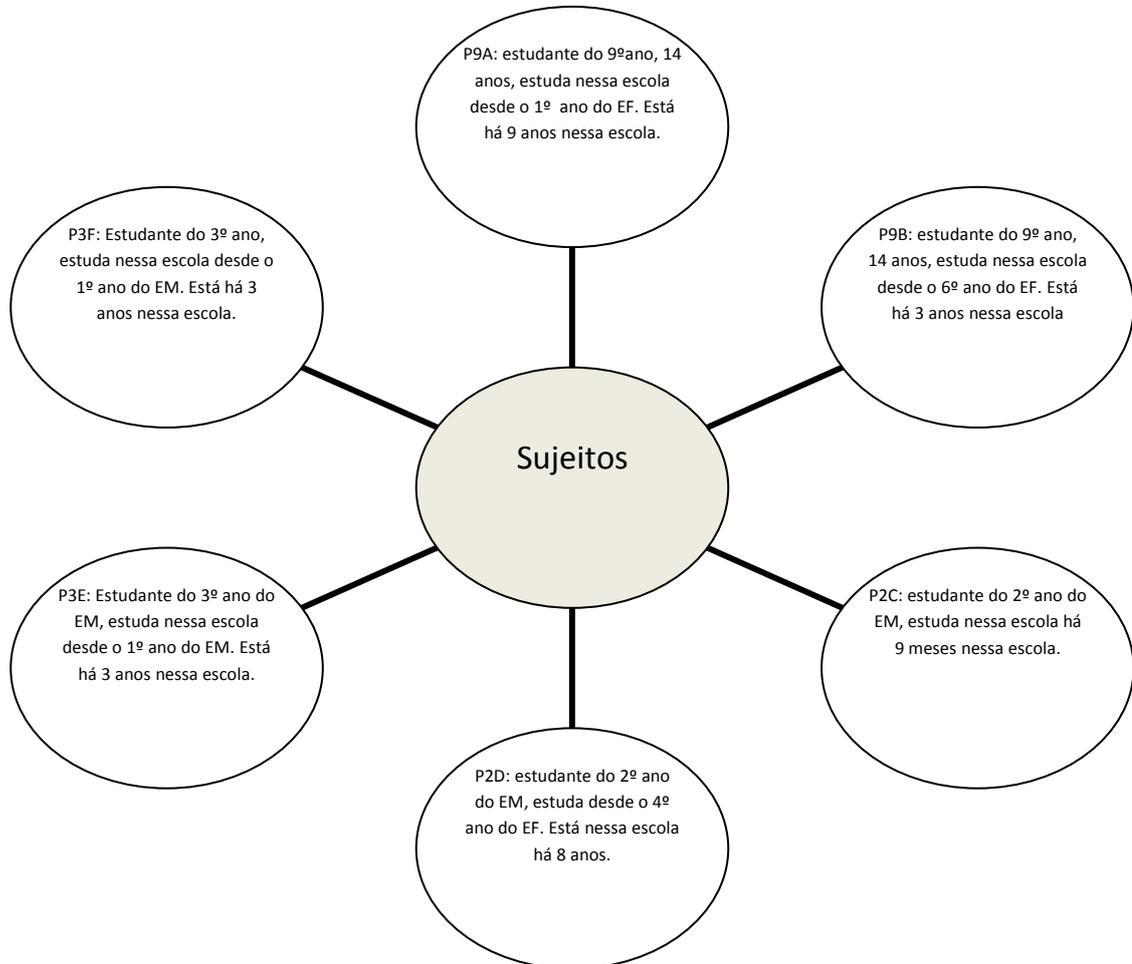
2.3.1.1 De quem é essa voz? Considerando o perfil juvenil, delinear os sujeitos que dialogaram foi um dos propósitos da análise

Considerar as singularidades e trajetórias das e dos participantes foi o objetivo das perguntas iniciais do percurso do Grupo focal. Pretendeu-se, assim, através da apresentação de cada uma e cada um aproximar os sujeitos um dos outros, fazendo com que se sentissem mais à vontade e dispostas a conversar. O convite a falar sobre a trajetória escolar teve como objetivo aproximar os sujeitos para que se sentissem parte de um mesmo grupo.

Conforme na Figura 4, nota-se que ao se apresentarem, as e os participantes responderam aos dados solicitados da primeira pergunta, ou seja, responderam o nome, idade, ano de escolaridade e há quanto tempo estudam na escola pesquisada. Foi possível notar um pouco de timidez nas falas, sendo necessário

repetir que poderiam ficar à vontade e que não precisariam seguir a uma ordem para falar, uma vez que o objetivo era o de fazer um bate-papo. Assim, é possível identificar os sujeitos participantes.

Figura 4- Diagrama de Apresentação dos sujeitos pesquisados



Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se, nos dados acima, que dois participantes, de acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente, são adolescentes e, segundo o Estatuto da Juventude, ainda não são jovens, de acordo com a faixa etária. Porém, como esta pesquisa está alicerçada nos conceitos de Dayrell; Carrano e Maia (2014), que consideram a adolescência e a juventude uma construção social, histórica, cultural e relacional, ou seja, a juventude não se reduz a um recorte etário, considerou-se importante englobar os estudantes de 14 anos.

2.3.1.2 *Por onde passaram esses sujeitos, onde já ouviram essas vozes?*

Em relação à trajetória escolar, as e os participantes se limitaram a relatar somente o período de estudo referente ao acesso à escola pesquisada, conforme foi observado nos relatos gravados. P9A iniciou a fala enfatizando o tempo que estuda nessa escola:

Nossa, eu estudo aqui desde o primeiro ano, muito tempo, vi essa escola crescer bem dizer, vi muita coisa mudar nessa escola, professor, a escola em si, muita coisa... (P9A. Grupo focal realizado em agosto de 2018).

Nessa fala, fica evidente que o estudante busca falar sobre a trajetória da escola pesquisada e não sobre a sua trajetória escolar. A participante P2D e o participante P9B seguiram a mesma linha de discurso, enfatizando mudanças na escola e na sua trajetória.

No tempo que estou aqui vi altos e baixos na escola, mas, no geral, gosto de estudar aqui, eu gosto (P2D. Entrevista realizada em agosto de 2018).

Eu tô há pouco tempo, mas nesse pouco tempo que estou aqui na escola, é, eu já vi bastante coisa mudar também. Por causa de que quando trocou de diretora, que veio você, aí nos negócio das brigas, até parou na escola, não se vê muito (P9B. Grupo focal realizado em Agosto de 2018).

Como pesquisadora e gestora da escola pesquisada, percebi que as e os participantes do grupo focal estavam inibidos e receosos em responder às questões e estavam enveredando para as mudanças que a escola passou depois que assumi a direção.

Sendo assim, solicitei que falassem sobre a trajetória escolar considerando todas as escolas que estudaram. A aluna P3F fez um breve relato sobre suas vivências:

Eu comecei a estudar com 6 anos na escola Estadual T mesmo, até o nono. Eu tinha um vínculo com todo mundo, com o diretor e com a supervisora... depois passei para o Colégio T, e não adaptei tanto ao ensino lá e por causa de passar pro Colégio T, eu bombei duas vezes. Passei pela Escola Municipal D, lá eu concluí o ensino fundamental e depois eu vim pra cá. Quando eu cheguei aqui, eu vi que era completamente diferente do que o povo falava lá fora. O ensino aqui também é muito bom, os professores também são diferentes do que o pessoal fala. (P3F Grupo focal realizado em agosto de 2018).

Preocupada com a fidedignidade das respostas, que estavam sempre acompanhadas por um elogio à escola pesquisada, orientei os participantes em relação à condução da pesquisa, uma vez que o objetivo dela é o de verificar como acontece a participação das juventudes nessa escola. Nesse sentido, o grupo focal tem um roteiro a ser seguido. Assim sendo, foi necessário explicar mais uma vez a que se propõe a pesquisa e que independentemente de eu ser a diretora da escola, que gostaria e precisaria ouvir sobre as vivências de cada uma e cada um, que não precisariam elogiar a escola só porque estavam falando comigo, pois, naquele momento, eu era uma pesquisadora.

Assim, expliquei que a pesquisa não poderia ficar tendenciosa, e que os dados obtidos seriam importantes para desenvolver um Plano de Ação para a melhoria da escola.

Nessa perspectiva, a participante P3E perguntou, com o tom de voz bem baixo, se poderiam falar sobre a visão que eles tinham sobre a educação e, ouvindo o meu sim, continuou a sua fala, mudando a postura e intensificando o tom de voz:

[...] então, minha mãe trabalhava na prefeitura. Ela me levou desde pequena pra creche, depois pra escola Municipal S, depois pra Escola Municipal G, depois um mês e meio na Escola Estadual T, não me adaptei por ser à tarde, e fui pra Escola Municipal U e da escola U eu vim pra cá. Só que eu acho que o que eu senti com a educação, em relação a tudo isso, é que... (pausa) a educação em relação à matemática, em relação à lá, não era tão, como posso... (pausa), tão firme. Então, hoje em dia, no ensino médio, eu sinto falta, igual matemática, muita coisa eu não sei, por causa de lá. Igual a professora, não que eu não goste dela, eu gostava muito do ensino dela, só que eu fazia a prova, e aí, eu acertava a metade da questão e como eu fazia, ela considerava metade, mesmo não acertando tudo. E nisso eu sabia só a metade, eu fui passando e passando e quando eu cheguei aqui, eu tive dificuldade (P3E Grupo focal realizado em agosto de 2018).

Considerando a não aprendizagem vivenciada pela aluna, Libâneo (2004) afirma que a democratização da escola pública transcende a democratização ao acesso. É preciso democratizar o conhecimento, adequando a didática aos sujeitos que a frequentam. Nesse sentido, para que trajetórias escolares, conforme vivenciou P3E, não se reproduzam, a escola não deve focar apenas na transmissão do conhecimento, mas sim considerar a sua função de ensinar, na concepção da construção do conhecimento.

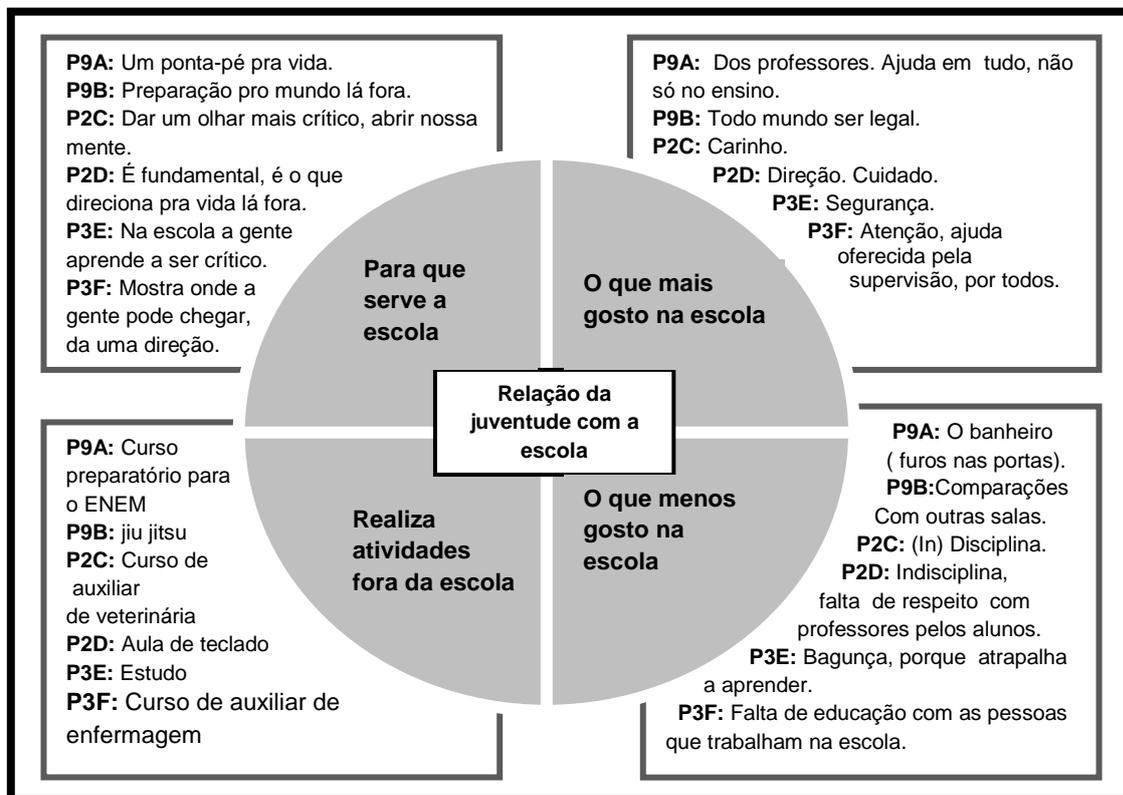
2.3.2 Juventudes que ousam falar, suas vivências e percepções

A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa (FREIRE, 1999, p.104).

2.3.2.1 Relações das Juventude com a escola

O diagrama a seguir sintetiza as respostas apresentadas pelas e pelos estudantes, referentes às relações que elas e eles estabelecem com a escola.

Figura 5 - Diagrama da Relação da juventude com a escola



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme explicitado na Figura 5 no contexto específico das juventudes entrevistadas, percebe-se que ao responderem para que serve a escola, todas e todos afirmam que a escola desempenha papel fundamental na formação humana. Para as e os estudantes, é na escola que eles desenvolvem o senso crítico e a reflexão sobre o caminho que pretendem seguir.

Nesse sentido, percebe-se que esses sujeitos sustentam a percepção de Leão e Carmo (2014). Dessa forma, vislumbram que embora a escola pública no

Brasil apresente grandes dificuldades, os jovens consideram que o ensino pode contribuir com a melhoria de suas vidas.

Em relação ao que as juventudes mais gostam na escola, de acordo com o Quadro 3 apresentado e conforme as narrativas apresentadas no quadro a seguir, vale ressaltar que os sujeitos analisados consideram que as e os profissionais da escola apresentam uma boa relação com as e os estudantes, e que essa relação é um diferencial da escola

Quadro 3 – Diálogo sobre o que as juventudes mais gostam na escola

Entrevistador: O que vocês mais gostam nessa escola?

P9A: Professor!

P2D: Direção!

P2C: Quando eu vim pra cá, a primeira coisa que eu pude perceber, que tem muita diferença desta escola e outras que eu estudei, é o carinho. O carinho aqui que é muito grande. Eu vejo muitas crianças carentes, muitas que não têm carinho dentro de casa.

P2D: Vocês são muito cuidadosos, eu gostei muito, de verdade.

P3F: Eu também acho, todo mundo aqui é diferente, você, a supervisão. Porque cada vez eu precisei, vocês estavam lá. Quando eu perdi minha vó, no ano passado, eu saía da sala chorando. E não é só por isso, qualquer problema que a gente tiver, vocês estão aí ajudando.

P9A: Aqui na escola, vocês ajudam em tudo, não só no ensino, nos estudos, na vida pessoal também. Que nem, tipo as pessoas que estão sofrendo se cortando, vocês ajudam, avisam a mãe, eu acho isso legal.

P2D: Até as moças da cantina!

P9B: Todo mundo é legal aqui na escola!

P3E: Primeiro é a segurança que a gente sente. Às vezes, a gente precisa de uma segurança, porque os pais em casa não entendem. Porque a escola parece estar mais preparada pra entender a gente. Acho que é isso que muitos alunos sentem segurança (A aluna deu ênfase à segurança).

P2D: Essa escola é um ambiente muito gostoso de ficar, de manhã, à tarde.

Fonte: Elaborado pela autora

Nesse sentido, a escola pesquisada aproxima da condição apresentada por Leão e Carmo (2010), que afirmam que para educar, é preciso inserir, no universo juvenil, a proximidade aos jovens. Para tanto, é necessário aprender a ouvi-los.

Na mesma perspectiva, Freire (1996, p. 45) sustenta que o que importa na formação docente é a compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser “educado, vai gerando coragem, e essa compreensão pode ser evidenciada nas narrativas apresentadas, o que vem a corroborar com a importância na formação docente, em relação ao valor dos sentimentos, apresentada por Freire.

Sendo assim, Teixeira (2014) assevera que precisamos considerar que temos mais que alunos e alunas na instituição escolar, que temos meninos e meninas, garotos e garotas, que compartilham os espaços e tempos de suas vidas conosco na escola. Para a autora, o jovem é o substantivo e o aluno é o adjetivo. Nesse sentido, vale ressaltar a percepção das juventudes pesquisadas, em relação ao tratamento que recebem dos funcionários da escola, pois nota-se, através dos relatos, que elas e eles demonstram ser considerados mais que alunas e alunos pelos profissionais da escola em uma visão global, pois são ouvidos e recebem atenção de acordo com as suas necessidades.

Para Freire (1981, p.96), “ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é consequência óbvia”. É nesse sentido que as falas dos e das estudantes vem ao encontro com a afirmação do autor supracitado, conforme o relato a seguir: “Quando eu vim pra cá, a primeira coisa que eu pude perceber que tem muita diferença desta escola e outras que eu estudei, é o carinho” (P2C. Entrevista realizada em Agosto de 2018).

As e os estudantes demonstram que o diálogo da maioria dos sujeitos que compõem a escola está fundamentado no amor e esse, segundo os e as estudantes que participaram do grupo focal, é um diferencial da escola.

No que concerne ao que não gostam na escola, de acordo com o diagrama 2, P9A cita o banheiro. No momento, todos riram, entretanto, reafirmaram e disseram que foi uma ótima colocação. Considerei importante a observação sobre o espaço e solicitei que falassem um pouco mais, conforme o registro no Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 – Diálogo sobre o que as juventudes não gostam na escola

<p>Entrevistadora: O que vocês não gostam na escola? P9A: O banheiro Todos riram e se exaltaram P2D: Bem lembrado, gostei Entrevistadora: Como assim, o que tem no banheiro? P9A: As portas têm uns furinhos, Entrevistadora: Vocês sabem que esse banheiro foi reformado há pouco tempo, em 2013? P9A: Mas eu falo assim, pelos alunos. Entrevistadora: Mas é importante também, a gente precisa entrar mais no banheiro pra ver o que precisa de reparos. P9B: Tem uma porta no banheiro masculino que eles fizeram um buraco na porta. P3E: Sobre o banheiro, eu acho que sobre a higiene, é desagradável, eu tenho infecção de urina de tanto ficar segurando o xixi, não faço na escola.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Há uma pedagogicidade na materialidade do espaço, alega Freire (1996). Para o autor, é preciso dar importância ao discurso formador que faz uma escola respeitada em seu espaço. A limpeza do chão, a boniteza da sala de aula, a higiene dos sanitários, assim como as flores que adornam a escola têm significados, fazem parte do pedagógico.

Embora, a atual gestão ofereça, dentro das possibilidades financeiras, melhores condições materiais para a comunidade escolar, os relatos das e dos estudantes demonstram que é preciso desenvolver um olhar cuidadoso para os espaços que não utilizamos. Porém, é necessário oferecer condições para que a comunidade escolar desenvolva a consideração e o cuidado ao bem público.

Quadro 5 – Continuação do diálogo sobre o que não gostam na escola

P2C: Alguns professores, não digo todos, são bem exceção mesmo, não têm amor no coração, não sei se você entende. Parece que estão ali só pra trabalhar. Não têm aquele amor como os outros professores (deu ênfase na frase amor).

P3E: Falta motivação

P2C: Tem professor que toda hora compara com alunos de escola particular também. Não que a gente tenha capacidade como eles, mas você entende né?

P9B: Os professores comparam até com outra sala. Tipo olha lá o 9º A, quietinho e compara com os alunos certinhos da sala também, sabe.

Entrevistadora: E vocês acham que vocês têm condições?

P3E: Eu acho assim, se a gente estudar, se a gente esforçar, sim.

Entrevistadora: E quando o professor age dessa maneira, o que vocês fazem?

P2C: Deixa pra lá.

P3E: Relevô!

P9Ao: Isso me faz querer mais, provar pra ele.

P9B: Isso no fundo me dá muita raiva, sabe? Dele não incentivar muito a gente.

P2C: Desmotiva a gente!

P3F: Isso me deixa muito triste, mas no meio do ano, eu pude passar no vestibular, e isso me incentivou, fez muito sentido pra mim.

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 5, as e os estudantes relatam que o que mais gostam na escola é o carinho e a segurança que a escola passa. Porém, embora eles e elas declarem que há esse tipo de afeto, nota-se, em contrapartida, que o que não gostam na escola, além de alguns problemas referentes à estrutura física, conforme já mencionados, há também a falta de amor e a comparação com outras escolas, turmas e colegas, demonstrada por alguns poucos professores. De acordo com as e os estudantes, alguns docentes acabam desmotivando os estudantes, ao agir de tal maneira.

A indiferença demonstrada por alguns docentes também foi retratada pelas e pelos participantes. No diálogo apresentado no Quadro 6, as e os estudantes relatam que alguns docentes se limitam ao repasse de conteúdos e, muitas vezes, sequer cumprimentam os discentes.

Quadro 6 - Diálogo sobre as relações docentes x discentes

P2D: Eu chego na escola, a gente vai pra sala e já começa as aulas. O que eu sinto, muitos professores chegam na sala (não que seja errado), pegam o livro, não dão um bom dia, acontece na minha sala. Alguns não dão bom dia, já pede pra abrir o caderno
 Entrevistadora: Isso acontece em outras salas também?
 P9A: Eu acho assim, você sai de um lugar feliz, sua casa. Deitado, você levanta da cama, vai pra escola e não dão bom dia, boa tarde?
 P9B: Tipo assim, tem os professores que te dão afeto e tem os professores que não estão nem aí pra você. Então assim, tem uns que tratam com falta de educação e umas duas professoras dão patada na gente. A gente só quer aprender mais e eles dão patada na gente.
 P2D: Parece que acontece uma coisa ruim na casa deles e eles descontam na gente.
 P9B: Tipo na minha sala, eu gosto de ficar na frente. Por causa que eu escuto, eu aprendo melhor, e perto tem uns colegas que ficam conversando. E aí, eu fui pedir uma professora pra me mudar de lugar, e a professora disse que não estava nem aí, que o problema é meu.

Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre as considerações em relação ao ambiente escolar, a estudante P3E traz algumas pontuações significativas sobre a escola:

Eu acho assim, a escola é boa, mas tem problemas também, ainda mais na sala de aula. Eu acho assim, o sistema que a gente tem de educação é muito antigo. O professor lá na frente e os alunos sentados quietos, chega uma hora que a gente não consegue mais prestar atenção. Então eu acho que é muito antigo, que deveria mudar, nem todos os alunos conseguem ficar quietos, prestando atenção. Têm alguns alunos que às vezes eles são hiperativos... Que não conseguem ficar quietos. Têm alguns alunos que sofrem algumas coisas em casa e não conseguem. Então tem que ter uma inclusão. Não é só porque ela está quieta, que eu darei aula pra ela. Não! é preciso que todos os alunos tenham direito educação. Porque eu acho que falta muito (P3E. Grupo focal realizado em Agosto de 2018).

Assim, Freire (1996) defende que ensinar exige querer bem os educandos. O autor assegura que, na verdade, é preciso estar aberto ao querer bem aos educando, e isso não quer dizer que o professor é obrigado a querer bem a todos os alunos de maneira igual, e que a afetividade não pode interferir na prática docente. Porém, de acordo com Freire (1996, p. 34), “o desrespeito aos educandos corrói ou deteriora em nós, de um alado, a sensibilidade ou a abertura ao bem querer da própria prática educativa”. É importante considerar que a atividade docente é alegre, “e ensinar não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

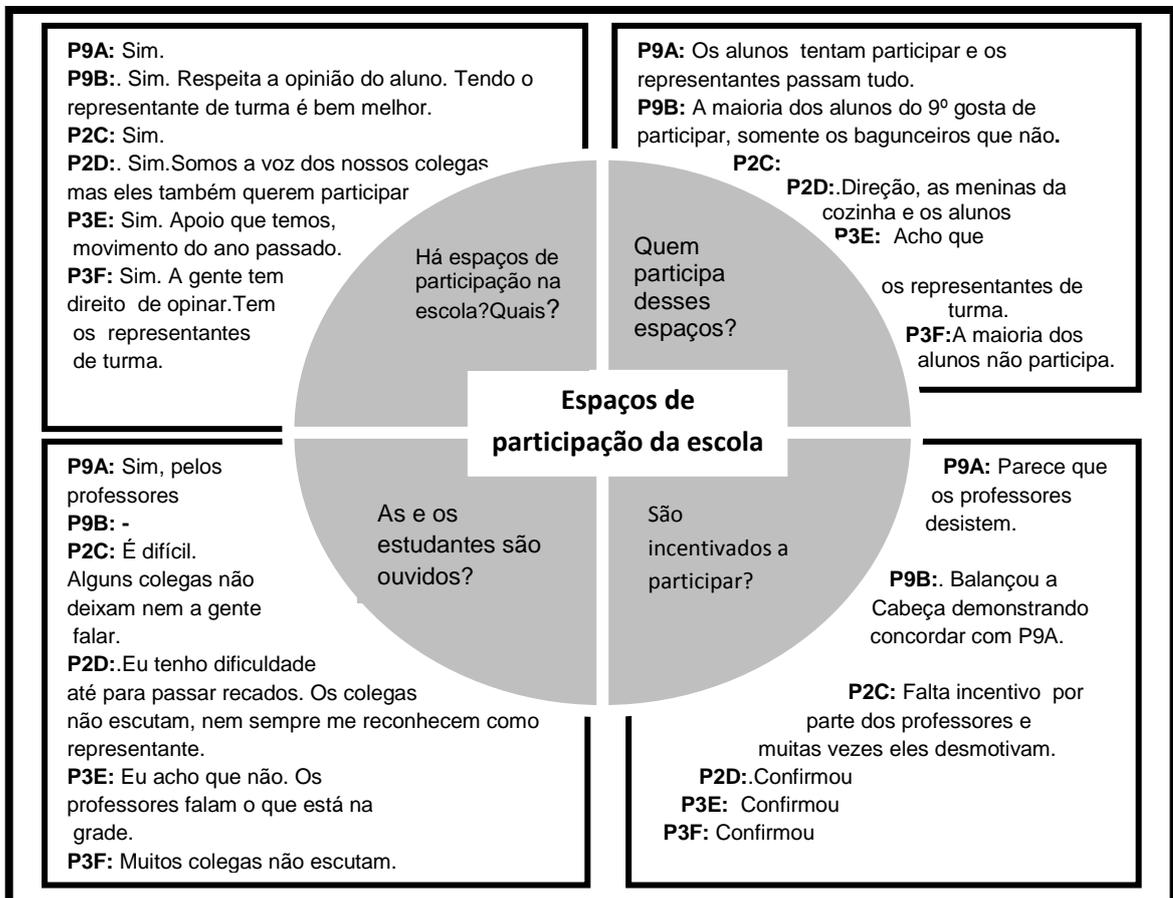
Nesse sentido, faz-se necessário desenvolver ações voltadas para a formação dos educadores e das educadoras, no que envolve a afetividade.

2.3.3 Espaços de participação das juventudes

O Diagrama 3 a seguir apresenta dados referentes à participação das juventudes na escola, na perspectiva tanto da sala de aula, quanto dos demais espaços da escola.

Em relação aos espaços de participação na escola, evidencia-se, de acordo com o diagrama a seguir, que os e as estudantes consideram que há espaços de participação e estes são disponibilizados para toda a comunidade escolar. Entretanto, muitos alunos e muitas alunas do ensino fundamental demonstram interesse em participar, porém, o mesmo não acontece ao final do ensino médio, pois essa vontade tende a diminuir. Os alunos demonstram que falta incentivo por parte das professoras e dos professores.

Figura 6 - Diagrama 3 – Espaços de participação na escola



Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, é importante analisar como são construídos esses espaços de participação, pois, conforme afirmam Carrano e Dayrell (2013), quando os jovens não são ouvidos, eles tendem a desanimar. Tal desânimo é perceptível nas falas das estudantes do ensino médio e evidenciado no diálogo sobre a questão referente a ser ouvido, principalmente em ser ouvido pelos pares, ou seja, pelos próprios colegas.

Quadro 7 – Dificuldades: escuta e expressões

Pesquisadora: Vocês são ouvidos?

P9A: Somos ouvidos pelos professores.

P2A: Eu acho que não, é igual a questão das cotas raciais, eu fui conversar com alguns professores, eles disseram que estava na grade, mas que tinha muita coisa pra fazer, os professores dizem que os alunos não gostam de prestar atenção.

P2B: Eu tenho dificuldade até pra repassar recados para os colegas. Os colegas não me escutam, nem sempre me reconhecem como representante mesmo.

P2A: É difícil, quando a gente tentou arrecadar alimentos para o sábado letivo, algumas salas não deixavam a gente falar.

P3B: Muitos colegas não escutam.

Pesquisadora: Vocês são ouvidos pela direção da escola?

Todos: Sim.

Pesquisadora: Vocês têm vez e tem voz nessa escola?

P3B: No geral, o único problema é com os colegas.

P9A: A gente só tá falando dos alunos, porque é a pior parte que a gente tem pra falar.

Pesquisadora: Mas vocês não são alunos?

P9B: Mesmo a gente sendo aluno, de aluno para aluno

Pesquisadora: Vocês conseguem expressar suas opiniões?

Todos: Sim

P3B: Temos o espaço para falar, mas nem todos procuram se expressar.

P2B: Alguns têm dificuldade de expressar.

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme sinalizado pelos e pelas estudantes no Quadro 7, há uma dificuldade em estabelecer uma relação dialógica entre os colegas.

Em se tratando da relação estabelecida com os professores, P3A cita um episódio em que prevalece o desejo de o professor seguir o conteúdo que programou. A jovem deixa transparecer que considera que os professores não escutam o que as e os estudantes têm a dizer.

Em relação aos temas que as e os estudantes gostariam de debater na escola, é possível verificar no Quadro 8 a seguir, que são assuntos que podem ser trabalhados no cotidiano escolar.

Nesse sentido, é preciso avançar na compreensão da juventude e das suas relações com a escola, conforme sustenta Dayrell (2009), o que implica o

desenvolvimento de investigações que centrem suas atenções nos jovens reais. Ou seja, é necessário considerar o que os jovens pensam, pois só vamos entendê-los quando pararmos para ouvir sobre e debater temas que as juventudes consideram importante também.

Nessa lógica, Freire (1996) valida a importância do saber escutar, pois é através da escuta que o educador transforma o seu discurso, do falar a ele para o falar com ele. Freire (1995, p. 13) ainda afirma que:

[...] as escolas não são espaços exclusivos para o puro aprender e para o puro ensinar. São locais nos quais se estabelecem vínculos e se criam expectativas e sentimentos. Ou seja, ensinar não pode ser constituído por um simples repassar ou transmitir conhecimentos. O próprio processo de conhecer exige a percepção das relações – com os objetos e com as pessoas.

Na perspectiva de entender as juventudes e sua relação com a escola no que concerne à formação para a participação, buscou-se dados para verificar como ocorreu a escolha das e dos representantes de turma e a formação das e dos estudantes. Para tanto, considerou-se o pensamento de Souza (2003, p. 19), uma vez que para ele “... a democracia não pode ser imposta: tem que ser cotidianamente construída, ensinada e aprendida ao longo da vida das pessoas e sociedades”. Tais informações podem ser visualizadas no diálogo do Quadro 8.

Quadro 8 - Representantes de turma e formação participativa

Entrevistadora: Como foi feita a escolha de representante de turma
P2D: Foi votação
P3F: Na minha sala, teve uma pressãozinha. Porque teve que passar os nomes numa sexta-feira, e tinha que entregar até na hora do recreio. No terceiro horário é falo que precisa de duas pessoas para representar a turma. Não teve nenhuma explicação.
P3E: Na minha, foi assim também, daí eu quis, todo mundo concordou.
Entrevistadora: E a escolha do professor representante?
P3F: Passaram na sala explicando
P9A: A minha sala foi na esperteza mesmo. Por quê? Porque fez a eleição, escolheu um professor. Daí voltou atrás e decidiu outro.
P9Bo: Porque o professor que a gente escolheu é certo, quer tudo certinho. Ele é bravo. Daí voltaram atrás.
P3E: Foi você (diretora) que foi lá explicar como escolher o professor representante.
Entrevistadora: Então tem os espaços de participação, porém não tem a formação para participar? Como participar? Por que participar?
P3E: Em relação a participar, pouca gente participa, não é todo mundo.
P9B: Na hora de votar no professor representante, Nenhum professor pode ficar na sala, pois tem uma certa pressão pra votar nele.

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o diálogo, nota-se que espaços de participação são instituídos, porém, falta criar condições que propiciem, ao adolescente, empreender ele próprio a construção do seu ser, no caso o ser participativo, em termos pessoais e sociais, conforme assegura Costa (2001).

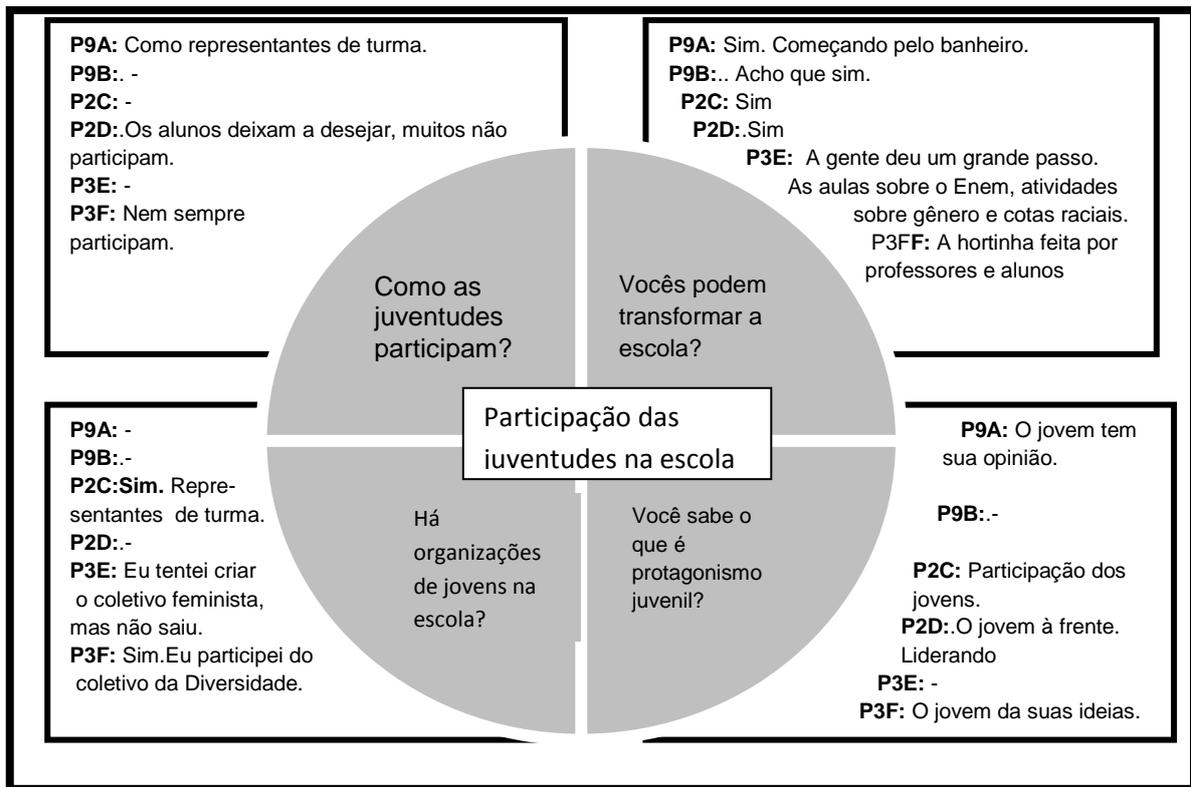
Todavia, é preciso desenvolver condições para que as juventude possam, de fato, participar, para que a transformação da escola e, conseqüentemente, da sociedade, seja possível e não tão distante, conforme apresenta Freire (2001), “No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa”. Dessa forma, cabe à escola desenvolver o caráter formativo das e dos educandos para a participação, pautando a formação para a cidadania, em uma proposta democrática, fazendo com que os estudantes estejam, assim, cientes de seus direitos e de seus deveres,

2.3.4 Como acontece a participação das juventudes na escola

Há diversos sentidos para a noção de participação e várias formas de realizá-la. Nesse sentido, segundo Carrano e Dayrell (2013), participar, considerando um sentido mais amplo, refere-se ao reconhecimento dos sujeitos em grupos desenvolvidos nos diversos âmbitos sociais. E em um sentido mais restrito, refere-se à participação dos sujeitos nos processos de tomada de decisão das sociedades. E esse sentido retrata a participação cidadã ou política.

Nessa perspectiva, os dados apresentados na Figura 7 evidenciam que os sujeitos pesquisados revelam um conceito vago sobre participação. Eles e elas se limitaram a relatar as ações realizadas pelos representantes de turma e revelam que consideram que os demais colegas pouco participam ou não demonstram interesse em participar, sem explicar e ou exemplificar.

Figura 7 - Diagrama da Participação das juventudes



Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange à participação das juventudes, em relação à transformação da escola, as e os estudantes consideram que já deram passos significativos, pois conquistaram alguns propósitos. Eles e elas relataram que cultivaram uma horta, que as professoras e os professores atenderam à necessidade de oferecer aulas voltadas para o ENEM, que foram orientados em relação às questões sobre gênero e sobre as cotas raciais.

O banheiro voltou em cena como solicitação de transformação da escola, no sentido de como a reivindicação pode transformar o espaço físico.

Em relação às organizações de jovens na escola, as e os estudantes citaram mais uma vez o grupo de representantes de turma e os coletivos como atuantes.

Em contrapartida, foi relatada, também, a frustração da não constituição de um coletivo, o coletivo feminista: “Mas como criar esses coletivos, eu não consegui, teve professores que não demonstraram interesse. Não fluiu, porque eu não sei como fazer... eu tentei com uma professora, mas não foi pra frente” (P3E. Entrevista realizada em agosto de 2018).

A estudante P3F relata que ocorreram alguns conflitos no Coletivo da Diversidade e que, por esse motivo, as e os participantes perderam o interesse.

Considerando as falas das alunas, evidencia-se a importância da atuação das e dos educadores na perspectiva de uma educação voltada para a formação cidadã. Diante do exposto, vale se reportar a Freire (1999), ao afirmar que a educação deve levar o ser humano à criação e recriação. Para que essa participação chegue a se tornar efetiva, haveria a necessidade de uma mudança na Educação, de tradicional para emancipatória, de impositiva para libertária.

Dando continuidade às percepções das juventudes, frente à participação estudantil, é possível salientar que as estudantes do ensino médio afirmaram que têm conhecimento da existência do Colegiado Escolar, enquanto os estudantes do ensino fundamental desconhecem a existência desse órgão.

No que se refere ao Grêmio Estudantil, analisa-se que, majoritariamente, as e os participantes demonstram saber que é possível constituir uma organização formada por estudantes. P3E esclarece que houve incentivo, por parte dos membros antigos do Grêmio, porém, as e os estudantes confirmam que faltou interesse dos atuais estudantes em montar uma chapa.

Cabe destacar que, de forma geral, foi possível identificar que as e os estudantes não sabem como funciona o grêmio estudantil, porém, demonstraram que gostariam que tivesse uma organização de alunos na escola. Entretanto, apenas constituir espaços de participação não garante a participação, visto que a ela se trata de construção social. Nesse sentido, faz-se necessário formar para a participação, em uma relação dialética entre teoria e prática.

Através da realização do grupo focal foi possível dialogar com as juventudes o que possibilitou a obtenção de dados autênticos, que forneceram material para o confronto com as informações levantadas inicialmente e contempladas no referencial teórico.

Nesse sentido, vale ressaltar que os achados da pesquisa serão abordados no próximo capítulo articulados com ações que poderão possibilitar a formação de espaços democráticos na escola e incentivar o protagonismo juvenil.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Neste capítulo, é apresentado o Plano de Ação Educacional, que tem o objetivo de desenvolver ações voltadas para a criação de espaços que possibilitem a participação das juventudes na escola e se articulem com a formação cidadã dessas juventudes.

Com o intuito de nortear o leitor, faz-se necessário resgatar o objetivo da pesquisa, que procurou analisar como acontece a participação das juventudes na Escola Estadual Cinira Carvalho. Este objetivo foi subdividido em específicos, sendo: a) descrever a juventude e sua relação com a escola; b) verificar quais os espaços de participação e como acontece a participação das juventudes e analisar a participação e a formação das juventude na escola; c) propor ações que possam contribuir para a efetivação e institucionalização dos espaços de participação e para a formação das juventudes, na perspectiva da gestão democrática e participativa, sendo este o objetivo deste capítulo.

Vale ressaltar que, para alcançar os objetivos propostos, buscou-se, como subsídios, os referenciais teóricos e a pesquisa de campo.

Destarte, buscou-se, nas pesquisas documentais, feita a partir da análise de legislações, dados do SIMADE, do PPP e Arquivos da Supervisão escolar, elucidar, no primeiro capítulo, a descrição a respeito da gestão democrática e participativa no contexto nacional, estadual e da escola pesquisada. Além disso, procurou-se caracterizar a escola, delinear as condições juvenis dos estudantes representados e verificar a participação das juventudes e a constituição de espaços de participação, à luz da gestão democrática e participativa previstas nos documentos supracitados.

A pesquisa bibliográfica viabilizou o embasamento teórico, em relação à participação das juventudes na escola, na perspectiva da gestão democrática e participativa. Por meio dela, foi possível explanar sobre as juventudes em diversos contextos: condição juvenil, escola, políticas sociais, espaços de participação e protagonismo juvenil.

Finalmente, a pesquisa de campo, em uma abordagem qualitativa, utilizando como percurso para investigação uma metodologia em que fosse possível dialogar com as juventudes possibilitou a obtenção de dados autênticos, que forneceram material para o confronto com as informações levantadas inicialmente e contempladas no referencial teórico.

Foram utilizados três eixos para a análise de dados da pesquisa, são eles: 1) Bloco A: A Relação das Juventudes com a escola; 2) Bloco B: Espaços de participação das juventudes na escola; 3) Bloco C: Participação das juventudes na escola. Para uma melhor compreensão e representação dos dados obtidos, o Quadro 9 apresenta, por eixo, os principais achados da pesquisa e também apresenta algumas ações que podem contribuir para o desenvolvimento efetivo da participação das juventudes na escola, na perspectiva da gestão democrática.

Quadro 9 - Dados da pesquisa e ações a serem desenvolvidas por eixo de análise

(continua)

Nº	Eixo de pesquisa	Dados de pesquisa	Ação
1	Relação das juventudes com a escola	Consideram que a escola é importante para vida, porém, falta trabalhar temas do interesse das juventudes.	Constituir um núcleo de professores, estudantes e parceiros (estagiários, voluntários, movimento estudantil), com o intuito de criar um Plano de Ação Institucional que visa organizar formações mensais, com temas relevantes voltados para a participação cidadã e temas solicitados pelos(as) estudantes.
		Consideram que o cuidado, o carinho, a atenção e a segurança oferecida pela maioria dos profissionais da escola é um diferencial. Porém, relatam que alguns professores são indiferentes e comparam alunos e alunas, turmas e escolas, o que resulta em desmotivação e baixa autoestima por parte das e dos estudantes. Falta desenvolver uma prática focada na aprendizagem de todos os sujeitos, e a escola precisa atender aos anseios das juventudes atuais.	Realizar estudos mensais com a equipe pedagógica, a equipe docente e os representantes de turmas. Elaborar um Plano de Ação com estratégias para promover o reconhecimento mútuo, com o intuito de construir novos relacionamentos entre a equipe discente e as e os estudantes, além de buscar atingir toda a comunidade escolar. Encontros do corpo docente, pautados em troca de experiências exitosas e formação continuada voltada para as novas gerações que chegam à escola.
		Falta um olhar cuidadoso com a escola, no que tange a estrutura física e a disciplina consciente por parte de muitos estudantes.	Constituir um núcleo de representantes de cada segmento da escola (professores(as), estudantes, administrativo e comunidade). Com o objetivo de formar articuladores e multiplicadores e de desenvolver parcerias e iniciativas voltadas para o desenvolvimento de estratégias que visam o desenvolvimento da disciplina consciente e na elaboração de regras coletivas e critérios que baseiam a aplicabilidade de sanções e punições.
2	Espaços de participação das juventudes	Desconhecem os mecanismos de participação. Querem participar, porém, não sabem como.	Realizar formações mensais com as e os discentes e as estudantes representantes de turmas, com o objetivo de apresentar os mecanismos de participação da escola e orientar como funcionam e como participar. Incentivar a instituição do Grêmios estudantis e de coletivos juvenis, assim como outras organizações estudantis.

Quadro 9 - Dados da pesquisa e ações a serem desenvolvidas por eixo de análise

(conclusão)

2	Espaços de participação das juventudes	Desconhecem os mecanismos de participação. Querem participar, porém, não sabem como.	Realizar formações mensais com as e os discentes e as estudantes representantes de turmas, com o objetivo de apresentar os mecanismos de participação da escola e orientar como funcionam e como participar. Incentivar a instituição do Grêmios estudantil e de coletivos juvenis, assim como outras organizações estudantis.
3	Participação das juventudes	Participam parcialmente das questões da escola e falta continuidade nas ações Falta formação, estímulo e acompanhamento	As equipes diretivas, pedagógica da escola, os e as representantes de turma e os núcleos deverão se reunir semanalmente para acompanhar a aplicabilidade dos Planos de Ações implantados na escola e institucionalizar as ações voltadas para a participação das juventudes na escola, ou seja, incluir, no PPP da escola, os Planos de ações elaborados pelos núcleos acima constituídos, após ser apresentado e aprovado em assembleia geral.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 9 apresenta os três eixos da pesquisa, os principais achados e as ações que visam contribuir para a garantia da ampla participação da comunidade escolar, principalmente a formação e participação das juventudes, buscando definir a elaboração de ações coletivas articuladas com a formação cidadã. Nesse sentido, o propósito dessas ações se justifica, por se tratar do terceiro objetivo específico desta pesquisa, que é propor ações que possam contribuir para a efetivação e institucionalização dos espaços de participação e para a formação das juventudes, na perspectiva da gestão democrática e participativa.

Do mesmo modo, considerando propor ações pautadas na participação e formação das juventudes, na perspectiva da gestão democrática e participativa, a próxima seção aborda o Plano de ações de maneira detalhada, com o intuito de executar este Plano.

3.1 Propostas de intervenções

Nesta seção, o Plano de Ação Educacional (PAE), que tem objetivo de propor ações que possam contribuir para a efetivação e institucionalização dos espaços de participação e para a formação e participação das juventudes na perspectiva da gestão democrática e participativa, é apresentado de maneira mais detalhada. Nessa perspectiva, será possível fomentar a participação dos estudantes no cotidiano escolar e, conseqüentemente, fortalecer a autonomia e a gestão democrática da escola.

Vale esclarecer que para elaboração deste PAE, foi utilizada a ferramenta 5W2H. De acordo com Gomes (2014), ela possibilita uma melhor compreensão das condições da implementação das ações pelos envolvidos, obtendo relevância no sucesso da execução. O método 5W2H se propõe a responder às seguintes questões: 1. *What* – O que será feito?; 2. *Why* – Por que será feito?; 3. *Where* – Onde será feito?; 4. *When* – quando será feito?; 5. *Who* – Por quem será feito?; 6. *How* – Como será feito?; e 7. *How much* – Quanto custará fazer?

Dessa maneira, o PAE apresenta todas as etapas, ações, objetivos, sujeitos envolvidos, tempos, espaços e recursos financeiros, ou seja, elenca, de maneira detalhada, ações que podem ser executadas de modo claro e objetivo.

3.2 propostas de ações referentes ao eixo: relação da juventudes com a escola

No segundo capítulo desta pesquisa, foi possível analisar que as e os jovens consideram que a escola é importante para a vida e que desempenha um papel fundamental no dia a dia de cada um e cada uma, porém, falta trabalhar temas do interesse das juventudes.

Nesse sentido, foram propostas duas ações que visam à criação de núcleos, ou seja, um grupo de pessoas com interesse em entender como funciona a participação no contexto escolar. Posteriormente, eles e elas poderiam ser mediadores e mediadoras de possíveis outros grupos que poderiam ser constituídos.

Quadro 10 - Proposta de estudos elaboração de Plano e Ação com temas propostos pelas juventudes e formação

What (O que?)	Constituir núcleos e criar um Plano de Ação Institucional que visa organizar formações mensais com temas relevantes voltados para a participação cidadã e temas solicitados pelos estudantes.
Why (Por que?)	As ações em conjunto favorecem a participação de todos e fomentam o protagonismo juvenil. Trabalhar temas propostos pelas juventudes propicia uma escola mais atraente e participativa, pois, como autores das propostas, o corpo discente será co-responsável pela viabilidade da ação.
Where (Onde?)	Biblioteca da escola
When (Quando?)	Fevereiro a novembro de 2019
Who (Quem?)	Professores, estudantes representantes de turma e parceiros (estagiários, voluntários, movimento estudantil)
How (Como?)	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar a proposta da ação. • Identificar os sujeitos que demonstram interesse em fazer parte do núcleo. • Constituir o núcleo. • Criar agenda do núcleo. • Realizar encontros mensais de 2h. • Realizar seções de estudos mensais sobre as ações propostas pela SEE sobre legislações e literatura referente à participação e à gestão democrática que objetivam ampliar e fortalecer os espaços de participação dos estudantes, assim como a gestão democrática. • Elaborar o Plano de ação. • Realizar rodas de conversa e plenárias. • Identificar os temas de interesse das juventudes. • Elaborar o Plano de ação pautado nas ações propostas pela SEE, articuladas com os temas sugeridos pela comunidade discente.
How (Como?)	<ul style="list-style-type: none"> • *Realizar o registro escrito e fotográfico para divulgação e arquivo.
How much (Quanto?)	Custos de lanche, material de papelaria (canetinhas, cartolinas etc.) e impressão

Fonte: Elaborado pela autora.

Esta ação está prevista para ser desenvolvida no decorrer do ano letivo de 2019, com o objetivo de constituir uma identidade coletiva, formar para a cidadania e fortalecer a participação das juventudes na escola, com foco no protagonismo juvenil.

Vale ressaltar que é considerável o compartilhamento das ações e do plano elaborado para toda a comunidade escolar, com o intuito de divulgar e despertar o interesse das e dos estudantes no geral.

A próxima ação deste eixo consiste nas relações estabelecidas entre estudantes e professoras e professores. Os sujeitos da pesquisa apontam que a maioria das e dos professores apresenta uma disposição em estabelecer uma boa relação, pautada no respeito e na consideração com os e as estudantes, porém, alguns são indiferentes e comparam alunos e alunas, turmas e escolas, o que resulta em desmotivação e baixa autoestima por parte das e dos estudantes. Evidenciou-se, além disso, a necessidade de desenvolver uma prática focada na aprendizagem de todos os sujeitos. Ademais, identificou-se que a escola precisa atender aos anseios das juventudes atuais.

Nesse sentido, com o objetivo de desenvolver uma escola acolhedora, a ação apresentada no Quadro 11 sugere estudos mensais com as equipes pedagógica e docente e com os representantes de turmas. A formação tem o intuito de elaborar um Plano de Ação com estratégias para promover o reconhecimento mútuo, com a pretensão de construir novos relacionamentos entre a equipe discente e as e os estudantes, assim como compartilhar práticas exitosas de relacionamento interpessoal e educativas.

Quadro 11 - Proposta de estudos voltadas para aproximação de estudantes e corpo docente

What (O que?)	<ul style="list-style-type: none"> • A equipe gestora deverá organizar formações mensais com as equipes pedagógicas e discentes e representantes de turma, com temas relevantes referentes à relação professor e aluno, pautada no diálogo e em práticas de ensino que sejam exitosas. • Criar espaço de reflexão sobre os sentidos do estar na escola para professores e estudantes. • Elaborar estratégias para promover o conhecimento mútuo.
Why (Por que?)	<ul style="list-style-type: none"> • Para criar condições de desenvolver uma escola acolhedora, buscando promover o reconhecimento mútuo. • Buscar perceber como as e os jovens constroem seu modo próprio de ser para, assim, compreendermos as suas experiências, necessidades e expectativas. • Desenvolver o vínculo afetivo entre professores e estudantes.
Were (Onde?)	Biblioteca da escola
When (Quando)	Fevereiro a novembro de 2019
Who (Quem?)	Equipes pedagógica e docente, além de representantes de turmas.
How (Como?)	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar a proposta da ação. • Confeccionar o cronograma das reuniões de acordo com a disponibilidade dos sujeitos participantes. • Realizar encontros mensais de 2h. • Realizar dinâmicas de grupos. • Realizar seções de estudos mensais sobre práticas educativas e relações entre professores e alunos. • Elaborar mapas das identidades culturais e juvenis das e dos estudantes da escola. • Realizar rodas de conversa e plenárias. • *Realizar o registro escrito e fotográfico para divulgação e arquivo.
How much (Quanto?)	Custos de lanche, material de papelaria (canetinhas, cartolinas etc.) e impressão

Fonte: Elaborado pela autora.

O planejamento dos encontros deve ser desenvolvido pelos sujeitos envolvidos. A pauta e as atividades serão direcionadas ao final de cada encontro, em que os próprios participantes poderão sugerir textos, dinâmicas, atividades relacionadas ao objetivo da proposta. Além disso, eles se responsabilizarão por uma ação no próximo encontro.

A última ação deste eixo se refere à falta de um olhar cuidadoso com a escola, no que tange a estrutura física e a disciplina consciente por parte de muitos estudantes. Para tanto, pretende-se criar um núcleo com representantes de cada segmento da escola (professores, estudantes, administrativo e comunidade).

A constituição do núcleo tem como o objetivo desenvolver parcerias e iniciativas voltadas para o desenvolvimento de estratégias que visam o cuidado com a estrutura física a escola, além do desenvolvimento da disciplina consciente. Para tanto, serão elaboradas regras coletivas e critérios que baseiam a orientação e

aplicabilidade de sanções e punições. Por fim, serão formados articuladores e multiplicadores.

Quadro 12 - Estratégias para cuidar da estrutura física e para desenvolver a disciplina consciente

What (O que?)	Criar um núcleo que visa verificar as condições físicas do prédio escolar e orientar a comunidade sobre os cuidados com o espaço coletivo. Além disso, contribuir para o desenvolvimento da disciplina consciente e com a elaboração de regras coletivas e critérios que baseiam a orientação e aplicabilidade de sanções e punições. Por fim, formar articuladores e multiplicadores da disciplina consciente.
Why (Por que?)	É necessário cuidados com a escola, no que tange a estrutura física e a disciplina consciente por parte de muitos estudantes.
Where (Onde?)	Biblioteca da escola
When (Quando?)	Fevereiro a dezembro de 2019
Who (Quem?)	Professores, estudantes, comunidade escolar
How (Como?)	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar a proposta da ação. • Elaborar o cronograma de acompanhamento. • Realizar encontros semanais de 15 em 15 dias para verificação e orientação e mensais de 1h para estudos e apresentação de relatórios. • Realizar seções de estudos mensais sobre patrimônio escolar, regras e normas, legislação. • Realizar vistoria quinzenal no prédio escolar e fazer relatório sobre as condições da estrutura física. • Verificar as condições das salas de aula diariamente. • Apresentar relatórios para o núcleo e confeccionar cartaz com dados obtidos. • Realizar momento de orientação nas salas. • Incentivar o cumprimento das regras e normas e o cuidado com o espaço físico. • *Realizar o registro escrito e fotográfico para divulgação e arquivo.
How much (Quanto?)	Custos de lanche, material de papelaria (canetinhas, cartolinas etc.) e impressão

Fonte: Elaborado pela autora.

Os encontros poderão ser conduzidos por qualquer membro do núcleo. Em cada mês, um deles ficará responsável pela organização das atividades. As ações poderão ser adaptadas de acordo com os achados nas vistorias e com as necessidades trazidas pelo grupo.

Considera-se que estas três ações desenvolvidas poderão possibilitar uma melhor relação entre os sujeitos envolvidos com a prática ensino-aprendizagem e com a escola. Além disso, elas promoverão a reflexão de que a escola é um espaço coletivo, provocando, assim, a busca do respeito mútuo entre todos os sujeitos que fazem parte da escola. Assim, contribuirão para a construção da identidade da escola.

3.3 Propostas de ações referentes ao eixo: espaços de participação das juventudes

As ações relacionadas ao eixo “Espaços de participação das juventudes” buscam promover a formação de estudantes e docentes, no que se referem aos mecanismos de participação da escola, assim como orientar sobre como participar desses espaços.

Nos achados da pesquisa, foi detectado que as juventudes analisadas demonstram desconhecer os mecanismos de participação da escola. Além disso, não sabem como criar tais espaços. Nesse sentido, a ação busca apresentar os mecanismos de participação, como são constituídos, como funcionam, quem participa, como participam e como podem participar.

Assim, a ação a ser executada, apresentada no Quadro, pretende realizar formações mensais, com as e os docentes e as e os estudantes representantes de turma, com o objetivo de fomentar os espaços de participação da escola e incentivar a instituição do Grêmio estudantil, além de outras organizações estudantis.

Quadro 13 - Participação e fomento à instituição do grêmio estudantil

What (O que?)	A equipe gestora deverá organizar formações mensais com estudantes e docentes representantes de turmas e demais interessados em contribuir com a construção social da gestão democrática e participativa, no que tange os mecanismos de participação.
Why (Por que?)	<ul style="list-style-type: none"> • Para a efetivação da gestão democrática e participativa e fomento da participação nos espaços deliberativos e de tomadas de decisão. • Para fomentar a instituição do grêmio estudantil e outras organizações estudantis. • Para formar para a participação social, com o intuito de transformar a escola e, conseqüentemente, a sociedade.
Where (Onde?)	Biblioteca da escola
When (Quando?)	Fevereiro a novembro de 2019
Who (Quem?)	Professores e estudantes representantes de turma.
How (Como?)	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar a proposta da ação. • Realizar encontros mensais de 2h. • Realizar dinâmicas de grupos. • Realizar seções de estudos mensais sobre mecanismos de participação (vídeos, textos etc). • Estudar as legislações referente ao Grêmio e outros mecanismos de participação. • Apresentar exemplos de Grêmios que transformaram a escola. • Estimular a constituição do Grêmio estudantil. • Realizar rodas de conversa e plenárias. • Realizar o registro escrito e fotográfico para divulgação e arquivo.
How much (Quanto?)	Custos de lanche, material de papelaria (canetinhas, cartolinas etc.) e impressão

Fonte: Elaborado pela autora.

Há diversos mecanismos de participação na escola. Entre aqueles que podem ser criados, podemos citar: o conselho de classe, o conselho escolar, a associação de pais e mestres e o Grêmio estudantil. Entretanto, no que se refere aos espaços voltados para as juventudes, há também os coletivos juvenis, os representantes de turmas e o conselho de representantes, conforme foi apresentado no capítulo um desse estudo.

Porém, participar não é só formar grupos, é preciso se envolver nas questões de tomadas de decisão, deliberação, elaboração do Projeto Político Pedagógico, organização de eventos, entre outros. Nesse sentido, é necessário participar criticamente do cotidiano escolar, visando melhorar a escola.

Dessa forma, a constituição do grêmio estudantil, assim como outras formas de organização estudantil e participação juvenil, pode contribuir para a formação de indivíduos críticos e criativos, atuantes como cidadãos. A partir disso, será possível envolver as e os estudantes nas discussões do cotidiano escolar e nos aspectos decisórios, preparando, assim, para a participação em outras instâncias sociais.

3.4 Propostas de ações referentes ao eixo: participação das juventudes

Ao analisar os dados da pesquisa, na perspectiva da “Participação das Juventudes”, constatou-se que as e os estudantes participam parcialmente das ações que são propostas. De acordo com os relatos, evidenciou-se que as ações são repassadas para as e os estudantes, porém, eles e elas não recebem a devida orientação e nem são acompanhadas. Muitas vezes, algumas ações não são finalizadas, e eles também não recebem uma devolutiva sobre o que foi desenvolvido.

Dessa maneira, esta ação tem o objetivo de contribuir com a consolidação da formação dos sujeitos participativos no processo escolar, de modo sustentável e com a institucionalização das organizações estudantis e demais organizações.

Assim, o intuito é reunir as equipes diretivas e pedagógica da escola, os e as representantes de turma e os núcleos constituídos para o acompanhamento das ações apresentadas nos eixos 1 e 2. Após a avaliação das ações nos primeiros três meses, a proposta é institucionalizar as ações voltadas para a participação das

juventudes na escola, ou seja, incluir no PPP os Planos de Ações elaborados pelos núcleos após serem apresentados e aprovados em assembleia geral. Além disso, será contemplado, no texto do PPP, a importância da formação para a participação das juventudes, na perspectiva da gestão democrática e participativa.

Quadro 14 - Formação para participação das juventudes

What (O que?)	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião para acompanhar a aplicabilidade dos Planos de Ações implantados na escola. • Institucionalização das ações voltadas para a participação das juventudes
Why (Por que?)	<ul style="list-style-type: none"> • Para acompanhar e avaliar a aplicabilidade dos Planos de Ações • Para fomentar e valorizar a participação das juventudes
Where (Onde?)	Na escola
When (Quando?)	Mensalmente no decorrer de 2019
Who (Quem?)	Equipes diretivas e pedagógica da escola, representantes de turma e dos núcleos
How (Como?)	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar os planos de ações. • Incluir, no PPP, os Planos de Ações elaborados pelos núcleos após serem apresentados e aprovados em assembleia geral. • Contemplar, no texto do PPP, a importância da formação para a participação das juventudes, na perspectiva da gestão democrática e participativa.
How much Quanto?	Não há custos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Há um conjunto de ações e responsabilidades que são necessárias para a efetivação da gestão democrática e participativa. De acordo com Dourado e Duarte (2001), compartilhar e acompanhar as tomadas de decisões e o desenvolvimento de atividades é importante para garantir o envolvimento de todos os agentes inseridos no cotidiano escolar.

Nesse sentido, para formar e envolver as juventudes nas tomadas de decisões e no desenvolvimento de atividades da escola, as ações apresentadas neste Plano de Ação poderão favorecer a participação de diversos atores da escola, porém, o foco deverá ser os atores principais, visando o protagonismo juvenil.

Partindo do exposto acima, todas as ações deverão considerar as e os estudantes como elemento central da prática educativa, conforme assevera Costa (2007). Assim, as juventudes deverão participar ativamente de todo o procedimento, desde a execução, até a avaliação das ações propostas. Para que isso aconteça, é necessário estimular as e os jovens para que tomem frente e responsabilidade dos processos, assim como vivenciem as possibilidades de escolha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso teve como objetivo analisar como acontece a participação das juventudes na escola estadual Cinira Carvalho, Lavras/MG.

A escolha do tema partiu de inquietações referentes ao desejo de ver a escola transformada. Junto ao desejo veio a questão: “Como transformar a escola?”. E a resposta que encontrei foi: “Garantir, como gestora dessa escola, uma gestão democrática e participativa, envolvendo as e os estudantes, com o objetivo de garantir o que está previsto na Constituição Federal de 1988 ‘democracia e participação popular’, buscando o fortalecimento da participação estudantil”.

Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar como acontece a participação das juventudes na Escola Estadual Cinira Carvalho e como objetivos específicos: a) descrever a juventude e sua relação com a escola; b) verificar quais os espaços de participação e como acontece a participação das juventudes; c) analisar a participação e a formação das juventude na escola; d) propor ações que possam contribuir para a efetivação e institucionalização dos espaços de participação e para a formação das juventudes, na perspectiva da gestão democrática e participativa.

No capítulo 1, o caso foi delineado, a partir da descrição referente à participação das juventudes da escola pesquisada. Em um primeiro momento, foram apresentadas as legislações em que são contempladas a gestão democrática e participativa, considerando as esferas nacional e estadual. Logo após, foi abordada a caracterização da escola e suas documentações e ações que fomentam a gestão democrática e participativa, bem como a participação e envolvimento das juventudes nas ações promovidas pela instituição. A pesquisa inicial se fundamentou em evidências obtidas em análise de legislações, documentações da escola, Projeto Político Pedagógico da Escola, dados do SIMADE e arquivos da supervisão referentes aos projetos desenvolvidos.

A partir dessas evidências, indagou-se como as e os estudantes estão participando nessa gestão.

O capítulo 2 apresentou o referencial teórico que deu aporte para esse caso de gestão. A partir dele, revelou-se que as juventudes, conforme asseveram Dayrell, Carrano e Maia (2014), correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional, ou seja, não se reduzem a um recorte etário. Outro ponto importante que

vale ser considerado é que embora as juventudes começaram a ser pensadas no início do novo milênio e que tivemos alguns avanços em relação às políticas públicas, o Brasil não conseguiu diminuir as desigualdades sociais que influenciam as trajetórias da maioria dos jovens brasileiros.

Assim, Freire assevera que estamos ainda no processo de aprender a fazer democracia e que devemos lutar por ela, pois lutar pela democracia é lutar contra o autoritarismo. Porém, haveria a necessidade de uma mudança na Educação, de tradicional para emancipatória, de impositiva para libertária. “Educação em antinomia com a emersão do povo na vida pública brasileira”. Além disso, para ele, é importante desenvolver o caráter formativo para a participação, sendo necessário formar as juventudes para a democracia. Pois a democracia não pode apenas ser um sonho, ela precisa acontecer na escola e simultaneamente na sociedade,

Nessa perspectiva, Costa (2007) apresenta o protagonismo juvenil como uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política em que estão inseridos. O autor considera o protagonismo juvenil como um direito e um dever dos adolescentes.

A execução da pesquisa trouxe respostas à questão norteadora. No que tange a participação das juventudes na escola, no contexto escolar, as e os jovens demonstram desconhecer os mecanismos de participação da escola e não sabem como criar espaços de participação. Constatou-se que as e os estudantes participam parcialmente das ações que são propostas e que as ações são repassadas sem orientação e acompanhamentos. Muitas vezes, algumas não são finalizadas e também não há uma devolutiva sobre o que foi desenvolvido.

A pesquisa também traz dados a serem considerados. Em relação às percepções da juventude sobre a escola, eles consideram que é importante para vida e que desempenha um papel fundamental no dia a dia de cada um cada uma, porém, é necessário trabalhar temas do interesse das juventudes.

Os sujeitos da pesquisa também relatam que a maioria das e dos professores apresenta uma disposição em estabelecer uma boa relação, pautada no respeito e na consideração às e aos estudantes, no entanto, alguns são indiferentes e comparam alunos e alunas, turmas e escolas, o que resulta em desmotivação e baixa autoestima por parte das e dos estudantes. Evidenciou-se, além disso, a

necessidade de desenvolver uma prática focada na aprendizagem de todos os sujeitos, e que a escola precisa atender os anseios das juventudes atuais.

A falta de um olhar cuidadoso com a escola, no que tange a estrutura física e a disciplina consciente por parte de muitos estudantes também foi apontada.

Diante das problemáticas identificadas, foi proposto um Plano de Ação Educacional. O PAE desenvolvido sugere ações que podem fomentar a participação das juventudes pautada no protagonismo juvenil. Nesse sentido, foram propostas ações que visam à criação de núcleos. Trata-se de um grupo de pessoas com interesse de entender como funciona a participação no contexto escolar, podendo eles atuar como mediadoras e articuladoras no contexto escolar. Propõem-se também a realização de estudos, além da formação continuada e a elaboração de um Plano de Ação com diversas estratégias voltadas para a promoção do reconhecimento mútuo. Além disso, sugerem-se ações voltadas para o cuidado com a estrutura física da escola e o desenvolvimento da disciplina consciente, construindo regras coletivas e critérios que baseiam a orientação e aplicabilidade de sanções e punições.

A constituição do grêmio estudantil, além de outras formas de organização estudantil e participação juvenil também foram pensadas, uma vez que elas podem contribuir para a formação de indivíduos críticos e criativos, atuantes como cidadãos.

Considera-se que as e os estudantes são elementos centrais da prática educativa, conforme assevera Costa (2007). Assim, as juventudes deverão participar ativamente de todo o procedimento, desde a execução, até a avaliação das ações propostas. Para que isso aconteça, é necessário estimular as e os jovens para que tomem frente dos processos e vivenciem as possibilidades de escolha e de responsabilidade.

Considera-se que as ações desenvolvidas possibilitaram desenvolver uma melhor relação entre os sujeitos envolvidos com a escola. Todavia, as ações do PAE visam apresentar sugestões de ações que fomentam a participação e desenvolvam reflexões pautadas no protagonismo juvenil como subsídio para favorecer a participação das juventudes na perceptiva da gestão democrática. Entretanto, não ousam apresentar soluções para o caso apresentado, mas sim contribuir com reflexões acerca da problemática apresentada.

Por fim, este estudo de caso possibilitou refletir sobre a prática pedagógica e a importância de criar e ampliar espaços de participação das juventudes, com vistas

a descentralizar a gestão escolar. A criação desses espaços e a efetivação da participação contribuirão para que a escola se transforme em um espaço que não seja frequentado apenas como uma obrigação e sim pelo desejo.

Que as juventudes sejam respeitadas e consideradas em suas condições juvenis, que se apropriem de seus espaços, tenham vez e voz e contribuam para a construção social da gestão democrática na escola e, conseqüentemente, da democracia em nosso país, contribuindo, assim, para que a justiça social seja para todas e todos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. LEÓN, O. D. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais.** Ação Educativa. 2005. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

ABRAMOVAY, M. CASTRO, M. G. WASELFISZ, J. J. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam?** Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf. Acesso em: 16 ago. 2018.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação.** 2ª Ed. São Paulo: Moderna.1996.

ARENDT, H. **A condição humana.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

ARROYO, M. **Imagens Quebradas.** Petrópolis: Vozes, 2005.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para uma pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos.** Tradução Sérgio Joaquim de Almeida Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 2007.

BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia.** Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1994

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Notas de campo. In BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução às teorias e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994. p.150-75.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência Universidade de Barcelona, Espanha. Tradução de João Wanderley Geraldi. **Rev. Bras. Educ.** n.19, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.398 de 4 de novembro de 1985.** Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm. Acesso em: 09 dez. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 03 set. 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 20.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, 2013.

BRASIL. Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno II : **O jovem como sujeito do ensino médio**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica; [organizadores]: Paulo Carrano, Juarez Dayrell]. – Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Ensino Médio Inovador**. 2016. Disponível em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/proemi>. Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL. Programa Ensino Médio Inovador. **PDDE Interativo**. 2017. Disponível em: <http://pddeinterativo.mec.gov.br/>. Acesso em: 09 fev. 2018.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. *In: Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARRANO, P. Identidades juvenis e escola. *In: Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. — Brasília : UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/vol3const.pdf>. Acesso em: 07 set. 2018.

CORBUCCI, P. R. CODES, A. L. CHAVES, J. V. Situação Educacional dos Jovens Brasileiros. *In: CASTRO, J.A.; AQUINO, L.M; ANDRADE, C.C. (orgs.). Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5641. Acesso em: 13 nov. 2018.

COSTA, A. C. G. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador, Fundação Odebrecht, 2000. BRASIL. Caderno de orientações Parlamento Juvenil do Mercosul. PJM. MEC. Seleção 2018-2020. 2018. Disponível em: <http://pjm.mec.gov.br/images/pdf/caderno-orientacoes-2018.pdf> . Acesso em. 30 nov. 2018

COSTA, A.C.G. **Protagonismo Juvenil**: O que é e como praticá-lo. 2007. Disponível em:

<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/costa-protagonismo.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cad. Pesqui.** [online]. 2002, n.116. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 08 out. 2017.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.** 2003, n.24, ISSN 1413-2478. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

DAYRELL, J. Juventude e Escola. In: SPOSITO, Marília Pontes (org.). **O estado da arte sobre juventude na Pós-Graduação brasileira**: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). v. 1, Belo Horizonte, Argumentvm, p. 57-126, 2009.

DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Juarez Dayrell, Paulo Carrano, Carla Linhares Maia, organizadores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, J. (org). **Por uma Pedagogia das Juventudes**: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. - Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/view/livro-por-uma-pedagogia-das-juventudes>. Acesso em: 26 jul. 2018

DELORS, Jacques (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez.1996.

DOURADO, L. F. **Progestão**: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar? módulo II / Luiz Fernandes Dourado, Marisa Ribeiro Teixeira Duarte; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cad. Pesqui.** [online]. 2002, n.115, pp.139-154. ISSN 0100-1574. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>.

ESCOLA ESTADUAL CINIRA CARVALHO. **Projeto Político Pedagógico**. Lavras. 2017

FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (Org.). **Juventude e contemporaneidade**; Coleção para todos. Vol.:16; 2007. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/157>. Acesso em: 09 mar. 2018

FERREIRA, N. S. C. Gestão democrática da educação para uma formação humana: conceitos e possibilidades. **Em Aberto**, Brasília v.17, n. 72. 2000. Disponível em:

<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2130/2099>. Acesso em: 14 nov. 2018

FERREIRA, N. S. C.(Org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006.

FERREIRA, T. H . FARIAS, M. **Adolescência através dos Séculos**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 26 n. 2. 2010.

FERRETTI, C. J.; ARAÚJO, R. L.; FILHO, D. L. L. **Formação de Professores do Ensino Médio, etapa1, caderno V**: Organização da Gestão Democrática na Escola/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Curitiba: UFPR/ Setor de Educação, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez. 1991

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Política e Educação**. 5ª ed. São Paulo: Cortez. 2001

GADOTTI, M. Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional. **Conferência Nacional de Educação (CONAE)**, 2014. Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf. Acesso em: 24 nov. 2017.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GROPPO, L. A. **Condição Juvenil e Modelos Contemporâneos de Análise Sociológica das Juventudes**. Última Década nº33, Cidpa Valparaíso, 2010. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/udecada/v18n33/art02.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

IBGE. Censo 2010. **Indicadores sociais Municipais 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2019&t=indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio&view=noticia>. Acesso em: 22 ago. 2018

IBGE. **Mais de 25 milhões de jovens não estudavam em 2017**. Agência de notícias IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21256-mais-de-25-milhoes-de-jovens-nao-estudavam-em-2017> 2018. Acesso em: 14 ago. 2018

LIBÂNEO, J. C. **Gestão e organização da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LEÃO, G. CARMO, H. C. Cadernos temáticos - Caderno 3: Os jovens e a escola. *In: Cadernos temáticos*: juventude brasileira e Ensino Médio / Licinia Maria Correa, Maria Zenaide Alves, Carla Linhares Maia, organizadoras. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LÜCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Cadernos de Gestão- Vol. I. Petrópolis: Vozes, 2006. (Cadernos de Gestão – Vol. I)

LÜCK, H. **Gestão Participativa na Escola**. Cadernos de Gestão- Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, H. **Liderança em gestão escolar**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

LÜCK, H. **Os desafios da liderança nas escolas**. Gestão Escolar. 2009. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/787/heloisa-luck-fala-sobre-os-desafios-da-lideranca-nas-escolas>. Acesso em: 15 nov. 2018

MAROTTI, J. *et al.* Amostragem em pesquisa clínica: tamanha da amostra. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 186-194, maio./ago. 2008.

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MINAS GERAIS. SEE. **Carta às escolas**: Volta às aulas. Belo Horizonte, 2017.

MINAS GERAIS. SEE. **Gestão Democrática e Participação Popular**. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/17000-gestao-democratica-e-participacao-popular>. Acesso em: 14 out 2017.

MINAS GERAIS. SEE. **Resolução SEE nº 2.958, de 29 de abril de 2016**. Dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

MINAS GERAIS. SEE. **Resolução SEE nº 3.660, de 1º de dezembro de 2017**. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na Rede Estadual de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação a partir de 2018 e dá outras providências. Disponível em: <http://designacao-see-mg.com.br/wp-content/uploads/2018/01/RESOLUCAO-SEE-N-3-660-DE-1-DE-DEZEMBRO-DE-2017.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2018.

MINAS GERAIS. **Sistema Mineiro de Administração Escolar da Escola Estadual Cinira Carvalho**. Belo Horizonte. 2018. Disponível em: <http://www.simadeweb.educacao.mg.gov.br/SimadeWeb/imprimir.faces>. Acesso em: 05 mai. 2018.

MOLL, J.; GARCIA, S. Prefácio. In: **Juventude e Ensino Médio**. DAYRELL, J. CARRANO, P. MAIA, LINHARES, C. (Orgs.). Editora UFMG, Belo Horizonte, 2014.

MORGAN, D. **Focus up as qualitative research**. Qualitative Research Methods Series, v.16. London: Sage Publications. 1997.

NOVAES, R.C.R. “Prefácio”. In: CASTRO, J.A.; AQUINO, L.M; ANDRADE, C.C. (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5641. Acesso em: 11 nov. 2018.

PARO, V. H. Eleição e diretores de escolas públicas: avanços e limites da prática. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.77, n. 186, maio/ago. 1996.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PENIN, S. T. S. **Progestão**: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade?, módulo I / Sônia Teresinha de Dayre Penin, Sofia Lerche Vieira ; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. -- Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

RAMOS, J. F. P. **Gestão Democrática da Escola Pública**: a experiência do governo das mudanças. Fortaleza: UECE, 2005.

ROCHA, A. S. **Genealogia da constituinte**: do autoritarismo à democratização. Lua Nova, São Paulo, n. 88, 2013.

SILVA. M. S.; GLOTZ. R. E. Oa. **Avaliação da Aprendizagem**, volume 01 e 02. Universidade Rural Federal de Pernambuco; 2011.

SILVA, E. R. A.; ANDRADE, C. C. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades In: CASTRO, J.A.; AQUINO, L.M; ANDRADE, C.C. (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5641. Acesso em: 13 nov. 2018.

SIMAS, L. VENTURA, M. CAMARGO, T. **Direitos da população jovem**: um marco para o desenvolvimento. -- 2. ed. -- Brasília : UNVPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2010.

SOUZA, V. **Juventude, solidariedade e voluntariado**. Salvador: Fundação Odebrecht; Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

SOUZA, A. R. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática**. Belo Horizonte. Educação em Revista. 2009

SPOSITO, M. P. SOUZA, R. SILVA, F. A. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e170308, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/2017nahead/1517-9702-ep-S1678-4634201712170308.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2018.

STECANELA, N.; SALVA, S. **Diálogos sobre participação**: o que dizem os jovens da região metropolitana de Porto Alegre - Brasil. Última década nº 25, Cidpa Valparaíso, Dezembro, 2006.

TEIXEIRA, I. Uma carta, um convite. In: **Juventude e Ensino Médio**. DAYRELL, J. CARRANO, P. MAIA, LINHARES, C. (Orgs.). Editora UFMG, Belo Horizonte, 2014.

UBES. **União Brasileira dos estudantes Secundaristas**. Grêmio. Disponível em: <http://ubes.org.br/gremios/>. Acesso: 03 fev. 2018.

UFLA. **UFLA de Portas Abertas**. 2018. Disponível em: <http://www.ufla.br/dcom/2018/02/19/ufla-de-portas-abertas-inscricoes-abertas-para-escolas-equipe-de-apoio-e-foodtrucks/>. Acesso em: 17 mar.2018

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE** – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

VILAS BÔAS, E. A. **Plano de Gestão**. Escola Estadual Cinira Carvalho. 2015

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grasi – 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Roteiro para o Grupo Focal

Funções: Mediador, observador, operador de gravação, digitador

Objetivo: identificação através das e dos estudantes dos 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio sobre suas percepções, sentimentos, atitudes e ideias a respeito do protagonismo juvenil, ou seja, da participação das juventudes na escola

Prezadas e prezados estudantes da Escola Estadual Cinira Carvalho,
Sou aluna do curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública na Universidade Federal de Juiz de Fora/MG e minha pesquisa é sobre as juventudes da Escola Estadual Cinira Carvalho. Sua colaboração é muito importante para a referida pesquisa. Agradeço sua disponibilidade!

- Grupo Focal realizado com 5 estudantes que estão matriculados a partir do 8º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

1. **TEMA:** Formação das juventudes para a cidadania e o protagonismo juvenil

2. **QUEBRA-GELO:**

- Explicar o que é grupo focal:

Vocês foram convidados para participar de uma pesquisa, essa pesquisa é sobre a participação das juventudes na Escola Estadual Cinira Carvalho. O tema foi mantido em segredo até agora para não criar tendências e evitar a formação de vieses. Apesar disso, o tema é familiar a todos e permite as mais diversas abordagens e opiniões.

Para entender melhor como é a participação das juventudes na escola vamos realizar uma pesquisa qualitativa, uma pesquisa onde conversamos com as pessoas, ou seja, um grupo focal.

Como funciona um grupo focal?

Primeiro é preciso desligar os celulares.

O grupo focal é um bate-papo informal, com duração de 2 horas. Haverá um moderador e um relator para anotar, além das anotações vale esclarecer que a conversa será gravada, porém o sigilo é garantido, ou seja, os participantes não serão identificados na pesquisa.

Os critérios para a escolha dos participantes será (foi) seleção dentre os representantes de turmas (estudantes dos 8º e 9º anos do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio), considerando primeiro o interesse e disponibilidade em participar e depois sorteio de cinco participantes.

Vamos utilizar um roteiro de perguntas, porém é importante esclarecer que não há certo ou errado na discussão e não há busca de consenso. Os participantes podem discordar do moderador e entre si.

E toda contribuição é importante para a pesquisa.

E para começarmos:

- Gostaria de solicitar que cada uma e cada um de vocês se apresentassem, dizendo nome, idade, ano, turma e há quanto tempo estudam nessa escola.
- Falem um pouco sobre a trajetória escolar de vocês.

- Caracterização da Escola (como é a escola?)

BLOCO A – Relação das juventudes com a escola

Pergunta chave: Gostaria de saber, de acordo com a opinião de cada uma e cada um, qual o papel e a importância da escola em sua vida.

PROBES:

- Para que serve a escola?
- Do que mais gosta e de que menos gosta na Escola? Por quê?
- Você se considera interessada ou interessado pela escola?
- Como é seu cotidiano escolar?
- Você realiza outras atividades fora da escola? Quais?
- Como você gostaria que fosse sua escola?

BLOCO B – Espaços de participação das juventudes na escola

Pergunta chave: A escola oferece espaços para a participação das e dos estudantes?

PROBES:

- Se a resposta for positiva: quais são esses espaços? Quem participa desses espaços?
- Como é sua atuação na escola? Você considera que há uma grande participação das juventudes na sua escola?
- Existem espaços de convivência e de relacionamento estudante-professor além da sala de aula?
- Você considera que é ouvida ou ouvido em sua escola?
- Você consegue expressar sua opinião sobre os assuntos que lhe dizem respeito?
- Sua opinião, em relação a esses assuntos, é levada em consideração na sua escola?
- Sua escola oferece espaços para falar sobre vocês, sobre as e os estudantes?
- Há incentivo/ estímulo por parte do corpo docente e da gestão da escola em relação à construção e participação de vocês nos projetos, eventos e demais atividades da escola?
- Sua escola incentiva ajuda a desenvolver competências básicas necessárias à participação, por exemplo, saber ouvir, saber comunicar suas ideias e respeitar as decisões coletivas?
- Você sabia que há mecanismos de participação nas escolas?
- Você conhece algum mecanismo de participação da sua escola, como por exemplo: colegiado, conselho de classe, associação de pais e mestres, grêmios estudantis?
- Em sua sala de aula prevalece a hierarquia ou o diálogo? E na sua escola?

- Como a escola pode ouvir e criar campos de atuação para as e os jovens nas soluções que dizem respeito a eles e elas e a escola como um todo?

BLOCO C – Participação das juventudes na escola

Pergunta chave: As e os estudantes participam das tomadas de decisões, dos espaços deliberativos, dos projetos, dos eventos e das festividades de sua escola? Como?

PROBES:

- Como as juventudes participam das atividades e ações da escola?
- Você considera que desempenha um papel para que sua escola seja um local propício ao ensino-aprendizagem? Qual papel?
- Como sua participação pode contribuir para uma escola melhor para o coletivo, mais democrática, na qual a aprendizagem se realiza em todos os espaços e não somente na sala de aula?
- Como você pode contribuir para trazer a comunidade para dentro da escola e a escola para dentro da comunidade?
- Você considera que pode contribuir para a participação coletiva na sua escola?
- Você considera que é capaz de transformar sua escola? Como?
- Você demonstrou interesse em participar nos mecanismos de participação da escola, colegiado, representantes de turma, conselho de representantes, coletivos, grêmios estudantis?
- Você sabe o que é o grêmios estudantis e como funciona?
- Você sabe se na sua escola há coletivos estudantis e grêmios estudantis?
- Você sabe se na sua escola há alguma organização de jovens que são envolvidos e participativos em relação às atividades coletivas da escola?
- Você já ouviu falar em protagonismo juvenil? O que você entende por protagonismo juvenil?
- Como sua escola pode valorizar e fortalecer as identidades e talentos dos jovens?
- Como criar condições para que as pessoas possam desenvolver e manifestar suas potencialidades?